

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE - IEAA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
HUMANIDADES - PPGECH

BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AMAZONAS: análise da
função da biblioteca e suas práticas de ensino

LIVIA SOUSA E SILVA

HUMAITÁ-AM

2024

LÍVIA SOUSA E SILVA

BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AMAZONAS: análise da
função da biblioteca e suas práticas de ensino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH, do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Francisca de Medeiros

Linha de Pesquisa I: Perspectivas teórico-metodológicas para o Ensino das Ciências Humanas

Humaitá - AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586b Silva, Livia Sousa e
Bibliotecas públicas escolares de Humaitá-Amazonas : análise da
função da biblioteca e suas práticas de ensino / Livia Sousa e Silva
. 2024
116 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Adriana Francisca de Medeiros
Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Biblioteca Escolar. 2. Leitura. 3. Letramento Literário. 4.
Políticas Públicas de Leitura. 5. Bibliotecário. I. Medeiros, Adriana
Francisca de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LÍVIA SOUSA E SILVA

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AMAZONAS: análise da
função da biblioteca e suas práticas de ensino**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH, do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades.

Aprovado em _____ de _____ de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana Francisca de Medeiros
(Presidente)

Profa. Dra. Diana Maria Leite Lopes Saldanha
(Membro Externo - UERN)

Profa. Dra. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira
(Membro Interno - PPGECH/UFAM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Paula, por sua forma de me amar e me aceitar de todas as formas. A parte mais difícil deste trabalho, e da jornada no Amazonas, é estar longe de você. Ao meu pai, Ricardo, por sempre apoiar e incentivar a minha incessante busca pelo aprendizado. À minha irmãzinha, Vic, pelas conversas, conselhos, caronas e constante ajuda. Agradeço ao amor e apoio da minha madrastra, Glória, que sempre foi “boa-drastra”.

Aos meus amigos cariocas que mesmo distantes, estão sempre presentes, principalmente nos momentos de desabafo, cansaço e desespero. Aos amigos de Humaitá, que me acolheram de imediato: obrigada pelas noites de vinho, pelo açaí e pelos pacús. Me apaixonei pelo Amazonas através de vocês.

À minha orientadora, a professora Dra. Adriana Francisca de Medeiros, pelas orientações e ensinamentos, e também pela amizade. E aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Humanidades (PPGECH) por suas contribuições para minha formação.

Aos colegas do PPGECH, agradeço imensamente pelo aprendizado, pela partilha de diferentes culturas e realidades de cada um. A nossa troca de saberes e amizade foram essenciais para nossa jornada como mestrandos.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar nosso programa de pós-graduação, à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) e ao PPGECH por me proporcionar a oportunidade de cursar o mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades.

*"[...] sou o **bibliotecário**, sabia? As pessoas não sabem como os bibliotecários são **importantes**. Li num livro que a paz e a prosperidade de uma cultura estavam diretamente ligadas ao seu número de bibliotecários. Um **exagero**, eu diria, mas quem não valoriza bibliotecários, não valoriza idéias... e, sem elas... bem, onde estamos?"*

Neil Gaiman, 1989

RESUMO

Esse estudo busca analisar a realidade das bibliotecas públicas escolares do município de Humaitá, localizado no sul do estado do Amazonas, tendo em vista a Lei 12.244/10 e sua aplicação. Parte do estudo das políticas públicas nacionais e estaduais do Amazonas, voltadas para a biblioteca e a leitura, assim como as concepções de biblioteca escolar e leitura, com o objetivo geral de analisar o espaço e as práticas da biblioteca pública escolar de Humaitá, e com os objetivos específicos para discutir os conceitos da Biblioteca Escolar, identificar as práticas de ensino realizadas atualmente nas bibliotecas públicas escolares do município e identificar o perfil da Biblioteca Pública Escolar de Humaitá. A metodologia aplicada inclui o estudo qualitativo, de caráter exploratório. Os dados foram construídos por meio de fontes documentais do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM), da observação dos espaços e de entrevistas estruturadas com os profissionais atuantes nas bibliotecas escolares do município. A sistematização dos dados foi desenvolvida com base nos princípios da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Os resultados da pesquisa apontam o descaso com a promoção da leitura e acesso ao livro do município, que não oferece bibliotecas públicas ativas, além da falta de profissionais com treinamento adequado para atuar nas bibliotecas escolares.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar; Leitura; Letramento Literário; Políticas Públicas de Leitura; Bibliotecário.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the reality of public-school libraries in the county of Humaitá, located in the south of Amazonas state, taking into account Law 12.244/10 and its application. It starts from the study of national and state public policies in Amazonas, aimed at the library and reading, as well as the concepts of school library and reading, to analyze the space and practices of the public-school library in Humaitá, with the specific objectives of discussing the concepts of the School Library, identifying the teaching practices currently carried out in public school libraries in the municipality and identifying the profile of the Library Public School of Humaitá. The methodology applied includes a qualitative method, of an exploratory nature. The data was constructed through documentary sources from the Ministry of Education, the Secretariat of Education and Sports of Amazonas (SEDUC-AM), observation of spaces, and structured interviews with professionals working in school libraries in the municipality. The analysis of this data was conceptualized in the Analysis of Content by Bardin (2011). The results of the research points to the neglect of promoting reading and access to books in the county, which does not offer active public libraries, in addition to the lack of professionals with proper training to work in school libraries.

Key-words: School Library; Reading; Reading Literacy; Public Reading Policies; Librarian.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AM – Amazonas

BDM - Biblioteca Digital de Monografias

CEE - Conselho Estadual de Educação

CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDD - Classificação Decimal de Dewey

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CETI - Centro de Educação em Tempo Integral

CRB - Conselho Regional de Biblioteconomia

DGESC - Departamento de Gestão Escolar

DPPE - Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GEBE - Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEAA – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente

IFLA - Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições

IPL - Instituto Pró-Livro

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial de Saúde

PL – Projeto de Lei

PNE - Plano Nacional de Educação

PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PISA - Programme for International Student Assessment

PPGECH – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades

RI - Repositório Institucional

SEDUC - Secretaria de Educação e Desporto

SNBE - Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Linha temporal das legislações e diretrizes da biblioteca escolar	40
FIGURA 2 - Biblioteca pública de Humaitá em 2011	71
FIGURA 3 - Biblioteca pública de Humaitá em julho de 2023	72
FIGURA 4 - Quadro de avisos e sinalização da Biblioteca do Patronato Maria Auxiliadora	76
FIGURA 5 - Sinalização da Biblioteca do CETI Humaitá	77
FIGURA 6 - Biblioteca escola Plínio Ramos Coelho	78
FIGURA 7 - Armário de Arquivo da Biblioteca do Patronato Maria Auxiliadora	80
FIGURA 8 - Balcão de Atendimento da Biblioteca do Patronato Maria Auxiliadora	81
FIGURA 9 - Biblioteca da escola Oswaldo Cruz	81
FIGURA 10 - Depósito de Material Didático da Escola CETI Humaitá	83
FIGURA 11 - Sistema de cores e CDD da SEDUC-AM	85
FIGURA 12 – Classificação em CDD e Tabela Cutter da Biblioteca do CETI Humaitá	87
FIGURA 13 – Visão geral do acervo da Biblioteca Governador Plínio Ramos Coelho ...	88
FIGURA 14 – Jornal escolar O Papagaio, de 1979	89
FIGURA 15 – Frases da Biblioteca da Escola Álvaro Maia	93

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Bibliotecários da SEDUC-AM	20
QUADRO 2 – Trabalhos de Conclusão de Curso.....	21
QUADRO 3 – Resultados da Plataforma CAPES.....	32
QUADRO 4 – Indicadores do GEBE (2010)	41
QUADRO 5 – Escolas da SEDUC-AM Humaitá	56
QUADRO 6 – Critérios de Funcionamento da Biblioteca Escolar	58
QUADRO 7 – Demonstrativo das Categorias de Análise dos Dados para o Espaço e Organização da Biblioteca	62
QUADRO 8 – Demonstrativo das Categorias de Análise dos Dados para Gestão da Biblioteca	64
QUADRO 9 – Acesso Livre das Bibliotecas Escolares	74
QUADRO 10 – Dados de Identificação	91

SUMÁRIO

PRÓLOGO: Ausente participação no Clube do Livro	13
1 INTRODUÇÃO	17
2 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL	25
2.1 Breve Histórico das Bibliotecas: caminhos para a biblioteca escolar brasileira ..	25
2.2 Universalização das Bibliotecas Escolares: Estado da Arte de produções relacionadas à Lei 12.244/10	30
2.3 Principais regimentos e Leis da Biblioteca Escolar: Brasil e Amazonas	39
2.4 A Biblioteca Escolar na formação do leitor literário	46
3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	53
3.1 Abordagem e Tipo de Estudo	53
3.2 Participantes da pesquisa	56
3.3 Procedimentos de construção dos dados	57
3.4 Procedimentos de análise e interpretação dos dados	61
3.5 Questões Éticas	64
4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AM	67
4.1 Formação da cidade e seus períodos históricos	67
4.2 Espaço e Organização das Bibliotecas Públicas Escolares da SEDUC-AM	72
4.2.1 Acesso e Sinalização	74
4.2.2 Acessibilidade	77
4.2.3 Mobiliário	79
4.2.4 Material Didático	82
4.2.5 Processamento Técnico e Acervo	84
4.3 Gestão das Bibliotecas	89
4.3.1 Perfil dos Profissionais	91
4.3.2 Percepção da Biblioteca Escolar	94
4.3.3 Práticas de ensino	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	108
ANEXOS	115

PRÓLOGO: Ausente participação no Clube do Livro

Eu¹ sempre fui uma leitora. Durante minha formação, fui uma leitora solitária, acreditava que a leitura era um processo individual, apenas entre eu e eu. E o meu livro, é claro. Meu amor pela leitura veio da minha mãe, que sempre amou os livros, em especial os infantis. E a minha mãe amava livros porque uma professora, durante o seu ensino primário, deu alguns de presente para ela, os quais guardou a vida inteira com muito carinho, até que minha avó jogou tudo fora numa ida dela ao Rio de Janeiro. Isso a minha mãe carrega até hoje como sendo a maior traição já cometida pela minha avó, nem podemos tocar no assunto.

Já aí nessa história da minha mãe dá pra ver que a leitura não é nada tão individual assim. Eu amava a leitura por ela, ela amava a leitura pela professora, e, quem sabe? A professora dela pode ter tido uma influência também durante a sua formação familiar e escolar. Todos conversamos uns com os outros, damos indicações de livros, falamos sobre as partes que mais gostamos. Ler nunca é só individual. A leitura é sobre o coletivo: o que a gente pensa, o que a gente escreve e o que a gente conversa.

É por isso que iniciei a minha formação escolar já como uma amante dos livros. Minha mãe me contava histórias dos livros que lia quando criança, e eu as buscava avidamente, para ler também. Meus presentes eram sempre literários, sempre com mais promessas de livros que eu lia. Aos quinze, ganhei “O Mundo de Sofia”, e aos dezesseis uma coleção com o teatro de Shakespeare, pelo qual me apaixonei. Na escola, minhas matérias preferidas sempre foram as que envolviam leituras. Entretanto, carreguei a noção sem fundamento de que a leitura era um processo solitário durante toda minha jornada escolar. Embora lesse muito, eu não sabia me comunicar, e nem expressar minhas concepções sobre o que lia.

Fui uma aluna muito reclusa, não participava das aulas, e até matava as de matemática e física para ler. O lugar onde eu mais me escondia, era na biblioteca. Lá eu podia ler sozinha à vontade, sem ninguém me fazer perguntas. Até que um professor de artes teve a ideia de criar um Clube do Livro lá na mesma biblioteca onde eu me escondia. O professor era o mais amado da escola inteira, sempre trazia para as aulas questões

¹ Esta seção está em primeira pessoa, pois trata-se de uma narrativa pessoal. Dispõe sobre as experiências escolares e acadêmicas da autora que influenciaram o seu atual trabalho com bibliotecas escolares e círculos de leitura.

políticas e sociais que estávamos vivendo no período, e fazia muitas perguntas. Ninguém deixava de ir numa aula dele, então muitos quiseram fazer parte do clube.

Eu queria fazer parte do clube também. Mas tinha vergonha, ficava vermelha só de me imaginar sentada ali no círculo no meio daqueles alunos que eu nem conhecia. E se eu falasse alguma bobagem? O meu professor me via sempre bisbilhotando e me convidou para o clube, o que neguei veementemente. Mesmo assim, ele passou a me convidar sempre.

A minha estratégia era muito simples: eu participaria do clube, sem participar. Perguntava ao professor qual era o livro da rodada e lia ele sozinha! Eu ia para casa me imaginando no Clube do Livro, contando para mim mesma as coisas que achava das histórias. Meu professor não desistiu de mim. Ele sempre me procurava sozinha, me contava sobre as reuniões do clube, sobre o que os outros alunos estavam falando, e eu conversava com ele. Aos poucos, fui me abrindo, e ele me ouvia. Um dia me disse que eu deveria ler Sartre e eu fui lá e li, não entendi nada. Mas parecia muito inteligente, e fiquei me sentindo especial por ele acreditar que eu entenderia alguma coisa da filosofia de Sartre.

Meu professor viu a minha dificuldade, e nunca me forçou a ir aos encontros do Clube do Livro ou a interagir com meus colegas. Ele me fazia perguntas, e sempre parecia extremamente interessado no que eu tinha para dizer, mesmo que fosse algo bobo. Não me lembro de nenhum livro que li (apenas de Sartre, desconfio que até hoje não entendo muito), nada das conversas, mas nunca esqueci a sua atenção e interesse no que eu tinha a dizer.

Não basta apenas ler. A leitura é parte de um processo social, é algo que deve promover discussões, conversas. Ler também é compartilhar, e é compartilhando o conhecimento e colocando nossas ideias para fora, que somos capazes de nos integrarmos à sociedade. Mas eu só fui aprender isso anos depois, quando assumi o meu maior desafio: passar adiante o amor aos livros e à leitura.

Escolher ser uma profissional que atua com livros foi natural para mim. Entretanto, demorei quatro anos após a formação em biblioteconomia para trabalhar em bibliotecas escolares. Fui aprovada no concurso da Secretaria de Educação e Desporto do

Amazonas (SEDUC-AM) em 2018, para atuar como bibliotecária escolar em uma cidade do interior do estado, Humaitá. De imediato, pensei em não assumir. Na época morava em São Paulo e trabalhava em outra área, queria migrar meus estudos para Arquitetura da Informação, e me distanciava cada vez mais das bibliotecas escolares.

No final de 2020 fui convocada, e assumi no começo de 2021. Foi uma longa jornada, em meio ainda a pandemia do novo coronavírus. Encontrei uma biblioteca escolar que foi utilizada como hospital de base, as estantes e os livros estavam empilhados no canto da sala e era um reflexo do caos da tragédia que vivenciamos. O processo de reconstruir uma biblioteca e prepará-la para o retorno das aulas presenciais foi transformador. Sou imensamente grata a Humaitá e a todos que me acolheram. Foram anos difíceis, mas que me mudaram para sempre.

A parte administrativa, embora desafiadora devido à falta de recursos e pessoal é mais fácil se comparada aos serviços voltados para seu papel educacional e cultural. É normal que no meio de tanta demanda de processamento técnico do acervo, da catalogação, não seja dada a devida atenção aos projetos de leitura e aos eventos literários. É esse o maior desafio da biblioteca escolar, construir um espaço de produção cultural, onde os usuários se sintam confortáveis para expor suas concepções.

Com o retorno das aulas presenciais e a chegada dos meus primeiros alunos, meu primeiro impulso foi criar um clube do livro. No começo, a nossa biblioteca ainda não tinha um clube formalizado. O clube era mais um grupo de alunos que se juntavam para conversar e ajudar a organizar o acervo e a biblioteca. Mas, aos poucos, fomos construindo juntos e logo começamos a ter também rodas de conversa e discussões, tão acaloradas quanto as que sempre participei sem participar no Clube do Livro da minha escola. E as nossas portas estão abertas para todos, até aqueles que querem se esconder e passar despercebidos. Nosso maior objetivo é ajudar todos a encontrar a sua voz, e se fazer ouvir.

Todos os dias na biblioteca na qual atuo, busco agregar os leitores tímidos e solitários. Eles, como eu um dia, se escondem entre as estantes. Escutam as conversas e as discussões sem se envolver, mas ficam atentos, com o livro aberto para disfarçar. Alguns querem apenas um lugar para não fazer nada, ficar sozinho no celular, até tirar um cochilo. Tento, de maneiras diferentes, tirá-los da zona de conforto, como meu professor fez comigo. Faço perguntas sobre os livros que estão lendo, ou fingindo ler, peço ajuda para

fazer tarefas inventadas, tudo para criar um motivo para iniciar uma conversa.

São eles os monitores informais da biblioteca. Colam etiquetas juntos, tudo errado, porque conversam e brincam no processo. E assim formam laços entre eles, estabelecem amizades. Todo contato com o livro é justo. Alguns, nem leem muito. Mas todos os dias são unidos pelo livro e pela biblioteca.

Não faço ideia do que eles estão falando, às vezes. É cada história mais doida que a outra. Vêm com papéis amassados, desenhos desconexos, poesias rabiscadas, histórias em quadrinhos inéditas que eles mesmos escrevem, desenham e contam. Me olham com expectativa enquanto leio. Aguardam ansiosos pelos comentários, pelas dicas. E eu me dedico por inteiro a fazer com que se sintam protagonistas, que vejam a importância de suas ideias e de seus pensamentos. E, mais importante ainda, que percebam que compartilhar ideias, e compartilhar conhecimento, é a chave para transformar o mundo.

Talvez eu seja suspeita para falar, amo demais as bibliotecas, principalmente as escolares. Durante essa pesquisa, passei a amá-las ainda mais, pois sei do seu potencial e do seu poder de transformar a vida dos que passam por elas, e espero que essa pesquisa possa contribuir para que cada vez mais professores, bibliotecários e alunos lutem por uma biblioteca viva em suas escolas.

1 INTRODUÇÃO

O crescente avanço dos meios de comunicação e da tecnologia tem ampliado as discussões sobre a função, e até mesmo o futuro, das bibliotecas e do livro. A biblioteca escolar tem uma função relevante na formação do leitor e do cidadão crítico, e sua importância vem sendo debatida não só na biblioteconomia, como também na pedagogia e em outras áreas do conhecimento.

Dentro da escola, a formação do aluno leitor, de seu letramento literário, não deve ser apenas responsabilidade do professor. A biblioteca escolar desempenha um papel complementar ao do professor no processo educacional. Enquanto os professores ministram aulas e promovem o ensino formal, a biblioteca oferece um ambiente que estimula a leitura independente, a pesquisa e a exploração de diferentes materiais. A biblioteca escolar deve ser uma parte integral do processo educativo.

De acordo com as diretrizes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) uma biblioteca escolar precisa atender a quatro eixos: recursos, pessoal, programas e atividades e promoções. Isso demonstra que a importância da biblioteca escolar vai além da disponibilidade de livros e inclui o desenvolvimento de programas e atividades que enriqueçam a experiência de leitura dos alunos. Entretanto, Milanesi (2002) destaca que as bibliotecas escolares brasileiras, com destaque para as bibliotecas públicas escolares, estão despreparadas para desenvolver seu papel educacional e cultural, e estão distantes do que é estabelecido pelas diretrizes.

Buscando uma solução para esta questão, no dia 24 de maio de 2010, foi publicada a Lei Federal nº 12.244/10, da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Tal lei constitui uma vitória para toda a classe bibliotecária, e desencadeou novas oportunidades de trabalho para bibliotecários em escolas privadas e novos concursos públicos estaduais e federais nas instituições públicas de ensino. Além da obrigatoriedade de que toda instituição de ensino do país deve contar com uma biblioteca, esta deve ser administrada por um bibliotecário.

O terceiro artigo da lei estabelece:

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos

termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis n°s 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (Brasil, 2010)

Ou seja, o prazo para a sua efetivação foi até o dia 25 de maio de 2020. Ainda estamos muito distantes dessa realidade, principalmente quanto à presença do bibliotecário nas escolas. Grande parte das bibliotecas escolares é coordenada por professores realocados (muito próximos a se aposentar ou, em casos especiais, que não podem mais trabalhar em sala de aula), o que leva a uma gestão irregular da biblioteca e do acervo, além de não estar em conformidade com a lei vigente. O professor readaptado “é colocado na biblioteca escolar sem possuir a devida habilitação e técnica. Deixando de lado suas competências pedagógicas por falta de apoio, valorização” (Rodrigues; Santos, 2017, p. 298), e encontra uma biblioteca escolar muitas vezes desestruturada, sem bibliotecários, e que funciona apenas para cumprir com as exigências da legislação vigente.

Dessa forma, o desenvolvimento das competências como o letramento literário e o letramento informacional apenas alcançam a parcela da população mais privilegiada, que tem acesso à educação, tecnologia e conhecimento como um todo (Campello, 2015). De acordo com os dados do *Programme for International Student Assessment* (PISA) (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, no Brasil) o Letramento em Leitura é definido como a capacidade de compreender, usar, avaliar, refletir sobre e envolver-se em textos, a fim de alcançar um objetivo, desenvolver conhecimento potencial e participar da sociedade (OCDE, 2019). Já o letramento informacional está relacionado, segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008), ao conjunto de competências necessárias para identificar e manipular a informação e suas fontes, incluindo a capacidade de elaborar estratégias de busca e de avaliação dessas fontes de informação.

Essas duas formas de letramento representam desafios diferentes dentro da realidade da biblioteca escolar. Ambas devem fazer parte dos objetivos da biblioteca, entretanto, o letramento informacional demanda estrutura. Com os avanços da tecnologia e a explosão informacional, a biblioteca passa a lidar não só com livros, mas com a informação como um todo. A informação está diretamente ligada à tecnologia e seus meios, para cumprir o seu papel no letramento informacional, é fundamental que as bibliotecas tenham acesso à internet, computadores e bases de dados. Uma realidade distante para as bibliotecas públicas escolares. Dessa forma, a falta de estrutura, e de

tecnologias, representa o maior obstáculo para o letramento informacional na biblioteca, e a falta de profissionais para atuar nesses espaços, o desafio para o letramento literário.

Mesmo que as discussões acerca da importância do letramento e da formação do leitor estejam mais presentes no meio da educação e da biblioteconomia, ainda estamos distantes de uma realidade ideal. É preciso que as bibliotecas e as comunidades escolares trabalhem juntas, o professor não deve atuar sozinho na formação de leitores e na formação de habilidades informacionais. É necessário que a escola promova as ferramentas necessárias para ele, como livros, computadores e outros materiais. A biblioteca, também, precisa de estrutura e de profissionais especializados no tema, não apenas oferecer o material necessário para desenvolver atividades, mas incentivar e instruir seus usuários. A biblioteca deve trabalhar junto com o professor, estimulando a pesquisa, promovendo eventos, e permitindo que o aluno possa constantemente se atualizar sobre diversos assuntos.

As pesquisas nas bibliotecas escolares são sempre um desafio, seja pela falta de recursos, ou de profissionais qualificados para a gestão do espaço, a realidade das bibliotecas escolares ainda está muito distante do esperado pelas diretrizes e leis que as regem. Inicialmente o foco desta pesquisa estaria destinado aos bibliotecários da rede estadual do Amazonas. Entretanto, durante a fase exploratória da pesquisa, constatamos o que já era esperado: quase todos os municípios do interior do Amazonas não possuem bibliotecários para atuar nas escolas estaduais, como podemos observar no Quadro 1.

No Quadro 1, é possível verificar que existem apenas 41 bibliotecários atuando na Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC) em 2023, dos quais 28 estão na capital e 3 nos departamentos de gestão: a Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPPE) e o Departamento de Gestão Escolar (DGESC). Com isso, são apenas dez bibliotecários atuando no interior do Estado, que possui no total 62 municípios. Os municípios marcados com asterisco representam aqueles em que o bibliotecário é responsável por todas as bibliotecas escolares da SEDUC no município. Normalmente, nesses casos, a biblioteca conta com um assistente ou professor readaptado, e o bibliotecário fica responsável pela supervisão.

Quadro 1 – Bibliotecários da SEDUC-AM

MUNICÍPIO	BIBLIOTECÁRIOS	AUXILIARES DE BIBLIOTECA
Manaus	28	26
Itapiranga	1	-
Humaitá	1	1
Barreirinha	1	-
Borba	1	-
Manacapuru	1	-
Manaquiri	1	-
Canutama*	-	1
Careiro*	1	-
Iranduba*	1	-
Itacoatiara*	1	-
Nova Olinda do Norte*	1	-
DPPE	1	-
DEGESC	2	-
Deinfra	-	2
Gabinete do Secretário	-	1
TOTAL:	41	31

Fonte: Elaborado pela autora. Portal da Transparência AM, 2023

O direcionamento da pesquisa para o estado do Amazonas, em particular para a SEDUC-AM, se justifica pelo interesse do Estado em acatar a implantação e manutenção de bibliotecas escolares vinculadas à SEDUC. Com a publicação da Lei 12.244/10, “apenas o Estado do Amazonas parece estar se preparando para cumprir a lei federal, e elaborou um projeto de lei para a criação de bibliotecas no Estado” (Campello, 2015, p. 21). Embora o projeto de lei apenas espelhe a lei federal, repetindo suas deficiências, fica claro o interesse do Estado em criar espaços voltados para a leitura dentro das escolas. Este interesse pode ser confirmado com as crescentes ofertas de concursos públicos com vagas para bibliotecários em escolas. Em 2018, a SEDUC-AM ofertou 50 vagas para bibliotecários no interior do estado, com o intuito de ter ao menos um bibliotecário por município. Das 50 vagas, apenas sete bibliotecários foram aprovados e mais da metade dos municípios do Estado ainda não possuem bibliotecários.

O resultado dos concursos e a não ocupação de mais de 40 vagas também evidenciam o desinteresse por parte dos profissionais bibliotecários em ingressar na biblioteca escolar. Analisando os trabalhos de conclusão dos cursos de Biblioteconomia na região norte, na qual esta pesquisa se concentra, revela-se que esse fenômeno se perpetua. Analisamos brevemente os trabalhos de três instituições na região: a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). Contudo, é possível observar uma escassez de estudos voltados para a biblioteca escolar. Uma inspeção no Quadro 2 demonstra que essa tendência persiste, em contraste também com os trabalhos de conclusão do curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a instituição de ensino mais antiga a oferecer esse curso no Brasil.

Quadro 2 - Trabalhos de Conclusão de Curso

INSTITUIÇÃO	TRABALHOS DISPONÍVEIS PARA CONSULTA	TRABALHOS COM FOCO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES
UNIRIO	53	4
UFAM	35	3
UFPA	216	17
UNIR	20	1

Fonte: Elaborado pela autora com base em RIU UFAM (2023), BDM UFPA (2023), RI UNIR (2023) e UNIRIO (2023)

Os resultados foram computados através da pesquisa nas bases de dados das instituições: o Repositório Institucional da UFAM (RIU), a Biblioteca Digital de Monografias da Universidade do Pará (BDM) e o Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia (RI UNIR). No caso da UNIRIO, os trabalhos estão disponíveis no site oficial do curso de Biblioteconomia. A publicação dos trabalhos de conclusão nas bases de dados ou bibliotecas digitais das instituições carece de atualizações, principalmente na base de dados da UFAM, em que a última publicação disponível é referente ao ano de 2016.

Os trabalhos voltados para a biblioteca escolar não representam nem 9% do total. A UFPA apresenta um número significativamente maior de resultados, com 216 disponíveis para consulta e 17 relacionados à biblioteca escolar, aproximadamente 7,9%. A

UFAM é a com a maior proporção porcentual, com 8,6%. No geral, os dados revelam uma tendência comum entre as universidades analisadas: a baixa representação de trabalhos de conclusão de curso voltados para a biblioteca escolar em relação ao número total de trabalhos disponíveis.

É importante destacar que esse resultado não é negativo. O curso de Biblioteconomia é, por natureza, de caráter generalista, e o bibliotecário é um profissional polivalente que pode atuar em diversos segmentos, não se limitando à educação. As competências do bibliotecário são adaptáveis às transformações da sociedade e das instituições, devido a sua possibilidade de atuar em diversos tipos de bibliotecas e centros de informação (Campello, 2015). Ter pesquisas diferenciadas e voltadas para assuntos novos e atuais é importantíssimo para o avanço da biblioteconomia e do profissional. Entretanto, é também de suma importância continuar e valorizar os estudos voltados para bibliotecas escolares.

Com os avanços da tecnologia, é cada vez mais comum o interesse dos bibliotecários pelas áreas tecnológicas, preferindo atuar com sistemas de informação, como Arquitetura da Informação, *Big Data*² e outros, se distanciando da biblioteca escolar. Apesar disso, é fundamental direcionar nossas pesquisas e interesses para a base da nossa educação, que é a escola. Para muitos alunos o primeiro contato com uma biblioteca é justamente no ambiente escolar. E essa interação é fundamental para sua formação como leitor.

Além disso, Campello (2013) e Zimmermann, Paula e Ohira (2017) mostram que as revisões de literatura acerca da lei de universalização das bibliotecas escolares estão concentradas no sul e no sudeste do país, nas grandes capitais. Faz-se necessário, então, um olhar para as demais regiões, que também mostram esforços e interesse no que tange a biblioteca escolar e suas práticas.

Desta forma, direcionamos o foco da pesquisa para a biblioteca escolar, e não necessariamente ao bibliotecário que nela atua. Em especial, para a realidade das bibliotecas públicas escolares do município de Humaitá, no Amazonas. A cidade possui apenas uma bibliotecária e um auxiliar de biblioteca para atender a toda a região, sendo as

² Um grande conjunto de dados produzidos por usuários da *internet*, que podem apenas ser armazenados, entendidos e utilizados com ajuda de *softwares* e métodos específicos. Fonte: Cambridge Dictionary (2021), tradução livre.

demais bibliotecas escolares mantidas por professores readaptados ou professores voluntários.

A relevância desta pesquisa se justifica pela sua contribuição social para a conscientização sobre a importância do investimento na formação de leitores e na propagação do conhecimento que a biblioteca escolar representa. A contribuição à instituição, o lócus da pesquisa, é a devolutiva dos resultados e de sua análise aos participantes, podendo assim contribuir para o diagnóstico das bibliotecas da instituição. Por fim, a contribuição acadêmica é de importante relevância, ao trazer à luz as questões referentes às bibliotecas escolares e as práticas de leitura.

Diante dessas motivações, identificamos o questionamento: como está organizada a biblioteca pública escolar de Humaitá-AM e quais as ações voltadas para o letramento literário de seus alunos?

Com isso, estabelecemos como objetivo geral analisar o espaço e as práticas de ensino realizadas nas bibliotecas públicas escolares do município de Humaitá-AM. E os seguintes objetivos específicos:

- Discutir os conceitos da Biblioteca Escolar;
- Identificar as práticas de ensino realizadas atualmente em bibliotecas públicas escolares de Humaitá-AM;
- Identificar o perfil da Biblioteca Pública Escolar de Humaitá-AM.

O caminho metodológico utilizado para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa é a abordagem qualitativa, de caráter exploratório, tomando como base os estudos de Gil (2010), Severino (2017), Chizotti (2008) e Yin (2016). A análise dos resultados obtidos foi interpretada através da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Esta dissertação está organizada em quatro seções, cada uma com um enfoque específico. A primeira seção, intitulada “Introdução”, contextualiza a pesquisa, apresentando suas justificativas, objetivos e metodologia adotada. Além disso, são fornecidas breves sinopses das seções subsequentes.

A segunda seção, intitulada “A Biblioteca Escolar no Brasil”, apresenta um breve panorama histórico da biblioteca escolar no país, com base em estudos de Campello

(2000; 2008; 2010; 2013; 2022), Milanesi (2002), Serrai (1975) e Silva (1999). São abordadas as definições do conceito de biblioteca escolar, bem como os regimentos e leis que regulamentam sua existência e a atuação dos profissionais envolvidos, com destaque para a Lei 12.244/10, através do estado da arte das publicações referentes à lei, desde a sua publicação, no Portal de Periódicos da CAPES. Seguimos a discussão com o papel da biblioteca na formação integral do aluno, e sua atuação ideal nas escolas, com embasamento nos estudos de Rildo Cosson (2009; 2017) acerca do letramento literário.

A terceira seção, “Caracterização da Pesquisa”, descreve os caminhos metodológicos adotados, a delimitação do campo de pesquisa e os procedimentos de construção, análise e interpretação dos dados obtidos.

A quarta seção, "Bibliotecas Públicas Escolares de Humaitá-AM", apresenta uma descrição da história e cultura do local da pesquisa, com base em Almeida (2005; 2008) e Torres (2007), seguido pelos resultados e discussões decorrentes da pesquisa realizada nas bibliotecas públicas escolares da região.

Por fim, a quinta seção, “Considerações Finais”, apresenta as considerações e reflexões finais acerca dos resultados obtidos ao longo da dissertação e aponta para possíveis contribuições do estudo para o campo da educação e biblioteconomia, incentivando futuras pesquisas e ações no âmbito das bibliotecas escolares em Humaitá-AM.

2 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL

Nesta seção, apresentamos um breve histórico das bibliotecas e os caminhos até a implantação da biblioteca escolar no Brasil, sua definição, regulamentos e leis, com destaque para as legislações do estado do Amazonas. Embora existam muitos estudos e diretrizes internacionais, optamos por considerar apenas os manifestos da IFLA e da UNESCO, que são os documentos utilizados como base para a formação das diretrizes nacionais. A discussão internacional acerca das bibliotecas escolares é muito rica, porém a realidade que encontramos no Brasil está muito distante da que é apresentada em suas diretrizes e estudos. Portanto, priorizamos os autores Bernadette Campello (2000; 2008; 2010; 2013; 2022), Luís Milanesi (2002), Alfredo Serrai (1975) e Waldeck Silva (1999), referências no ramo da biblioteconomia escolar brasileira. Na última seção, apresentamos a discussão do papel da biblioteca na formação do leitor crítico, tendo como base os conceitos de letramento literário e informacional de Rildo Cosson (2009; 2017).

2.1 Breve Histórico das Bibliotecas: caminhos para a biblioteca escolar brasileira

Pensar na biblioteca escolar apenas como um espaço destinado ao armazenamento de livros, ou um espaço fechado, não é raro. A realidade de muitas bibliotecas escolares brasileiras ainda é essa: uma sala fechada, cheia de livros didáticos e sem acesso livre para os alunos ou comunidade escolar (Silva, 2003). Ver a biblioteca como um espaço multicultural e dinâmico, de certa forma, ainda é algo novo, principalmente nas bibliotecas da rede pública de ensino.

Quando pensamos na biblioteca escolar, e em sua realidade, não podemos olhar apenas os seus problemas e as questões que estão em falta quanto à legislação e as diretrizes. O contexto da falta de adequação das bibliotecas, em especial a pública escolar, está diretamente ligado ao contexto histórico e cultural do Brasil, em vista de sua utilização como um instrumento da colonização e dos poderes políticos no decorrer dos anos. A inadequação da biblioteca e o difícil acesso da população menos privilegiada à leitura e ao livro estão diretamente ligados ao seu histórico.

Desta forma se faz necessário analisar o contexto da biblioteca pública escolar em sua totalidade. Não faltam leis para regular o espaço no campo da ideia do que este seria, e quais os seus papéis na formação do letramento literário de seus usuários. Afinal, a biblioteca é um espaço fundamental para o aluno e é indispensável na escola.

Entretanto, são vários os motivos que levam ao contraste existente entre a biblioteca escolar em suas leis e diretrizes e a biblioteca escolar real, sejam as lacunas que as leis apresentam, possibilitando que sejam contornadas, quanto à falta de profissionais e do reconhecimento desses profissionais para atuar nas bibliotecas escolares.

Historicamente, a biblioteca surgiu da necessidade humana de guardar, ordenar e arquivar o conhecimento que era produzido. Para Milanesi (2002) é impossível destacar a história da biblioteca da história do próprio homem. Ao produzir informação, surge também a necessidade de reter esta informação e, logo, armazená-la. Com o avanço da Sociedade da Informação, e a explosão informacional do século XX, Milanesi (2002) aponta como o computador passa a ser utilizado para ordenar a informação registrada, mostrando que embora os meios tenham mudado com os anos, a essência continua a mesma: produzir informação, organizar, conservar e compartilhar. Além disso, Serrai (1975) diz que a célula do organismo bibliotecário não é mais o livro ou o artigo, mas sim a unidade da informação.

As primeiras bibliotecas armazenavam placas de argila, papiros e pergaminhos. Hoje, bibliotecas armazenam livros, dados, arquivos digitais. O livro continuará a existir, mesmo que impresso com métodos diferentes dos atuais. Continuarão também a existir as bibliotecas, mas elas devem dispor de uma organização mais racional e eficiente, muito diferente das atuais. Já não falamos apenas em bibliotecas físicas, mas sim centros de informação, bibliotecas digitais.

A biblioteca surge, então, junto com a necessidade do homem em compartilhar e armazenar o seu conhecimento. Serrai (1975) destaca que inicialmente não havia diferenciação entre a biblioteca e o arquivo, e uma mesma instituição atendia ambas as funções, apenas mais tarde é que os arquivos tiveram como finalidade reunir e conservar documentos não elaborados, como os testemunhos e registros, e a biblioteca os documentos elaborados, produtos intelectuais e espirituais das gerações. Sendo assim, podemos considerar que a biblioteca passou a conservar, organizar e disseminar as produções criativas, literárias e intelectuais.

O Egito e a China, entre outros países, tiveram bibliotecas muitos séculos antes de Cristo, mas a civilização que deixou provas mais tangíveis de grandes coleções de documentos foi a assírio-babilônica com a grande biblioteca de Nínive (VI séc., a.C.) e os milhares de tijolos de barro que testemunham sua organização - em seções - e a posição de cada "livro"

na coleção. Da biblioteca de Alexandria (II séc. a C.), que conteve centenas de milhares de rolos, importantíssimo centro de cópia e de exegese, sabemos que seu catálogo (pinakes) era organizado por classes e dentro de cada classe os autores eram arrolados segundo ordem alfabética. (Serrai, 1975, p. 143)

As bibliotecas antigas, conforme afirma Serrai (1975), encontraram seu fim devido a acontecimentos sociais e políticos. Durante toda a história da humanidade, podemos observar esse fenômeno, bibliotecas sendo destruídas e reconstruídas para impulsionar uma nova política ou crença religiosa. Tal realidade não está distante do século XXI, principalmente para as bibliotecas escolares da rede pública de ensino, que funcionam como um instrumento do atual poder político, que pode limitar o acesso à informação e ao pensamento crítico através da proibição de certas leituras e da curadoria de materiais literários favoráveis ao poder vigente. Da mesma forma, ataques cibernéticos a redes e bases de dados digitais mostram que a informação é ainda o foco dos movimentos sociais e políticos.

Com o fim das bibliotecas antigas, com destaque a Biblioteca de Alexandria³, que continua sendo considerada uma das bibliotecas mais importantes da história da humanidade, as bibliotecas passaram por uma mudança em sua função e organização. É nesse período que se estabelecem as bibliotecas medievais, coordenadas por monges. Para Serrai (1975, p. 143) a principal motivação para o desaparecimento das bibliotecas antigas é “o enfraquecimento e a decadência da tradição filosófica e literária clássica sob o impulso da nova ideologia cristã”. É também neste período que surge o livro no formato códice, que é o formato utilizado até hoje, e é também através da biblioteca medieval e dos monges copistas⁴, que se dissemina a cópia dos materiais registrados, mas ainda assim com o seu acesso limitado aos poderes religiosos e à nobreza.

No séc. VIII Carlos Magno funda a Escola Palatina e junto com ela, surge a maior biblioteca da época. A partir desse momento, a biblioteca abre suas portas, recebendo usuários em salas de leitura. Entretanto, ainda está longe de ser uma biblioteca livre, os livros permanecem presos às estantes, com cadeados e correntes. Surgem nessa

³ A Biblioteca de Alexandria foi uma das maiores bibliotecas da Antiguidade. Conhecida não apenas por armazenar o conhecimento da época, mas como também um espaço de produção cultural. Foi estabelecida durante o século III A.C.

⁴ Na Antiguidade Grega, o copista, ou escriba, era um escravo instruído que era encarregado de transcrever documentos. Na Idade Média, este trabalho passou a ser função dos mosteiros e dos monges (Cunha; Cavalcante, 2008).

época copistas amadores e o interesse em expandir a disseminação do conhecimento, mesmo que ainda limitado aos estudiosos da época. Este período é considerado como o das bibliotecas humanísticas e a literatura clássica passa a ser o foco dessas bibliotecas, e não os autores cristãos das bibliotecas medievais (Serrai, 1975).

Por volta de 1448, surge a imprensa de Gutenberg:

A origem da explosão bibliográfica está relacionada com a invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448, período marcado pelo florescimento do conhecimento técnico-científico livre dos auspícios da Igreja Católica. Através desse instrumento surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editados no mundo. (Weitzel, 2002, p. 62)

Com a imprensa e com a explosão bibliográfica, Weitzel aponta dois importantes fatos: a quebra do monopólio da informação restrita, que era controlado pelos mosteiros e pela nobreza, e a possibilidade de aumentar o alcance de descobertas científicas e filosóficas. Com isso, novamente a biblioteca precisa se modificar e se adequar aos novos meios de informação, e sua função passa por várias ressignificações, principalmente ligadas às estruturas culturais e políticas, como destaca Serrai (1975).

É a partir da imprensa e dessa explosão bibliográfica que surgem os diferentes tipos de bibliotecas e sua implantação cresce cada vez mais. Com o tempo, a biblioteca foi deixando de ser um espaço limitado à nobreza ou clero, e foram surgindo as primeiras bibliotecas públicas. Em 1676, Gottfried Wilhelm Leibniz assume o cargo de bibliotecário na biblioteca de Hanover, na Alemanha, “Leibniz dá à biblioteca o caráter de uma instituição pública, igualando-a a escola. A finalidade da biblioteca é contribuir para o progresso e para o melhoramento da humanidade” (Serrai, 1975, p. 152). Com o avanço do Iluminismo, entre 1685 e 1815, surgem cada vez mais novas bibliotecas universitárias, públicas e nacionais, e com as influências do direito à instrução obrigatória e gratuita a todos os cidadãos durante a Revolução Francesa, entre 1789 e 1799, aumentam, também, o número de leitores.

Com isso, começam a surgir diferentes tipos de bibliotecas, com diferentes finalidades. Bibliotecas Nacionais, para arquivar e preservar toda a produção bibliográfica das nações, as Bibliotecas Universitárias, Especializadas e, conseqüentemente, as Bibliotecas Escolares. Mas foi apenas em 1999, com a publicação do primeiro Manifesto

da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO, que a biblioteca passou a ser vista como um local de compartilhamento e troca de conhecimentos e informações.

Durante a história das bibliotecas, elas funcionaram juntando riquezas e poder para enaltecer e empoderar o estado e os poderes religiosos, e colecionando justamente a nossa riqueza mais preciosa: o conhecimento humano. Com o direcionamento do objetivo da biblioteca para o melhoramento da humanidade, e não apenas a organização e preservação de seu conhecimento, a razão de ser da biblioteca passa a ser o seu usuário. Preservar continua sendo importante, independente de qual o formato da informação e de qual o local (físico ou digital) onde será armazenado. Mas a principal função passa a ser a disseminação. Mesmo em instituições mais voltadas para a conservação, como a Biblioteca Nacional, a visita ao espaço e o acesso aos livros são incentivados, através de visitas guiadas para escolas, turistas e universidades, sendo possível também realizar consultas locais ao acervo.

Assim como durante toda a história das bibliotecas no mundo, as bibliotecas chegaram ao Brasil através da nobreza e da igreja. Durante o período colonial, as bibliotecas foram implantadas pelos jesuítas para evangelizar os povos originários e os colonos, e continuaram atuantes até 1759, quando Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e confisca todas as bibliotecas e seus acervos (Milanesi, 2002).

Vale ressaltar que a circular introduzida por Pombal se justifica pela ascensão do ideal iluminista, a partir da França, que se contrapunha a ideologia da igreja católica. O conflito entre o iluminismo e a igreja católica teve destacada ênfase durante o século XVIII e meados do século XIX, o que levou a decadência de diversos conventos no Brasil (Silva, 2011, p. 492).

Castro (2000) destaca que outras ordens religiosas também atuaram nesse primeiro momento, como os Beneditinos e Franciscanos. Posteriormente, em 1808, junto com a família real portuguesa, chega também a nova Biblioteca Real, estabelecida no Rio de Janeiro, que posteriormente se tornou a Biblioteca Nacional.

A biblioteca escolar brasileira surge limitada aos poderes religiosos e seus interesses e permanece assim por muitos anos, presente apenas em escolas religiosas e conventos. Silva (2011) destaca ainda que essas bibliotecas escolares são essencialmente destinadas a um público voltado para os colégios particulares. Depois é que se iniciam as tentativas de expandir a biblioteca escolar para escolas mais carentes, de caráter público.

Tendo como ponto chave o estado de Santa Catarina, em 1950, que buscou procedimentos legais e pedagógicos para consolidação das bibliotecas escolares (Silva, 2011), é apenas no século XX que a biblioteca escolar brasileira conquista mais espaço, através das políticas públicas que veremos mais detalhadamente nas próximas seções.

2.2 Universalização das Bibliotecas Escolares: Estado da Arte de produções relacionadas à Lei 12.244/10⁵

A Lei 12.244/10, publicada em 24 de maio de 2010 pelo Congresso Nacional, estabelece que toda instituição de ensino do país deve contar com uma biblioteca, e que esta biblioteca deve ser administrada por um bibliotecário. A expectativa era de que o cumprimento da lei se daria no prazo máximo de dez anos.

Infelizmente, essa realidade ainda está distante, as bibliotecas continuam reduzidas a salas de leituras, normalmente fechadas e inacessíveis aos alunos. Muitas escolas utilizam o espaço como um depósito de livros, ou até mesmo como um local para “castigar” os alunos. São espaços que existem para efeitos estatísticos e oferecem o mínimo possível para estarem dentro da lei e das exigências do Ministério da Educação (MEC).

A publicação da Lei 12.244/10 foi um marco, não só pela promessa de valorização do profissional, mas como também pela possível implantação de novas bibliotecas em todas as instituições de ensino. Mesmo apresentando aspectos positivos e conquistas para a classe, Campello (2015) aponta as críticas da comunidade bibliotecária a Lei 12.2244/10, embora esperançosos com a mudança da situação das bibliotecas escolares no Brasil, a concepção de biblioteca estabelecida pela lei é limitada, “questões como organização e conservação do acervo e o funcionamento da biblioteca são tratadas superficialmente, delegando-se a responsabilidade aos sistemas de ensino” (Campello, 2015, p. 20). Esta preocupação se prova válida, visto que o prazo estimado de dez anos encerrou em 2020, e não existem instrumentos de fiscalização para o cumprimento das normas e nem indicadores de qualidade para as bibliotecas que foram implantadas.

A Lei define a biblioteca como um espaço com acervo qualificado a partir da quantidade de alunos, e não considera as necessidades da biblioteca do século XXI, e

⁵ Parte desta sessão foi adaptada e aceita para publicação no periódico CRIAR EDUCAÇÃO com publicação prevista para 2024.

menos ainda as necessidades dos alunos de hoje. Considerar que a biblioteca escolar se define apenas como uma coleção de livros e materiais para consulta, pesquisa, estudo e leitura limita o seu potencial como um centro de informação. A biblioteca precisa ser mais do que um acervo de livros, e com o avanço da Sociedade da Informação, deve funcionar como um centro de apoio e ensino para os seus usuários, não só fornecendo acesso a novas tecnologias e novos meios de comunicação, mas instruindo seus usuários a utilizar esses meios de forma eficiente e crítica. Entretanto, muitas bibliotecas escolares ainda funcionam sem bibliotecários, e são como depósitos de livros didáticos.

Diante deste contexto, buscamos apresentar o Estado da Arte das pesquisas referentes à Lei 12.244/10 e seu impacto nas bibliotecas escolares brasileiras. Através de uma revisão sistemática e dentro de um recorte temporal dos últimos dez anos, busca-se mapear e discutir as publicações, e verificar como os pesquisadores das áreas de biblioteconomia e afins estão tratando o tema em questão.

Utilizamos como fonte documental a plataforma Periódicos CAPES, com o acesso CAFE⁶, cedido aos membros do PPGECH pela Universidade Federal do Amazonas. A utilização do Periódicos CAPES se justifica pela vantagem que o portal oferece, com a possibilidade de utilizar filtros, principalmente o filtro de revisado por pares, que garante maior credibilidade dos resultados encontrados.

Primeiramente determinamos o recorte temporal da pesquisa: de 2010, que corresponde ao ano de publicação da Lei 12.244/10, até 2022. Os descritores utilizados foram todos no condicionante de busca “contém” em “qualquer campo”. Devido à especificidade do tema, e do objetivo de analisar a lei em questão, foi utilizado o descritor “12.244”. Nas buscas iniciais, foram feitas diferentes tentativas com “12244”, “12244/10” e “12.244/10”, entretanto, tais descritores retornaram uma quantidade mais significativa de artigos relacionados às áreas de química, física e matemática. Por isso, foi mantido apenas o descritor “12.244”, com o ponto. O segundo descritor foi destinado a identificar publicações referentes a biblioteca e à biblioteconomia, para tal, foi utilizado “E”, “qualquer campo”, “contém” com o descritor “bibliotec*”. O operador Booleano “*” foi utilizado para garantir que os resultados não fossem limitados apenas a biblioteca, e que pudesse retornar resultados com os demais possíveis descritores, como bibliotecário,

⁶ A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) permite o acesso ao Portal de Periódico da CAPES com conteúdo assinado a editoras científicas, destinado a instituições participantes.

biblioteconomia, etc.

Além dos filtros de revisados por pares e do recorte temporal, também foi aplicado o filtro para artigos. A lei em questão é muito debatida dentro da graduação e da pós-graduação, sendo tema de muitas teses e dissertações. Embora seja importante analisar essas publicações, para esta pesquisa, foi dado enfoque apenas aos artigos, que tratam do tema além do meio acadêmico e na sua aplicação dentro da realidade das bibliotecas escolares.

Dentro destes critérios, foram identificados dezoito resultados. Os resultados foram tratados quantitativamente e analisados a partir da leitura dos resumos e palavras-chaves. Como critério de exclusão, foram desconsiderados os artigos duplicados, os que não são referentes ao tema biblioteca ou biblioteconomia e os artigos que apenas citam a lei, sem discuti-la. Após a análise, foram desconsiderados sete artigos, totalizando onze publicações relevantes. A análise dos artigos selecionados constituiu-se pela leitura integral dos textos e todos os onze resultados relevantes estão disponíveis online.

Dos onze resultados, foram identificadas oito revistas: Revista Ibero-Americana da Ciência da Informação, Biblos, Revista ACB e ConCI, com dois artigos de cada, e as revistas Perspectivas em Ciência da Informação, Aleph, Em Questão e Proposições, com um artigo cada.

QUADRO 3 – Resultados da Plataforma CAPES

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	REVISTA	RESUMO
Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento.	Joel Souza	2017	BIBLOS (v. 31 n. 2)	Propõe uma descrição da conjuntura da Lei 12.244/10 do ponto de vista de sua concepção e perspectivas em relação à implantação até o ano de 2020, quando todas as escolas públicas e privadas deverão possuir uma biblioteca escolar contando com a presença de um profissional bibliotecário.
As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município de Florianópolis – Santa Catarina: relato de pesquisa	Viviane Carolina de Paula Maria Lourdes Blatt Ohira Orestes Trevisol	2020	Revista ACB (v. 25 n. 2)	Objetiva analisar os dados coletados durante as visitas de fiscalização às bibliotecas das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, localizadas no município de Florianópolis.

	Neto			
A constituição teórico-metodológica da Biblioteca Escolar: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq no campo da Ciência da Informação.	Dalgiza Andrade Oliveira Elaine Cristina Rodrigues	2018	Biblos (v. 32 n. 1)	Objetiva traçar um esboço do panorama teórico, constituído a partir da contribuição da área da Ciência da Informação
A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise.	Fabíola Ribeiro Farias Luiz Percival Leme Britto	2019	RICI Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (v. 12 n. 3)	Propõe uma análise da Lei n. 12.244, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bibliotecas escolares nas instituições de ensino, públicas e privadas, brasileiras à luz de dois aspectos que tocam seu objeto: a perspectiva educacional e as recomendações biblioteconômicas.
Concepção da Biblioteca na escolar: representações construídas a partir das suas diretrizes.	Maria Cléa Nunes Maria Manuela Bento Gonçalves	2019	ConCI Convergências em Ciência da Informação (v. 2 n. 3)	Objetiva analisar que imagens são construídas da biblioteca, sua concepção e sua participação na estrutura organizacional no contexto escolar brasileiro à luz dos documentos oficiais de regulação das bibliotecas no Brasil
Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s).	Eliane Fioravante Garcez Gisela Eggert-Steindel José Paulo Speck Pereira Gyance Carpes	2016	Perspectivas em Ciências da Informação (v. 21 n. 2)	Discute percursos da implantação de uma rede de bibliotecas para as escolas públicas do estado de Santa Catarina e sobre a criação do cargo de bibliotecário vinculado ao Quadro do Magistério Público deste Estado
A Universalização das bibliotecas escolares municipais do Estado do Rio de	Patrícia Corsino Rafaela Vilela	2018	RevistALEPH (n. 31)	Discute a universalização das bibliotecas escolares de municípios do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a Lei

Janeiro e os profissionais que nelas atuam.	Sônia Travassos			12.244 que determina esta universalização até 2020, e apresenta reflexões sobre o profissional que nelas atuam e suas funções
Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.	Bernadete Campello Ricardo Rodrigues Barbosa Samuel Gonçalves Proença	2018	RICI Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (v. 11 n. 3)	Objetiva compreender a consistência dos dados sobre bibliotecas escolares do Censo Escolar da Educação Básica. Especificamente, buscou-se identificar o conceito de biblioteca utilizado na coleta dos dados, como os dados são coletados e como têm sido apresentados.
Políticas públicas: marco legal para as bibliotecas escolares.	Márcio Barbosa de Assis Ilsa do Carmo Vieira Goulart	2022	Em Questão (v. 28 n. 1)	Revisão de literatura sobre a legislação em prol da biblioteca escolar, sua estrutura, equipamentos, acervos, sua utilização, da importância de se ter um profissional qualificado e a inter-relação do bibliotecário com os professores, a fim de que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos seja facilitado e potencializado
Política de leitura na Educação Infantil: da gestão ao leitor.	Marly Amarilha Sayonara Fernandes da Silva	2016	Pro-Posições (v. 27 n. 2)	Objetiva investigar política de implantação, na Educação Infantil, do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE
Avanços, perspectivas e limitações da Lei nº 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil).	Juliano Ricardo Zimmermann Viviane Carolina de Paula Maria de Lourdes Blatt Ohira	2017	Revista ACB (v. 22 n. 2)	Apresenta os resultados da análise de artigos de periódicos publicados a partir da promulgação da Lei no 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base em CAPES, 2023

É possível dividir as publicações em três grupos:

1. Pesquisas referentes às bibliotecas escolares, que incluem uma breve análise da lei e sua aplicação, como os artigos de

Campello, Barbosa e Proença (2018), Paula, Trevisol Neto e Ohira (2020), Amarilha e Silva (2016), Garcez et al. (2016) e Corsino e Travassos (2018).

2. Pesquisas que tratam exclusivamente da Lei 12.244/10 e sua análise, como os artigos de Farias e Brito (2019), Nunes e Gonçalves (2019), e Souza (2017), que se dedicam a analisar os aspectos biblioteconômicos, pedagógicos e históricos da lei.
3. Revisões de Literatura, com a pesquisa de Oliveira e Rodrigues (2018), Zimmermann, Paula e Ohira (2017) especificamente sobre as publicações da Lei 12.244/10 e de Assis e Goulart (2022), através de uma análise geral de todas as políticas públicas voltadas para a biblioteca escolar.

Partindo da necessidade de calcular a quantidade de bibliotecas que precisariam ser criadas para atender a Lei 12.244/10, Campello, Barbosa e Proença (2018) realizam a análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. A pesquisa apresenta apenas uma breve introdução à lei, sem ir a fundo às suas características e limitações, focando mais no desafio apresentado para sua implantação, que demanda a criação de bibliotecas escolares em todas as instituições do país, muitas sem a infraestrutura ou financiamento necessário.

Amarilha e Silva (2016) concentram suas pesquisas no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), e o percurso do acervo de livros da gestão até o leitor nas escolas da rede de ensino da capital do Rio Grande do Norte. Através da leitura integral do texto, verifica-se que o mesmo não apresenta discussões da Lei 12.244/10, limitando-se ao PNBE. Entretanto, o artigo mostra a realidade de muitas escolas brasileiras: a falta de bibliotecas e profissionais para lidar com o material recebido, que acabam por ficar em depósitos, inutilizados e inacessíveis para os alunos.

Corsino, Vilela e Travassos (2018) trazem as discussões acerca da lei 12.244/10 e da biblioteca escolar para as instituições municipais do estado do Rio de Janeiro e os profissionais que atuam nelas. Foi utilizado um questionário, enviado as 92

secretarias municipais de educação, com um retorno de 67%, evidenciando que os municípios ainda não universalizaram as bibliotecas nas escolas. Mesmo sem apresentar discussões sobre a lei em si, todo o estudo é fundamentado em sua aplicação.

O relato de experiência de Garcez et al. (2016) analisa a implantação de uma rede de bibliotecas para as escolas públicas em Santa Catarina e a criação do cargo de bibliotecário para a Secretaria de Educação do estado com o intuito de cumprir com a Lei 12.244/10. O artigo traz, também, um breve histórico das bibliotecas escolares no Brasil e as leis e os decretos que as englobam. Os autores fazem uma crítica às dúvidas que a lei deixa em aberto quanto a sua aplicação.

Concluindo as pesquisas que se enquadram no primeiro grupo Paula, Ohira e Trevisol Neto (2020) apresentam um relato de pesquisa analisando os dados coletados durante a fiscalização das bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino do município de Florianópolis. A Lei 12.244/10 foi utilizada como base para a elaboração do questionário da pesquisa, que contribuiu para a realização dos diagnósticos das bibliotecas existentes nas unidades de ensino catarinenses. Como os estudos de Garcez et al. (2016), o artigo traz o histórico do estado de Santa Catarina e os esforços anteriores e posteriores à publicação da lei para a implantação de bibliotecas escolares no estado.

Os artigos categorizados no segundo grupo dedicam-se exclusivamente à lei 12.244/10 e sua aplicação. Farias e Britto (2019) apresentam uma análise dos três primeiros artigos da lei, com duas perspectivas: a educacional e a das recomendações biblioteconômicas. As autoras destacam que aspectos do texto da lei demandam esclarecimentos e deixam lacunas que impedem a sua eficácia. As recomendações biblioteconômicas têm como base os documentos e diretrizes do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e a Resolução n. 199/2018, que dispõe sobre os parâmetros de estruturação e funcionamento de bibliotecas escolares e que está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). As autoras destacam que as diretrizes do CFB estão alinhadas com o Manifesto para as Bibliotecas Escolares da IFLA/UNESCO, que apresenta diretrizes globais para o funcionamento e objetivos da Biblioteca Escolar. No que diz respeito à análise sob a perspectiva educacional, os autores apresentam um breve histórico da Pedagogia Histórico-crítica e concluem que embora a pedagogia histórico-crítica não tenha se dedicado especificamente a leitura e as bibliotecas, sua concepção de trabalho educativo é utilizada como ancoragem de horizonte educacional

a análise.

O artigo de Nunes e Gonçalves (2019) apresenta uma análise similar a Farias e Britto (2019) com a comparação entre a Lei 12.244/10 e as demais diretrizes de regulação das bibliotecas no Brasil, em especial os documentos da IFLA/UNESCO. Além do não cumprimento da lei, a pesquisa conclui que ainda é difícil encontrar estudos que analisam as perspectivas da biblioteca escolar e as suas políticas públicas no âmbito da biblioteconomia.

Joel Souza (2017) traz um estudo mais extenso, com a perspectiva histórica que levou a concepção da lei e as perspectivas para sua implantação até o ano de 2020. O objetivo de Souza é apresentar um referencial informativo sobre a política pública e os esforços para que sejam alcançadas. Assim como as demais pesquisas, Souza aponta como principal impedimento para a aplicabilidade da lei a sua falta de clareza quanto à estrutura das bibliotecas. O autor também apresenta dados das bibliotecas de Santa Catarina, evidenciando o estado como um dos principais focos de estudo para as pesquisas referentes a bibliotecas em instituições públicas de ensino do país.

As últimas três publicações estão dentro do terceiro grupo, e são revisões de literatura sobre a Lei 12.244/10 e demais políticas públicas. Também tendo como foco Santa Catarina, Zimmermann, Paula e Ohira (2017) apresentam uma análise das publicações a partir da promulgação da lei, muitas das quais também estão presentes nesta pesquisa como os artigos de Silva (2011), Garcez et al. (2016) e Campello (2015), com o intuito de identificar sua aplicabilidade, avanços, perspectivas e limitações e as ações dos órgãos de classe do estado. Zimmermann, Paula e Ohira (2017, p. 163) afirmam que “a biblioteca escolar ainda é um mito em muitas escolas públicas brasileiras”. Muitas escolas continuam sem bibliotecas, ou possuem bibliotecas precárias e sem bibliotecários, em contraste com a rede particular de ensino. Entretanto os autores apontam que em alguns casos, existe também um despreparado do profissional bibliotecário para atuar no ambiente pedagógico.

Oliveira e Rodrigues (2018) apresentam os resultados de uma pesquisa com a temática da biblioteca escolar e a produção científica da área. O estudo aponta um crescimento das produções a partir de 2010, que é o ano da implementação da Lei 12.244/10, sem aprofundar análises sobre a lei em si. As autoras apontam que a lei “trouxe

à superfície a discussão sobre bibliotecas escolares. Temática essa que tem ganhado atenção dos bibliotecários, pesquisadores, bem como da comunidade no entorno da Biblioteconomia e da CI” (Oliveira; Rodrigues, 2018, p. 147).

Por fim, Assis e Goulart (2022), apresentam o estudo mais recente dentre os resultados desta pesquisa e trazem um panorama das políticas públicas voltadas para a biblioteca escolar, através de uma revisão de literatura sobre o tema. É dado enfoque ao PNBE, ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), a Política Nacional do Livro e a Lei 12.244/10. A pesquisa conclui que mesmo com diversas políticas públicas que estimulam a criação de bibliotecas escolares, ainda faltam organização e ordenação de recursos públicos para sua efetividade.

Todos os artigos analisados apresentam críticas e apontam as lacunas da Lei 12.244/10, com enfoque para a falta de inclusão da biblioteca no planejamento pedagógico e educativo da escola (Nunes; Gonçalves, 2019) (Farias; Britto, 2019). Outra crítica frequente é referente a falta de punições para o não cumprimento da lei e previsão dos recursos necessários para tal, como apontado por Zimmermann, Paula e Ohira (2017) e Oliveira e Rodrigues (2018).

Embora a Lei 12.244/10 apresente lacunas e possibilite muitas críticas, conforme apresentado pelos estudos desta pesquisa, é preciso também observar suas contribuições para a educação no Brasil e principalmente para o desenvolvimento das pesquisas acerca da biblioteca escolar e sua função educativa, como apontado por Oliveira e Rodrigues (2019). Farias e Brito (2019) também destacam a importância do ensino e da pesquisa na Biblioteconomia, principalmente nas linhas de pesquisa da biblioteca escolar. O bibliotecário que atua na biblioteca escolar deve buscar também estudos que contemplem educação e pedagogia.

As discussões acerca da Biblioteca Escolar e sua importância ainda são recentes em grande parte das instituições de pesquisa no Brasil, mas é possível afirmar que “a importância dada ao tema recebe novos olhares com essa legislação” (Oliveira; Rodrigues, 2018, p. 153). Além da promoção das pesquisas com o foco na Biblioteca Escolar, a lei impulsionou os Estados a ampliarem seus projetos para envolver o bibliotecário e a biblioteca na realidade escolar, como é apontado pela pesquisa de Garcez et al. (2016) em Santa Catarina, que se comprometeu em melhorar as condições de suas

bibliotecas escolares, e elaborou um novo projeto bibliotecário para as Bibliotecas Escolares.

2.3 Principais regimentos e Leis da Biblioteca Escolar: Brasil e Amazonas

Como exposto na seção anterior, a Lei Federal 12.244/10 é um dos direcionamentos mais importantes para as bibliotecas escolares no país. Entretanto, diversas outras leis e diretrizes regulam as atividades e a atuação do profissional bibliotecário e da biblioteca. No panorama internacional, existem dois documentos que formam a base da atuação da biblioteca escolar e do bibliotecário: o Manifesto para Bibliotecas Escolares da IFLA/UNESCO, lançado em 1999, e as Diretrizes para a Biblioteca Escolar da IFLA, lançado em 2016. As leis e resoluções brasileiras tendem a espelhar as diretrizes destes documentos, adaptando para a realidade do Brasil.

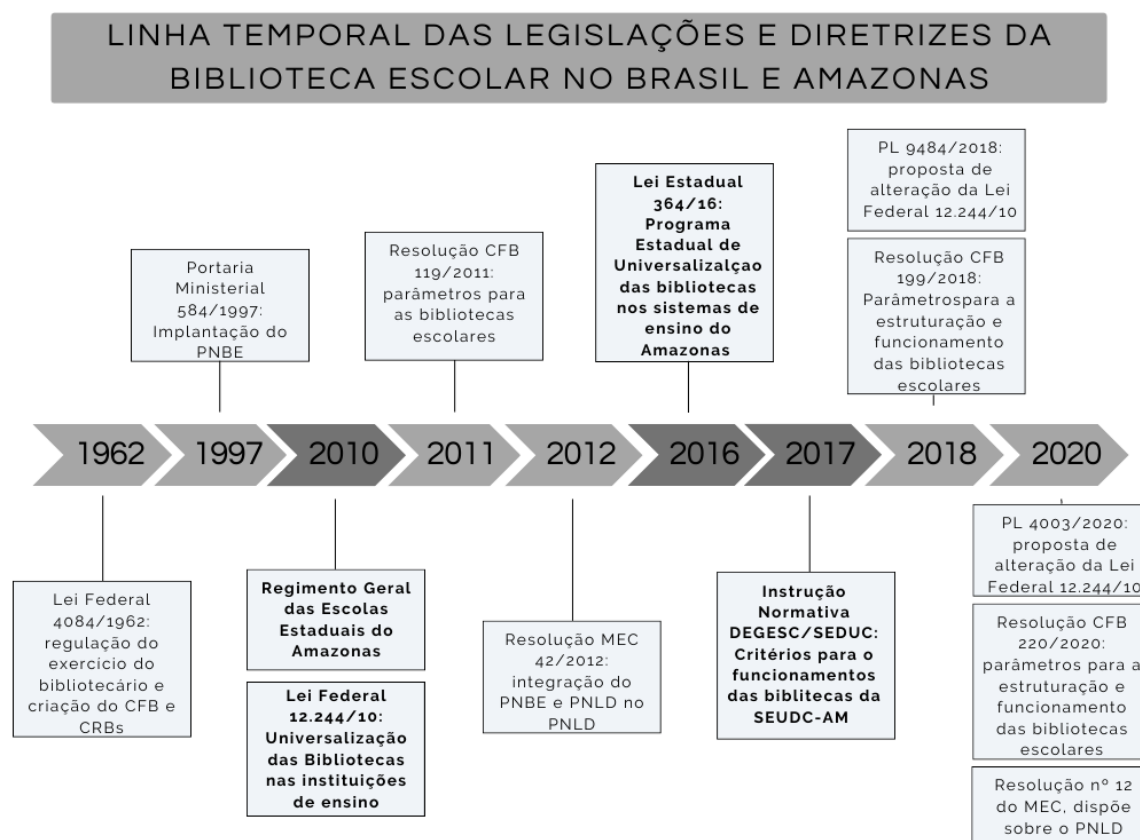
Junto com a Lei Federal 4.084/1962, que dispõe sobre a profissão do bibliotecário e regula o seu exercício no país, foram criados o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB). Os conselhos ficam, então, responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão do bibliotecário. A sede do CFB fica localizada no Distrito Federal e cada região possui um CRB para sua fiscalização e regulamentação. No caso do Amazonas, o CRB responsável é o da 11ª região, que abrange também os estados de Rondônia, Acre e Roraima. Além desta fiscalização, os conselhos também publicam parâmetros para regulamentar as bibliotecas.

Muito antes das diretrizes internacionais da IFLA, já existiam iniciativas para estabelecer bibliotecas e livros nas escolas públicas do país. A partir de 1937 o Instituto Nacional do Livro era o órgão responsável pela política nacional das bibliotecas e do livro pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de setembro de 1937, durante o Governo Vargas, com o objetivo de elaborar uma enciclopédia da língua brasileira e apoiar a implantação de bibliotecas públicas.

A biblioteca escolar apenas passou a ser um dos objetivos de políticas públicas em 1997, no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) através da Portaria Ministerial nº 584/1997, que foi desativado em 2017. O objetivo do programa era promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura através da distribuição literária. Inicialmente, o PNBE era totalmente focado em literatura, com obras em prosa, verso, quadrinhos, periódicos e livros de apoio para professores.

Em 2017, com a publicação do Decreto 9.099/2017, surge o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O decreto unifica as ações de materiais didáticos e literários, anteriormente a parte didática sendo destinada ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O maior diferencial do PNLD é a sua ampliação para atender à prática educativa além do livro, com a distribuição de *softwares*, jogos, etc. Outra mudança importante para as bibliotecas escolares foi que a partir de 2017, as obras literárias passaram a ter o mesmo processo de escolha do material didático. No PNBE as obras eram enviadas a todas as escolas, e agora podem ser selecionadas a partir de uma lista de títulos pré-definidos pelo programa para melhor atender a cada instituição.

FIGURA 1 – Linha temporal das legislações e diretrizes da biblioteca escolar no Brasil e Amazonas



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nas normativas da DEGESC/SEDUC, resoluções do MEC, CFB e Leis Federais e Estaduais, 2022

Conforme a Figura 1 – Linha temporal das legislações e diretrizes da biblioteca escolar no Brasil e Amazonas nota-se um aumento na publicação de leis e resoluções acerca do tema da biblioteca escolar no país. Logo no ano seguinte após a publicação da Lei 12.244/10, em 2011, o CFB publica a Resolução 119/2011 estabelecendo o documento “Biblioteca escolar como espaço de produção do

conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”, realizado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE/UFMG) que também teve como base a lei de universalização de bibliotecas escolares, como o padrão para bibliotecas públicas ou privadas da rede de ensino fundamental e médio.

O documento em questão foi coordenado por Bernadete Campello e estabelece indicadores para o espaço físico, o acervo, computadores, serviços e atividades e pessoal da biblioteca escolar. Ao indicar um nível exemplar de biblioteca escolar, o GEBE (2010) busca inspirar um horizonte a ser alcançado, sendo seus parâmetros flexíveis, que podem ser modificados e adaptados. Tais indicadores estão pautados nos dados apresentados pelo Manifesto para as Bibliotecas Escolares da IFLA/UNESCO.

Os indicadores do GEBE (2010), são detalhados resumidamente o Quadro 4 abaixo:

QUADRO 4 – Indicadores do GEBE (2010)

INDICADOR		NÍVEL BÁSICO	NÍVEL EXEMPLAR
ESPAÇO FÍSICO	Espaço físico exclusivo e acessível a todos os usuários	50m2 até 100m2	Acima de 200m2
	Assentos para consultar material ou realizar atividades	Suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, mais usuários avulsos	Suficientes para acomodar uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos
	Ambientes para serviços técnicos e administrativos	Balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet para o(s) funcionário(s)	Balcão de atendimento, ambiente para atividades técnicas, mesa, cadeira e computador com acesso à internet para cada funcionário
ACERVO		Um título por aluno	A partir de quatro títulos por aluno, não

		sendo necessário mais do que cinco exemplares de cada título.
COMPUTADORES COM ACESSO À INTERNET	Um computador com acesso à internet para uso de professores e alunos	Computadores com acesso à internet suficiente para uma classe inteira
ORGANIZAÇÃO DO ACERVO	Catálogo com os livros do acervo, permitindo recuperação por autor, título e assunto	Catálogo informatizado, com acesso remoto ao acervo. Recuperação por autor, título e assunto e outros.
SERVIÇOS E ATIVIDADES	Consulta local, empréstimo domiciliar, atividade de incentivo à leitura e orientação à pesquisa	Além do nível básico, divulgação de novas aquisições, exposições e serviços para professores como levantamento bibliográficos e boletins.
PESSOAL	Bibliotecário responsável por um grupo de bibliotecas, com pessoal auxiliar em cada biblioteca	Um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base em GEBE (2010), 2022

Quanto ao acervo, uma dúvida frequente para os profissionais fora da área de biblioteconomia é em relação à quantidade de livros que classificam o acervo como uma biblioteca. Ao especificar um título por aluno, o estabelecido é que existam livros diferentes para cada aluno e não exemplares. Caso a escola tenha dez alunos, e trinta livros, mas apenas cinco títulos, a coleção existente não se configura como biblioteca. Esta determinação de nível básico exposta pelo GEBE (2010) está em concordância com o

artigo 2º da Lei Federal 12.244/10.

Em 2018, tendo como base o documento do GEBE (2010), o CFB publica a resolução 199/2018, para aprovar os parâmetros de estruturação e funcionamento das bibliotecas escolares. A resolução, assim como o GEBE, estabelece as mesmas diretrizes quanto ao espaço físico, acervo, computadores e gestão da biblioteca, com a inclusão de dois critérios: as bibliotecas devem funcionar como espaço de aprendizagem e devem ter horário de atendimento adequado e também durante os intervalos de alunos e professores, para proporcionar acesso de forma irrestrita. No indicador “pessoal” a resolução estabelece um limite para a quantidade de bibliotecas para cada bibliotecário supervisor, sendo um bibliotecário para no máximo quatro bibliotecas. Outra inclusão importante na resolução é que a biblioteca esteja em conformidade com as normas de acessibilidade brasileiras, propostas pela NBR 9050, para que atenda a todos os perfis de usuários. A estrutura da biblioteca deve ser pensada com rampas e corredores com largura mínima de 0,90m e oferecer material em braile ou adaptado caso as escolas tenham alunos com deficiências visuais ou de aprendizado.

O CFB atualiza a resolução em 2020, sem grandes mudanças em seu texto. A mudança mais significativa está na exclusão do art. 5º presente na resolução de 2018, que estabelecia um prazo até o dia 31 de dezembro de 2020 para que as escolas se adequassem às exigências. Como era esperado, tal adequação não aconteceu, e na Resolução CFB 220/2020 não é especificado prazo algum.

Ainda no âmbito nacional, em 2020, o MEC publica a Resolução Nº 12, que dispõe sobre o PNLD, que busca prover para as escolas públicas de educação básica materiais didáticos e literários, não se limitando apenas a livros, com obras pedagógicas como jogos, softwares e demais instrumentos educacionais. O Art. 20 da resolução estabelece que as escolas com mais de dois mil estudantes matriculados, disponibilizarão bibliotecários, devidamente registrados no CFB.

Quanto ao estado do Amazonas, desde 2010, está ativo o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas aprovado na Resolução Estadual nº 122/2010, pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE). Trata-se de um regimento geral, para todas as atividades realizadas pelas escolas do estado. O regimento estabelece que para seu funcionamento toda escola deve ter uma biblioteca, como requisito mínimo. O capítulo

destinado à biblioteca escolar apresenta regras quanto à conservação do seu material, sem estabelecer indicadores ou ações que a biblioteca deve atender.

O Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas (2010) estabelece que as finalidades da biblioteca são:

- I. Manter acervo de dados que garantam a difusão do saber;
- II. Atender a comunidade educacional e ao segmento comunitário adstrito à Escola, proporcionando consulta para o enriquecimento de trabalhos escolares e de pesquisas; e.
- III. Atender satisfatoriamente àqueles que a procuram para consultas e estudos. (CEE, 2009, pg. 68)

Em 2016, é promulgada a Lei Estadual nº 364/2016, que dispõe sobre o Programa Estadual de Universalização das Bibliotecas nos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema de Educação do Estado do Amazonas. A lei estadual reforça as considerações e indicadores da Lei Federal 12.244/10 e das resoluções do CFB, adicionando “a garantia de acesso e utilização às diferentes coleções da biblioteca aos alunos com deficiência, de acordo com suas necessidades específicas” (Amazonas, 2010). A lei também estabelece a diretriz de que a biblioteca deve ser um ambiente agradável, atraente e prático. Além disso, promove a valorização do profissional bibliotecário, com provimento ao cargo nos termos constitucionais e proporcional ao processo de implantação e melhorias das bibliotecas, assim como a formação continuada para os profissionais.

No ano seguinte, em 2017, a SEDUC publica no Diário Oficial do Amazonas a Instrução Normativa DEGESC/SEDUC, com os critérios para funcionamento das bibliotecas escolares da rede pública estadual, considerando o regimento geral das escolas da rede pública estadual de ensino do estado. Trata-se de uma instrução voltada para as questões administrativas da biblioteca, como o encaminhamento de recibos e regras quanto à utilização do material e mobiliário, que não deve ser realocado para outros setores da escola, e a inclusão da biblioteca no planejamento pedagógico da escola, integrando suas ações.

Até 2024 existem alguns projetos de lei que visam atualizar ou modificar a Lei Federal 12.244/10, com destaque para a PL 5656/2019, antiga PL 9484/2018 aprovada no final de 2023 pela Câmara dos Deputados, que busca alterar a definição de biblioteca escolar, considerando que a criação de bibliotecas por si só não garante a utilização do

espaço como um espaço cultural, o novo conceito de biblioteca proposto inclui serviços de tecnologia para a biblioteca. Em especial propõe que a bibliotecas se apresente “como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios” (Brasil, 2010). O projeto propõe também a instalação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), com o intuito de oferecer as condições para que os estados e municípios consigam de fato implantar novas bibliotecas escolares que funcionem como centros culturais, e a integração das escolas, conectando as bibliotecas e suas publicações virtuais.

Outro projeto de lei em destaque é a PL 4003/2020, que visa alterar a Lei Federal 12.244/10 permitindo que os espaços sejam virtuais. Pensar na biblioteca além de seu espaço físico é, sem dúvidas, fundamental. Entretanto, a PL 4003/2020 representa um alerta, e pode facilitar as lacunas da Lei 12.244/10, podendo levar a instalação de espaços totalmente virtuais, excluindo o caráter social e cultural do espaço que a biblioteca representa nas escolas. Embora financeiramente mais acessível, considerar a biblioteca escolar apenas como: “o acervo físico e digital de livros, materiais videográficos, áudios, fotos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (Brasil, 2020), pode ser considerado um retrocesso para biblioteca escolar e seu papel cultural.

Fica claro este teor ao analisar o texto do projeto de Lei:

[...] o Brasil precisaria construir mais de 100 mil bibliotecas até 2020, para cumprir a Lei 12.244/10. Dessa forma, torna-se necessário expandir o prazo para a expansão das bibliotecas, ganhar tempo com a construção das bibliotecas digitais e reinvestir o montante da diferença dos exemplares impressos em títulos digitais. Ademais, a biblioteca digital pode ajudar no desenvolvimento da Educação com investimentos menores do que a construção de bibliotecas de tijolos (Brasil, 2020).

É importante destacar que a realidade de muitas escolas brasileiras, principalmente dos interiores, não seria contemplada com bibliotecas digitais. Direcionando o olhar para o município de Humaitá-AM, muitas escolas ainda não têm acesso livre à internet, e ainda existem comunidades onde o acesso a redes de internet é escasso ou até mesmo inexistente.

Além das alterações para a definição de biblioteca escolar, a PL 4003/2020 propõe que o prazo para sua implantação seja estendido até 2024, levando em consideração

o Plano Nacional de Educação (PNE). A PL 9484/18 já previa o não cumprimento do prazo estabelecido pela Lei Federal 12.244/10, e também propõe a sua ampliação para 2024. Até 2023, ambos os projetos de lei continuam em tramitação na Câmara dos Deputados.

É certo que apenas novas leis, ou atualizações das leis, como é o caso dos projetos apresentados, não são suficientes para mudar a realidade das bibliotecas escolares brasileiras. Ainda mais as públicas. Mas esses processos são fundamentais para respaldar a importância da biblioteca na formação integral dos alunos. É importante compreender que o espaço proporcionado pela biblioteca não está atrelado apenas ao livro, e sim ao acesso livre a cultura e a interação social.

2.4 A Biblioteca Escolar na formação do leitor literário

Além dos desafios apresentados nas seções anteriores, como a falta de bibliotecas, de materiais atualizados e de profissionais qualificados para a gestão desses espaços, a biblioteca escolar possui um desafio ainda maior, que é cumprir com o seu papel na formação do leitor. Até mesmo quando a biblioteca escolar possui um profissional dedicado à sua gestão, a promoção de atividades e eventos parece ficar em segundo plano, focando na organização do acervo e do espaço. O processamento técnico é de suma importância para o funcionamento da biblioteca, mas também, conforme afirma Silva (1999), cabe ao profissional que atua na biblioteca escolar transformar o espaço em um local atrativo para toda a comunidade escolar. O autor aponta que o bibliotecário, quando muito apegado às atividades mais técnicas e quando mantém uma postura passiva em relação à dinamização da escola, impede a participação da biblioteca escolar no processo de ensino e, conseqüentemente, na formação do leitor literário.

Normalmente, quando se prende a minúcias técnicas e aos “esotéricos” sistemas de classificação, o bibliotecário não enxerga nem mesmo as necessidades mais urgentes da comunidade a que serve. Preocupado em conferir os dez ou doze dígitos que compõem a notação de classificação da obra em preparo técnico, o bibliotecário não percebe que ela é esperada ansiosamente por inúmeros leitores. (Silva, 1999, p. 63)

Embora as tarefas técnicas sejam importantes, a principal atividade do profissional que atua na biblioteca deve ser a promoção da leitura e a difusão da informação, tornando a biblioteca escolar uma ferramenta fundamental para o letramento literário. Conforme define Cosson (2017), o letramento literário não se limita à habilidade

de ler e compreender textos, é uma prática social que envolve a interação entre leitor e autor, contribuindo assim para a socialização da leitura de textos literários. O livro e a leitura são uma peça chave para a formação do aluno, de seu caráter e de sua cultura. É através da leitura que o aluno também desenvolve suas capacidades de escrita e interpretação textual.

Promover a leitura não é um desafio só para a biblioteca escolar. De acordo com os resultados da quinta pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, publicada em 2021 e desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro (IPL), o brasileiro lê em média 4,95 livros por ano. E desse total, apenas 2,55 foram lidos do início ao fim. Desde 2007 o IPL realiza pesquisas voltadas para a realidade leitora e o comportamento leitor do brasileiro, sendo reconhecida como o principal diagnóstico de leitura do país.

Além dos dados voltados para a leitura, a pesquisa também analisa o acesso ao livro, através das bibliotecas públicas e comunitárias. 47% dos brasileiros com cinco anos ou mais sabem que existe uma biblioteca em sua cidade, porém somente 4% dizem que a frequentam sempre e 15% às vezes. Os resultados apontam ainda que desde 2011 o percentual de frequentadores de bibliotecas escolares ou universitárias vem diminuindo cada vez mais. Somente 16% identificam a biblioteca como um local para toda a população, e 3% como um local para atividades e eventos culturais.

Os resultados da pesquisa do Instituto Pró-Livro mostram que a leitura ainda não é uma prática comum, embora 67% dos jovens entrevistados, de 15 a 29 anos, terem afirmado que gostam de ler, a média é de apenas 2,55 livros lidos por ano. A leitura é uma prática que não está presente no dia-a-dia das famílias brasileiras, muitas vezes, a criança terá o primeiro contato com o livro e a leitura na escola e na biblioteca escolar, a maioria apenas com o livro didático. E nesses ambientes, encontra a leitura como uma atividade não prazerosa, uma obrigação. Os estudos de Nunes, Lira e Gherke (2021), concluem que quanto mais cedo as crianças forem apresentadas à biblioteca e ao contato com o livro como um todo, maiores serão as chances de elas virem a se tornar leitoras e frequentadoras assíduas de bibliotecas. Com isso, também, crescem as chances de ampliarem suas experiências culturais, seu repertório de ideias e a evolução de sua criatividade. Muito mais do que emprestar livros, a biblioteca é um espaço dinâmico e cultural, que pode ser uma ferramenta para desenvolver no aluno, além de conhecimento, o seu senso de comunidade e cidadania.

Infelizmente, uma biblioteca dinâmica e cultural dentro das escolas é raro, Cosson (2009) aponta que na maioria das escolas brasileiras, a biblioteca é sinônimo de sala de livro didático, sem funcionários preparados para incentivar a leitura e com coleções tão antigas que “um leitor desavisado poderia pensar que se trata de obras raras” (Cosson, 2009, p. 32). Cosson também aponta que a literatura é palco de uma situação difícil e complicada dentro das escolas, para muitos, a literatura é um saber desnecessário e é tratada como uma ferramenta da disciplina de português.

A biblioteca escolar é um local privilegiado, considerando seu espaço e acervo, para fomentar nos alunos o desejo e o encanto pela literatura e pelos livros. Ao disponibilizar os acervos e promover leituras diversas, bem como apreciação dessas obras, o agente de leitura pode incrementar esse trabalho paulatinamente, e aos poucos ir ampliando as estratégias de uso dos acervos. (Dalla-Bona; Lima, 2018, p. 57)

Silva (1999) também destaca que o incentivo à leitura não deve recair apenas ao professor de português. Incentivar a leitura e o uso da biblioteca é responsabilidade de toda a comunidade escolar “[...] é importante que o docente seja um leitor, de fato, e assíduo freqüentador da biblioteca escolar. Para o aluno, é fundamental o exemplo do mestre, embora isso não baste como incentivo.” (Silva, 1999, p. 73). Por isso, é importante também que a biblioteca escolar atenda a toda a comunidade, pois o aluno não é o único usuário da biblioteca. Professores, administrativos, merendeiros e auxiliares de serviços gerais também são os usuários da biblioteca escolar, que deve estar aberta e oferecer serviços e materiais a esses usuários. É através do exemplo que a criança também passa a se interessar pela leitura.

Embora o professor seja o principal mediador entre o aluno e a leitura no ambiente escolar, Dalla-Bona e Lima (2018) apontam que a biblioteca deve ser integrada com os professores e comunidade escolar e essa interação enriquece e potencializa a formação do leitor. A colaboração entre o professor e a biblioteca é essencial para integrar o livro e a leitura à rotina da comunidade escolar, transformando-os em hábitos intrínsecos ao raciocínio ativo. Nesse contexto, a biblioteca escolar não deve focalizar apenas o aluno, mas sim todos os envolvidos no processo de formação literária, reconhecendo que a formação de leitores é um esforço coletivo. O sucesso desse processo está diretamente ligado à sinergia entre família, professores e comunidade escolar, visando formar leitores capacitados a debater, interpretar e articular seus pensamentos diante do vasto conteúdo escrito, enquanto desenvolvem a habilidade de analisar criticamente a crescente quantidade

de informações às quais estão expostos.

O bibliotecário escolar deve participar ativamente nos programas de educação e não apenas ser responsável pela gestão do acervo e de seu espaço. O papel do bibliotecário é também coordenar discussões e avaliar o uso do acervo e os índices de leitura das turmas. Atividades como campanhas de leitura, reuniões, clubes de leitura e contações de histórias devem ser incentivadas e periódicas, assim como promover a integração dos pais com a escola e a biblioteca. Com o avanço da tecnologia, também é imprescindível integrá-la na educação e apresentar os novos meios de aprendizado que a tecnologia nos oferece (UNESCO/IFLA, 2005).

A formação ativa do leitor deve incluir atividades de leitura que estabeleçam conforto e diversão com o texto. Botini e Farago (2014) apontam que atividades como brincar, manusear, conviver com diferentes tipos de materiais, qualquer estímulo entre o texto e o leitor em formação, pode ser uma ferramenta para o seu conhecimento de mundo, sua imaginação e até mesmo sua inclusão social. É importante desde cedo estabelecer para a criança que a leitura não é uma ação individual, e sim social, que promove conversas e interação. Além disso, é através da leitura, e de ouvir histórias, que a criança desenvolve também a vontade de escrever e contar suas próprias histórias.

[...] é preciso compartilhar a interpretação e ampliar os sentidos construídos individualmente. A razão disso é que, por meio do compartilhamento de suas interpretações, os leitores ganham consciência de que são membros de uma coletividade e de que essa coletividade fortalece e amplia seus horizontes de leitura. (Cosson, 2009, p. 66)

Cosson (2009) estabelece três pressupostos para o letramento literário: primeiro, que o ensino da literatura deve ter como centro a experiência do literário, ou seja, as práticas de ensino devem contemplar o processo de letramento literário e não apenas a leitura das obras. Segundo que a literatura não pode ser reduzida ao sistema canônico, como é o caso do ensino de literatura no ensino médio focado apenas no estudo histórico das escolas literárias. E terceiro que o letramento literário tem como princípio a construção de uma comunidade de leitores que “não devem ser meros consumidores da cultura, quer como tradição, quer como contemporaneidade, mas sim membros de uma comunidade que se apropriam de sua herança cultural e com elas dialogam” (Cosson, 2009, p. 104). É importante, também, que o aluno se sinta parte desta comunidade, e se reconheça como um

agente dela.

E é nesse terceiro pressuposto, a comunidade leitora, que entra o maior papel da biblioteca. A biblioteca oferece o espaço e os instrumentos para os leitores formarem a comunidade e o encontro para a troca de ideias. Outra contribuição importante da biblioteca é a possibilidade de o aluno ler fora da sala de aula, principalmente quando o texto é extenso. Por isso é tão importante que a biblioteca escolar tenha acesso livre, que o aluno possa visitá-la sem estar acompanhado do professor e da turma.

Os valores que são fundamentais para a formação do cidadão também podem ser trabalhados na biblioteca escolar, como aponta Bernadette Campello (2008). A biblioteca é um espaço que possibilita desenvolver respeito ao espaço coletivo, empatia pelo próximo, responsabilidade pelo material ao qual têm acesso e a preservação da cultura como um todo, encontrando um local onde pode se sentir parte de um grupo. Carvalho (2008) destaca que, embora a biblioteca escolar possa ser o local onde se formam leitores, ela também deve “ser pensada como um espaço de criação e de compartilhamento de experiências, um espaço de produção cultural em que crianças e jovens sejam criadoras e não apenas consumidoras de cultura” (Carvalho, 2008, p. 22). Sendo assim, a biblioteca e seu espaço devem ir além do livro físico.

As atividades necessárias para as bibliotecas serem consideradas espaços culturais, e para os profissionais que nela atuam, se encaixam na sequência básica de Cosson para o letramento literário. Cosson (2009) estabelece quatro passos dentro desta sequência básica: a motivação, a introdução, a leitura e a interpretação. Embora o bibliotecário não seja o professor e não tenha com o aluno horas de aula, ele ainda assim pode realizar os passos da sequência básica de Cosson de forma adaptada.

A motivação consiste na preparação do aluno para entrar no texto. É o que vai despertar a curiosidade para a leitura, estar na biblioteca e ter nela atrativos para textos diferentes, é uma espécie da motivação sugerida por Cosson (2009). A introdução consiste na apresentação do autor e da obra, que pode ser trabalhada na biblioteca através de cartazes, divulgações nas redes sociais da biblioteca ou da escola com informações sobre livros e autores, eventos culturais com foco em autores específicos, exposições de livros etc. Na terceira etapa, da leitura, Cosson (2009) destaca que não se deve confundir com uma etapa para verificar ou policiar a leitura, mas sim acompanhar em caso de dúvidas. O

bibliotecário não deve se limitar a realizar o empréstimo e a devolução dos livros, mas socializar o processo da leitura do aluno, fazer perguntas, dar dicas de leituras complementares, informar sobre curiosidades sobre o livro, como filmes ou séries baseado neles. Por fim, na interpretação, que é a fase mais complexa da sequência básica para o letramento literário, se incluem as práticas para reflexão e socialização da leitura, que se constituem na biblioteca como os círculos de leitura, clubes do livro e demais atividades.

Não podemos descartar que eventos e atividades de decoração e divulgação da biblioteca estão atrelados a gastos financeiros, que a escola muitas vezes não pode arcar. Entretanto, muitas atividades podem ser feitas com poucos ou até mesmo nenhum recurso, Cosson (2009) e Silva (1999) apontam que a biblioteca pode se tornar um laboratório de produção escrita, e indicam um mesmo exercício: cada aluno elaborar um desfecho diferente para um livro ou conto que está sendo explorado na biblioteca escolar.

Almeida Júnior e Bortolin (2009) citam várias atividades que podem auxiliar na mediação da informação na biblioteca escolar que também podem ser realizados com baixo custo, ou até mesmo nenhum custo financeiro. Os autores destacam que os profissionais que atuam na biblioteca devem ser curiosos e criativos, pois é isto que trará de fato êxito para as atividades na biblioteca escolar.

Destacamos abaixo as cinco primeiras atividades de mediação de leitura sugeridas por Almeida Júnior e Bortolin (2009):

- 1) brincadeiras com dicionários (construção de dicionário pessoal, jogos de rapidez na busca de palavras, sendo elas: incomuns, regionais, pertencentes a uma tribo urbana...);
- 2) abandono de cartelas com palavras extraordinárias em espaços frequentados pelos alunos, deixando um dicionário disponível em local de fácil visualização;
- 3) concurso de palavras-cruzadas, caça-palavras, observando o nível etário do grupo;
- 4) gincanas culturais e informativas (com o estabelecimento de “comportamentos combinados”);
- 5) competição de soletração (ex: programa de TV - Soletrando) (Almeida Júnior; Bortolin, 2009, p. 2014)

Como é possível observar, muitas dessas atividades podem ser consideradas brincadeiras. E é justamente esse o diferencial do poder educativo da biblioteca escolar na

formação do leitor. É necessário estabelecer para a criança desde cedo que ler não é um processo chato, uma obrigação, e sim um lazer. A biblioteca escolar deve ser um espaço de diversão, e não só para as crianças, o adolescente também brinca e pode se beneficiar das atividades expostas.

Os estudos e as discussões acerca do papel da biblioteca na formação do leitor continuarão sendo uma pauta importante e em contínua evolução. Não se limitando apenas aos métodos aplicáveis para a formação desses leitores, mas como também a inclusão dos novos meios e suportes de informação. É inegável que a biblioteca apresenta impactos positivos em toda comunidade escolar, como apoio para professores e a gestão, e na formação integral dos alunos. Paulo Freire (1989) destaca que a biblioteca é o fator fundamental para aperfeiçoar e intensificar a forma correta de ler e relacionar a leitura com o contexto, mas, para isso, é necessário que ela funcione como um centro cultural, uma biblioteca viva, e não um depósito silencioso de livros.

3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Nesta seção apresentamos os elementos metodológicos da pesquisa, onde são detalhados: o tipo de abordagem, o *locus* da pesquisa e os instrumentos de coleta e análise dos dados. O trabalho acadêmico, além dos processos de análise literária e discussão teórica, necessita também de uma definição metodológica, ou seja, dos caminhos e processos que nortearão a pesquisa. É necessário que a metodologia aplicada esteja de acordo com os objetivos da pesquisa, contribuindo para o bom andamento das atividades que serão realizadas pelo pesquisador. Tendo em vista os objetivos da pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, de caráter exploratório descritivo, tomando como base os estudos de Gil (2010), Severino (2017), Chizzotti (2008) e Yin (2016). A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin (2011).

3.1 Abordagem e Tipo de Estudo

Considerando que esta pesquisa visa descobrir, a partir dos pressupostos teóricos iniciais, a realidade das bibliotecas públicas escolares do município de Humaitá, no Amazonas, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com uma estratégia exploratória descritiva.

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental. (Trivinos, 1987, p. 109)

Para Severino (2017) o objetivo principal da pesquisa exploratória é levantar informações sobre um determinado objeto, que neste caso são as bibliotecas públicas escolares de Humaitá, delimitando o campo de trabalho, as condições e as manifestações desta biblioteca. Partimos da hipótese de que as escolas estaduais do município em questão possuem bibliotecas escolares ativas, e buscamos mapear sua realidade e atividade dentro do contexto escolar e social.

Para realizar esta análise, a pesquisa contou com duas etapas, sendo a primeira uma revisão de literatura voltada para discutir e definir os conceitos de biblioteca escolar e suas aplicações na realidade da educação brasileira e um estado da arte das

publicações acerca da Lei 12.244/10, cujo resultado é a sessão 2.2 desta dissertação. A segunda fase correspondeu à fase exploratória nas bibliotecas escolares do município, através dos instrumentos de entrevista e observação.

A revisão de literatura se faz necessária para analisar os registros disponíveis acerca da biblioteca escolar e seu papel educativo. Através desta etapa, buscou-se identificar os conceitos de biblioteca escolar, letramento literário e da atuação do bibliotecário. O resultado desta revisão foi utilizado como fonte de referência para a análise do espaço e das práticas realizadas na biblioteca escolar, sendo possível assim verificar como as práticas da biblioteca se alinham com o esperado pelas diretrizes e leis.

Para a discussão sobre bibliotecas escolares foi dado enfoque para os estudos de Bernadette Campello (2000; 2008; 2010; 2013; 2022), Luís Milanesi (2002), Alfredo Serrai (1975) e Waldeck Silva (1999), assim como os documentos oficiais das diretrizes brasileiras e internacionais para o funcionamento das bibliotecas escolares, como a UNESCO/IFLA, o Plano Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Lei 12.244/10. Para o estudo das definições e práticas referentes ao letramento literário, foram analisadas as obras de Rildo Cosson (2009; 2017) e suas propostas metodológicas para o desenvolvimento do letramento literário.

Sendo a Lei 12.244/10 um dos pontos norteadores da biblioteca nas escolas, para a elaboração do estado da arte dos artigos relacionados a ela, utilizamos como base a plataforma Periódico CAPES. Romanowski e Ens (2006) apontam que as pesquisas denominadas “Estado da Arte” surgem da necessidade de um mapeamento para desvendar e examinar o conhecimento elaborado, apontando enfoques, temas mais pesquisados e as lacunas existentes em um determinado assunto. Estas pesquisas são fundamentais para compreender como os temas estão sendo estudados, e o andamento desses estudos.

O Estado da Arte caracteriza-se, então, como uma pesquisa de caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica refere-se à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e se realiza a partir de registros já disponíveis e trabalhados por outros pesquisadores devidamente registrados (Severino, 2017). Desta forma, “o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (Severino, 2017 p. 136).

Concluída a fase de revisão literária, seguimos para a fase exploratória da pesquisa qualitativa. O estudo qualitativo não está reduzido a dados isolados e o observador é parte integrante do processo de conhecimento, interpretando os fenômenos e atribuindo-lhes significado. Segundo Flick (2009, p. 18) a pesquisa qualitativa, tem como objetivo “isolar claramente causas e efeitos, operacionalizar corretamente relações teóricas, medir e quantificar fenômenos, criar planos de pesquisa (que permitam a generalização de descobertas) e formular leis gerais”.

Yin (2016) destaca cinco atributos fundamentais da pesquisa qualitativa. Esses incluem a investigação do significado da vida das pessoas, nas condições reais, a representação das opiniões e perspectivas, abranger as condições contextuais nas quais as pessoas vivem, a contribuição para a revelação de conceitos preexistentes ou em desenvolvimento que explicam o comportamento social e a busca pelo uso de diversas fontes de evidências. Desta forma, os aspectos essenciais para a pesquisa qualitativa, além da escolha de métodos e teorias corretos, estão “no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento e na variedade de abordagens e métodos.” (Flick, 2009, p. 20).

Nesta pesquisa, levamos em consideração tais características, buscando apresentar as condições reais da biblioteca escolar, através das opiniões e perspectivas de seus gestores e abrangendo os conceitos existentes na literatura e nas legislações vigentes, utilizando autores e fontes diversas.

Para Chizzotti (2008) a pesquisa qualitativa possui cinco aspectos: a delimitação e formulação do problema, o pesquisador, os pesquisados (a população da pesquisa), os dados e as técnicas. Para o autor, o problema configura-se “como um obstáculo, percebido pelos sujeitos de modo parcial e fragmentado, e analisado sistematicamente” (Chizzotti, 2008, p. 81). Desta forma, a delimitação da pesquisa parte da questão inicial a partir do contexto e das informações das pessoas e dos grupos envolvidos na pesquisa, neste caso, a biblioteca pública escolar da SEDUC-AM.

O pesquisador é parte fundamental da pesquisa, e deve manter-se livre de preconceitos, sem adiantar conclusões. Entretanto, é importante que este seja participante da cultura e das práticas da pesquisa. Chizzotti afirma que o pesquisador deve manter uma

conduta participante, experienciar o espaço. Para esta pesquisa, o sujeito-pesquisador constitui-se por um profissional bibliotecário, que analisará bibliotecas na qual não é o gestor responsável.

As seções seguintes detalham os últimos três aspectos: os participantes (a população), os dados e as suas técnicas de construção e análise.

3.2 Participantes da pesquisa

O objeto de estudo desta pesquisa corresponde às bibliotecas escolares da SEDUC-AM em Humaitá. Além das escolas da SEDUC, o município conta também com escolas públicas da Secretaria Municipal de Educação de Humaitá (SEMED), responsável pela educação infantil, os anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e os anos finais (do 6º ao 9º ano), e um instituto federal com ensino médio técnico. Direccionamos a pesquisa apenas para a SEDUC, devido ao interesse da instituição em se adequar as legislações voltadas para as bibliotecas escolares, e por possuir em seu quadro de funcionários bibliotecários atuando ativamente na biblioteca escolar. No caso do instituto federal, que possui biblioteca e bibliotecário, trata-se de uma realidade muito diferente da vivenciada pelas bibliotecas escolares municipais e estaduais, visto que possui investimentos específicos para atender a biblioteca e, por atender também ao ensino técnico e superior, não se constitui como uma biblioteca escolar, aproximando-se mais da biblioteca universitária.

Analisando os portais de transparência da SEDUC e do Amazonas, identificamos as escolas presentes em Humaitá e suas áreas de atuação. O município conta com apenas uma bibliotecária (atuando no Centro de Educação em Tempo Integral do município), que está envolvida diretamente com a pesquisa como autora, e um auxiliar de biblioteca.

Ao todo, a SEDUC de Humaitá conta com oito escolas atuando em 2023:

QUADRO 5 – Escolas da SEDUC-AM Humaitá

ESCOLA	PÚBLICO ALVO	POSSUI BIBLIOTECÁRIO OU AUXILIAR?	POSSUI BIBLIOTECA?
E.E Álvaro Maia	Ensino Fundamental	NÃO	SIM
E.E. Duque de Caxias	Ensino Fundamental e EJA	NÃO	SIM

CETI Tarcila Prado de Negreiros Mendes	Ensino Médio Integral	SIM	SIM
E.E Cândida do A. Souto	Ensino Fundamental	NÃO	NÃO
E.E Oswaldo Cruz	Ensino Médio	NÃO	SIM
E.E Patronato Auxiliadora	Ensino Fundamental	SIM	SIM
E.E. Marly de Carvalho Lobato	Ensino Fundamental	NÃO	NÃO
E.E Governador Plínio Ramos Coelho	Ensino Médio e EJA	NÃO	SIM

Fonte: Portal da Transparência (2023) e Dados Abertos (2023), elaborado pela autora

Como critério de inclusão para a pesquisa, foram selecionadas as escolas que possuem bibliotecas ativas. Foram excluídas da pesquisa as escolas que não possuem bibliotecas e nem salas de leitura com acervo qualificado, de acordo com as exigências mínimas da Lei de Universalização de Bibliotecas Escolares. Desta forma, como não possuem bibliotecas em suas dependências, desconsideramos as escolas Cândida do A. Souto e Marly de Carvalho Lobato. O objeto de estudo corresponde a três escolas do ensino fundamental, das quais uma também atua na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e três escolas do ensino médio, uma delas com EJA para o ensino médio.

Conforme o Quadro 5, apenas a escola Patronato Maria Auxiliadora possui um auxiliar de biblioteca. Entretanto, mais duas escolas têm profissionais dedicados à gestão do espaço, a Escola Estadual Álvaro Maia e o Governador Plínio Ramos Coelho. Os três são profissionais readaptados e participaram da pesquisa.

Para garantir a privacidade dos profissionais, optamos por não especificar em qual escola atuam e designar uma identificação para cada um: P1, P2 e P3. O processo de construção dos dados da entrevista será descrito na próxima sessão.

3.3 Procedimentos de construção dos dados

As técnicas, ou os instrumentos, da pesquisa que foram aplicadas são: a entrevista estruturada e a observação. Minayo (2009) caracteriza a entrevista como uma conversa com finalidade, sendo uma estratégia muito utilizada para o processo de pesquisa de campo e construção de dados.

Na entrevista estruturada:

[...] as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais. (Severino, 2016, p. 133)

Nesta etapa, o participante da pesquisa irá relatar sua experiência na biblioteca escolar, sua visão acerca do papel da biblioteca, e as práticas que realiza. O objetivo não é encontrar práticas corretas ou incorretas, já que não existe um manual pré-estabelecido para a rotina das bibliotecas escolares, mas sim identificar quais são as práticas, e como são organizadas.

Para o processo da entrevista, seguimos as considerações práticas de Minayo (2009). A autora apresenta sete considerações para a interação e formalidade de uma entrevista: apresentação, menção do interesse da pesquisa, apresentação de credencial institucional, explicação dos motivos da pesquisa, justificativa da escolha do entrevistado, garantia de anonimato e sigilo e conversa inicial. Essas considerações são importantes para o processo de interação e diálogo entre o pesquisador e o entrevistado (Minayo, 2009).

Utilizando como base as leis, diretrizes e sugestões para o funcionamento da biblioteca escolar, analisadas na Seção 2, foram estabelecidos alguns critérios para a entrevista e a observação da biblioteca: legislação e recursos, processamento técnico, programas e atividades e pessoal. As questões norteadoras referentes a cada item estão descritas no Quadro 6 abaixo.

QUADRO 6 – Critérios de funcionamento da Biblioteca Escolar

LEGISLAÇÃO E RECURSOS	PROCESSAMENTO TÉCNICO	PROGRAMAS E ATIVIDADES	PESSOAL
<ul style="list-style-type: none"> ○ • Ciência da Lei 12.244/10 • Regulamento interno da biblioteca • Quadro de avisos • Sinalização das estantes e do acervo • Espaços entre as 	<ul style="list-style-type: none"> ○ • Catalogação e classificação do acervo • Livro de tombo • Quantidade de obras no acervo • Etiquetagem das obras • Registro das 	<ul style="list-style-type: none"> • • Circulação do acervo • Projetos de incentivo à leitura • Periódicos, jornais ou revistas para consulta • Disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> ○ • Perfil do profissional responsável pela biblioteca • Satisfação do profissional • Formação do profissional • Experiência

estantes de 0,90cm a 1m80cm <ul style="list-style-type: none"> • Área de circulação mínima de 1m20cm • Mobiliário para armazenamento do acervo e estudo 	escolhas dos materiais enviados pelos programas que atendem as escolas estaduais.	da informação <ul style="list-style-type: none"> • Acesso à internet e portais educativos. 	profissional <ul style="list-style-type: none"> • Apoio institucional • Percepções sobre a Biblioteca Escolar
---	---	---	---

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base em GEBE (2010) e nas diretrizes da DEGESC/SEDUC, 2022

As questões norteadoras estabelecidas na categoria “Pessoal” do Quadro 6, servirão como direcionamento para a entrevista estruturada, combinando questões fechadas e abertas, sobre os assuntos pré-determinados, mas sem que o entrevistado se prenda ao tema que foi formulado. As entrevistas serão gravadas e depois transcritas para análise. O modelo com as questões está disponível no Apêndice A.

Após a apresentação da pesquisa aos participantes e a leitura e assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas duraram em média entre 15 a 20 minutos. O roteiro da entrevista estruturada possui 13 questões abertas, e dão abertura para acrescentar assuntos complementares no decorrer da entrevista.

As questões foram divididas em três categorias: Informações Iniciais, Legislação e Recursos e Programas e Atividades. Na primeira categoria, buscamos identificar o perfil dos profissionais, com idade, formação acadêmica, cargo e percepção da biblioteca escolar e de sua função como profissional readaptado.

Na segunda categoria, o objetivo foi verificar se os profissionais estão cientes da Lei 12.244/10, do programa do PNLD, ao acompanhamento do material enviado e a sua correta distribuição. Esta questão busca analisar se existe a correta separação do material didático do aluno e do professor do acervo da biblioteca em si.

Na terceira e última categoria, buscamos entender como o profissional responsável pela biblioteca promove o letramento literário, e como utilizam o espaço da biblioteca. Trata-se de uma categoria pessoal, que retrata a opinião e a percepção do profissional sobre a biblioteca escolar, seu acervo e as dificuldades que encontra ao assumir a sua gestão.

O processo de observação foi guiado pelo roteiro de observação, elaborado pela pesquisadora utilizando como base as categorias “Legislação e Recursos”, “Processamento Técnico” e “Programas e Atividades”, disponível no Apêndice B. São quinze tópicos, prioritariamente voltados para questões físicas do espaço, como a acessibilidade das estantes, sinalização da biblioteca e do acervo, processamento técnico do acervo e mobiliário.

Triviños define a observação como o processo de destacar de um conjunto algo especificamente, prestando atenção em suas características. Dessa forma, a observação permite analisar os atos, atividades, significados e relações do objeto de estudo, para isso:

“Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos de relações etc.” (Triviños, 1987, p. 153)

Minayo (2009) afirma que a observação participante é uma parte essencial do trabalho de campo, podendo ser considerada como um método de pesquisa. A autora define a observação participante como: “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (Minayo, 2009, p. 70). Nesta pesquisa, os itens considerados para a observação do local durante as visitas de campo foram os aspectos estruturais das bibliotecas. Para avaliar os itens de acessibilidade do espaço, foi necessário utilizar uma trena para medir as distâncias entre as estantes de livros e de circulação do espaço.

Durante a observação dos espaços, utilizamos o do roteiro de observação para guiar as questões a serem observadas e um diário de campo para anotações complementares. As visitas não foram previamente agendadas, para garantir que a biblioteca fosse observada sem o preparo voltado para a visita, ou seja, que não fosse organizada especialmente para receber a pesquisadora, garantido que a observação fosse de fato para representar a realidade da biblioteca.

Como a maioria das bibliotecas escolares de Humaitá não possui gestão propriamente dita, a observação ocorreu no mesmo dia que a apresentação da pesquisa à gestão escolar. As bibliotecas encontravam-se fechadas, e foi necessário solicitar a chave

para a secretaria das escolas.

Ambos os processos de produção de dados, a observação dos espaços e a entrevista com os profissionais, ocorreram em outubro de 2023, após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

3.4 Procedimentos de análise e interpretação dos dados

Para analisar os dados construídos na pesquisa, utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). A Análise de Conteúdo possui como ponto de partida a mensagem, que pode ser verbal (oral ou escrita), gestual, figurativa, documental ou diretamente provocada (Franco, 2008). A análise e interpretação dos dados é uma fase crucial da investigação científica e promove a relação entre as temáticas abordadas e os dados que foram construídos. Optamos pelo método descrito por sua possibilidade de adaptação e de inferências ao analisar como as bibliotecas estão relacionadas com os modelos e expectativas da biblioteca ideal apresentada nas legislações e diretrizes vigentes.

Desta forma, entendemos que a Análise de Conteúdo é uma técnica de pesquisa utilizada para examinar e compreender o conteúdo de textos, neste caso, textos de uma entrevista semiestruturada e o texto resultante da observação dos espaços. Esta análise envolve a organização, categorização e interpretação do conteúdo para identificar padrões, temas e significados, baseada no contexto e nas inferências (conhecimentos) sobre os dados construídos. As fases para a análise de conteúdo são divididas por Bardin (2011) em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A fase de pré-análise consiste na organização, correspondendo ao conjunto de buscas iniciais, e os primeiros contatos com os materiais a serem incorporados à pesquisa (Franco, 2008). Bardin (2011) apresenta como primeiro passo a leitura “flutuante”, que busca estabelecer contato com os documentos e conhecer o texto. A fase de pré-análise tem como instrumentos a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores.

A escolha dos documentos consiste em demarcar os documentos que serão analisados e o seu *corpus*, “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos processos analíticos” (Bardin, 2011, p. 126). Neste caso o *corpus* são as entrevistas estruturadas e as respostas para as questões da observação do local. Todo o

material foi preparado para análise, as informações referentes ao espaço e ao acervo foram organizadas em formato de tabela, pois se tratam, em sua maioria, de questões fechadas. As entrevistas estruturadas foram transcritas.

Em seguida, a fase da exploração do material consiste na codificação, decomposição ou enumeração dos dados, levando em consideração as regras previamente estipuladas (Bardin, 2011). É nesta fase que realizamos a categorização dos resultados, ou seja, onde as categorias e subcategorias de análise são definidas Franco (2008) define a categorização como uma operação de classificação dos elementos construtivos de um conjunto. Essa classificação se dá pela diferenciação e pelo agrupamento dos resultados a partir de critérios definidos.

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (Bardin, 2011, p. 148)

A escolha dos documentos e as categorias foram definidas *a priori*, ou seja, foram formuladas a partir do referencial teórico, identificando elementos em comum em todo o *corpus* da pesquisa. Tendo em vista os objetivos estabelecidos, as categorias referentes à observação e a entrevista foram organizadas conforme os Quadros 6 e 7 abaixo:

QUADRO 7 – Demonstrativo das Categorias de Análise dos Dados para o Espaço e Organização da Biblioteca

QUESTÕES DA OBSERVAÇÃO	QUESTÕES DA ENTREVISTA ESTRUTURADA	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
<ul style="list-style-type: none"> • Possui funcionário responsável pela gestão? • Possui acesso livre? • Possui regulamento interno? • Possui quadro de avisos? • Está sinalizada (estantes e acervo)? 		ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA	ACESSO E SINALIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Os espaços entre as estantes estão entre 0,90cm a 1m80cm? 		ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO	ACESSIBILIDADE

<ul style="list-style-type: none"> • A área de circulação mínima é de 1m20cm? 		DA BIBLIOTECA	
<ul style="list-style-type: none"> • Possui catálogo das obras em acervo? • As obras são etiquetadas? • As obras estão dispostas de acordo com um sistema de classificação? • As obras estão identificadas pelo número de tombamento? • Possui periódicos, jornais ou revistas? 	<ul style="list-style-type: none"> • Como avalia o acervo da biblioteca? 	ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA	PROCESSAMENTO TÉCNICO E ACERVO
<ul style="list-style-type: none"> • Possui computadores com acesso à internet? • Possui mobiliário para armazenamento do acervo? • Possui mobiliário para estudo e consulta? 		ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA	MOBILIÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Possui material didático armazenado junto com o acervo? 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem conhecimento sobre o PNLD? 	ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA	MATERIAL DIDÁTICO

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023

No Quadro 7 podemos observar que os resultados obtidos durante a observação física do espaço da biblioteca e da entrevista com os profissionais responsáveis pela sua gestão se interferem nas subcategorias de processamento técnico e acervo e material didático. É importante lembrar que apenas três bibliotecas contam com profissionais destinados à sua gestão que participaram da entrevista, entretanto, isso não interfere significativamente no resultado, apenas oferecendo maior visibilidade sobre a qualidade do acervo e seu manejo.

QUADRO 8 – Demonstrativo das Categorias de Análise dos Dados para Gestão da Biblioteca

QUESTÕES DA ENTREVISTA ESTRUTURADA	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
<ul style="list-style-type: none"> • Idade, formação acadêmica e cargo • É um profissional readaptado? • Possui formação específica na área de 	GESTÃO DA BIBLIOTECA	PERFIL DO PROFISSIONAL QUE ATUA NAS BIBLIOTECAS

bibliotecas escolares? <ul style="list-style-type: none"> • Recebe apoio institucional para a gestão da biblioteca? 		
<ul style="list-style-type: none"> • Tem conhecimento da Lei 12.244/10? • Qual a percepção sobre a biblioteca escolar? • Quais as maiores dificuldades encontradas ao utilizar a biblioteca? • Como a biblioteca pode contribuir para sua prática profissional? • O que considera importante para o letramento literário? 	GESTÃO DA BIBLIOTECA	PERCEPÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR
<ul style="list-style-type: none"> • Como utiliza o espaço físico da biblioteca escolar com os alunos? • Como estimula a leitura de obras literárias? 	GESTÃO DA BIBLIOTECA	PRÁTICAS DE ENSINO

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2023

Assim como as formas de construção dos dados, estabelecemos duas categorias para análise, cada uma com suas respectivas subcategorias. A primeira categoria é o “Espaço e Organização da Biblioteca Escolar”, dividida entre “Acesso e Sinalização”, “Acessibilidade”, “Processamento Técnico e Acervo”, “Mobiliário” e “Material Didático”. A segunda categoria é “Gestão da Biblioteca”, com as subcategorias “Perfil do Profissional” e “Percepção da Biblioteca Escolar”.

As apresentações dessas categorias e subcategorias, assim como as respectivas análises e inferências serão apresentadas com fundamentos teóricos na seção 4, denominada “As Bibliotecas Públicas Escolares de Humaitá-AM”.

3.5 Questões Éticas

A pesquisa foi submetida para autorização do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP e aprovada no dia 14 de junho de 2023. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) também será enviado para as escolas, professores e demais participantes da pesquisa, autorizando o uso dos depoimentos, entrevistas e eventuais imagens. Os termos em questão estão disponíveis nos anexos desta dissertação. Nos documentos de autorização (cartas de anuência), está descrito que a direção da escola está ciente dos aspectos da pesquisa, assim como o compromisso em preservar o bem-estar dos

pesquisados.

Levando em consideração a resolução CNS 466/12⁷, item V, as pesquisas com seres humanos envolvem riscos. A participação do sujeito nesta pesquisa pode levar ao risco da questão moral. Os pesquisados podem se sentir constrangidos, ou temer que sua participação não seja anônima. Caso ocorra qualquer uma das situações de risco citadas, o pesquisador suspenderá a aplicação da entrevista, e prestará o acompanhamento necessário ao sujeito. Buscando minimizar os riscos citados, o TCLE registra a garantia de confidencialidade e sigilo do participante, assim como o seu direito de terminar a participação na pesquisa a qualquer momento. A assinatura prévia do TCLE por todos os participantes garante a autonomia e proteção do mesmo.

É importante estabelecer ao professor, ou profissional que atua na biblioteca, o objetivo da pesquisa. Assim como sua importância para a sociedade e o desenvolvimento das bibliotecas escolares. A pesquisa garante o sigilo total quanto à identidade dos participantes, atribuindo nomes fantasias para cada um. A gravação em áudio no momento da entrevista será mantida em sigilo, e disponibilizado apenas trechos no corpo do trabalho, com o intuito de preservar a confidencialidade dos envolvidos.

Outro fator imprescindível na comunicação com as escolas e os professores é esclarecer que esta pesquisa não tem como objetivo criticar a atuação de outros profissionais nas bibliotecas escolares. A irregularidade presente nas bibliotecas públicas escolares está na falta do profissional bibliotecário, cuja presença poderia agregar positivamente nos aspectos administrativos e de gestão da biblioteca em si, e não na atuação do professor readaptado. O professor, tenha a biblioteca um bibliotecário ou não, é um agente fundamental da biblioteca. O bibliotecário não deve ser entendido pela comunidade escolar como um profissional que vai tirar o professor readaptado de sua função, prejudicar sua atuação na biblioteca ou ocupar o seu espaço. A atuação dos dois profissionais é importante, e mais ainda quando trabalham juntos.

Desta forma, os benefícios aplicáveis à participação do sujeito na pesquisa estão justamente em auxiliar os futuros professores e bibliotecários a perceber a necessidade de estreitar a relação dos profissionais. Assim como incentivar futuros estudos

⁷ Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde.

e melhorias para as bibliotecas escolares da região.

Por fim, tendo em vista os efeitos da pandemia do novo Coronavírus, as entrevistas e visitas ao sujeito da pesquisa e à escola, seguiram as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), com o uso de máscaras e álcool.

4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AM

Esta sessão é destinada à análise com a situação das bibliotecas que estão em atividade, e os resultados obtidos através da pesquisa de campo nas bibliotecas públicas escolares da cidade. A sessão foi dividida em duas partes: inicialmente apresentamos a cidade de Humaitá-AM, sob uma perspectiva histórica, cultural e literária, tendo como base as obras dos autores Raimundo Neves de Almeida (2005; 2008) e Iraildes Caldas Torres (2007). Ao examinar as origens e o desenvolvimento da cidade, buscamos compreender as influências que impactam também o desenvolvimento de suas bibliotecas públicas escolares. Na segunda parte apresentamos os resultados da pesquisa de campo, e das entrevistas com os profissionais que atuam nas bibliotecas.

4.1 Formação da cidade e seus períodos históricos

Humaitá é um município do interior do Amazonas e está situado entre as rodovias Transamazônica e Manaus-Porto Velho. Além do acesso pelas rodovias, também possui grande tráfego fluvial pelo Rio Madeira. De Humaitá até a capital do Estado, Manaus, são 696 km. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021) a população total do município é de 57.195 habitantes e sua área territorial estimada é de 33.111,143 km².

A cidade também é tradicionalmente conhecida como a terra da mangaba, uma fruta abundante nos campos que circundam a cidade (Almeida, 2008). É a partir deste apelido para a cidade que se nomeia o seu principal festival cultural, Mangabafest. O evento conta com apresentações folclóricas de quadrilhas e bois-bumbás durante um final de semana do mês de agosto.

Assim como grande parte dos municípios da região norte, Humaitá surgiu no contexto da colonização. A região era habitada por povos originários, que foram foco de evangelização jesuíta por volta de 1690. Em 1869, o comendador José Francisco Monteiro iniciou o processo de institucionalização do povoado.

O município de Humaitá é criado e consolidado no período áureo da borracha, conjuntura histórica que atraía não só os migrantes nordestinos, mas também os imigrantes portugueses, como a família do comendador José Francisco Monteiro (Torres, 2007, p. 43).

A principal atividade de José Francisco Monteiro era a borracha, sua extração

e comércio. Almeida (2005) destaca que os conflitos entre seringueiros e os povos originários que habitavam a região levaram Monteiro, e os seringueiros que estavam com ele, a buscar um local com mais segurança. Em 15 de maio de 1869, eles se estabeleceram nas margens do Rio Madeira, onde existiam outros seringueiros. Esta data fica então lembrada como a fundação do povoado de Humaitá. Além de fundar o povoado, Almeida (2005) destaca também que foi Monteiro quem deu ao local o nome de Humaitá, uma palavra de origem indígena cujo significado é: a pedra agora é negra (hu: negro, ma: agora, itá: pedra). Humaitá começou a se desenvolver como um importante centro comercial e portuário. A cidade era um ponto estratégico na navegação do Rio Madeira, que era uma importante via fluvial utilizada para o transporte de borracha e outros produtos.

Este primeiro período histórico da cidade, que se inicia em 1869 até 1918, é marcado pela fundação do povoado e por sua construção política. Almeida (2005) divide a evolução da cidade em três períodos, o primeiro que abrange a formação de Humaitá, o segundo, que se estende de 1919 a 1928, com a decadência política, administrativa e social da cidade devido à queda da indústria da borracha, e o Terceiro Período, de 1929 a 1970, com a evolução política e a implantação dos primeiros projetos de infraestrutura. O autor pontua, ainda, que a partir de 1970 até os dias atuais pode-se ser considerado o Quarto Período, de progresso e desenvolvimento.

Almeida (2005) atribui o declínio do Segundo Período à morte de Monteiro e ao início da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918. Durante o Primeiro Período, Humaitá foi um centro importante na região conhecida como Alto Madeira, chegando até mesmo a ser denominada “Princesa do Madeira”, como é conhecida a cidade até hoje. Após a morte de Monteiro em 1917, e com a crescente queda dos preços da borracha, muitos negociantes e seringueiros deixaram a cidade.

Os relatos de Almeida (2005) mostram que o Primeiro Período de Humaitá se consolidou como uma época muito dedicada não só para a produção da borracha e o comércio, mas como também para o crescimento cultural e religioso da região. Foram muitos os esforços para implantar a Igreja Católica, com a construção da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, e também para a propagação jornalística e cultural, com a criação dos jornais “Humaythaense”, “O Madeirense”, “O Sino” e “A Tribuna”. Além de informações sobre os avanços políticos da cidade. Os jornais também promoveram a publicação de poesias e contos.

O Segundo Período, ao qual é atribuído o declínio do município, não apresenta desenvolvimentos. Humaitá passou a depender do Estado que, também sofrendo com a crise da borracha e os impactos da Primeira Guerra, não conseguia atender as necessidades do município. Apenas em 1928, com a chegada do Pe. José Maria Pena, que se inicia o Terceiro Período (Almeida, 2005).

É também durante este Terceiro Período, por volta de 1970, que se inicia a construção da rodovia Transamazônica (BR-319), que liga Porto Velho a Manaus. Almeida (2005) destaca que esta ligação com a cidade de Porto Velho foi fundamental para o desenvolvimento de Humaitá, com o intercâmbio comercial, educacional e até mesmo da saúde. Porto Velho supriu em parte a falta de assistência, causada pela distância e pela dificuldade de locomoção, que Manaus deveria fornecer.

É nítido o apreço que Almeida tem pela sua cidade natal, os relatos acerca da história da cidade, e suas conquistas, são otimistas e cheios de elogios. Entretanto, é necessário lembrar que Humaitá é um município que apresenta aspectos que comprometem a vida da população. Conforme aponta Torres (2007), os serviços de infraestrutura, como saneamento básico e iluminação, continuam precários e sem desenvolvimento. Torres (2007) também destaca que a média salarial da população urbana de Humaitá é baixa, vivendo em condições limites de sobrevivência e favelização, provocada pela migração rural e de outros Estados.

4.1.1. Produção literária e fomento à leitura

No contexto literário, Humaitá teve uma grande produção durante o seu Primeiro Período. Com o surgimento dos jornais locais, foram incentivadas a publicação de poesias e contos. Almeida (2008) enfatiza que dois humaitaenses inclusive fizeram parte da fundação da Academia Amazonense de Letras, em 1918, o Álvaro Botelho Maia e o Raimundo de Castro Monteiro.

Entretanto, a produção literária da cidade ainda é escassa, e é difícil identificar escritores locais. A cidade conta com pouquíssimas produções, em sua maioria atribuídas a Raimundo Neves de Almeida. O autor também compilou os escritores humaitaenses na obra “Escritores e poetas humaitaenses: dados biográficos”. No total, foram identificados dezesseis escritores e poetas, em sua maioria homens, com exceção de Altamira Santos da Silva. Os autores compilados por Almeida (2008) são personalidades

conhecidas na cidade, que dão nome a escolas e ruas.

Embora não tenha uma vasta quantidade de autores locais, é notável que eles partilham do mesmo sentimento de pertencimento e amor à cidade de Humaitá-AM. Os textos dos autores humaitaenses refletem a realidade vivida na cidade, e buscam resgatar sua memória, os saberes e as lendas dos ribeirinhos⁸. Os escritores nativos capturaram a essência da região e contribuíram para a formação de uma narrativa literária peculiar, como se pode notar no poema “Humaitá” de Antônio Cândido da Silva.

Humaitá
Antônio Cândido da Silva

Amo-te Humaitá, minha Princesa,
como aquela força da paixão primeira
que vai conosco pela vida inteira
como uma luz na escuridão acesa.

Parti, mas a minha alma ficou presa,
como a canoa atada à ribanceira.
Da lembrança eterna prisioneira
vivendo por te amar como certeza.

Por isso na saudade eu sou feliz
e mesmo incoerente, é a maneira
de lembrar a praça da Matriz,

Quando a lua no céu vai altaneira
e a mão de Deus em mágico matiz
vai prateando as águas do Madeira.
(Silva, *apud* Almeida, 2008, p. 70)

A atual falta de incentivo à leitura no município é um contraste com a fundação da cidade, que tanto prezou pela cultura e seu desenvolvimento literário. Analisando o comércio local, é possível notar que em 2023 a cidade não possui nenhuma livraria, e apenas algumas papelarias vendem livros, muito limitados à produção religiosa e a promoção de autores locais a preços inacessíveis. Além disso, Humaitá não possui bibliotecas públicas ativas desde 2013, o que torna o acesso ao livro e a leitura limitados à população com maior poder aquisitivo. Livrarias e bibliotecas públicas estão a mais de 200 km de distância da cidade, em Porto Velho, a capital mais próxima.

Em 2011, Magalhães (2021) visitou a cidade de Humaitá com o objetivo de

⁸ O termo ribeirinho refere-se às pessoas que residem nas proximidades dos rios. São reconhecidos pelo Decreto 6.040 do Governo Federal do Brasil como povos tradicionais, que mantêm um modo de vida ligado ao meio ambiente.

identificar as bibliotecas públicas amazonenses e analisar a sua representação social a partir da visão dos moradores. A tese de Magalhães fornece um registro histórico da biblioteca pública de Humaitá, que ficou em atividade desde a fundação do município por José Francisco Monteiro, até meados de 2013.

A recriação da biblioteca pública de Humaitá ocorreu em 1995, e passou a ser oficialmente chamada de Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, em homenagem ao escritor português José Maria Ferreira de Castro, que viveu parte da infância em um seringal próximo ao Rio Madeira. Magalhães (2021) durante a visita em 2011, afirma que a biblioteca já não possuía mais as letras para identificar o edifício.

A área do salão geral era claro, arejado, amplo e o ambiente com mobiliário construído em madeira de lei, realçava o local por destacar as estantes que possuíam portas envidraçadas, para conservação do acervo contra a poeira. Dispondo de acervo diversificado, formado por mais de 6 mil itens, compostos por obras antigas (talvez raras), e livros de diferentes áreas do conhecimento, com ênfase para livros infantojuvenis e literatura nacional e estrangeira, a Biblioteca Pública de Humaitá em termos de serviços, oferecia além de uso local do espaço (para estudo e leitura) também, empréstimos domiciliares (Magalhães, 2021, p. 362-361).

Além dos livros e salas de leitura, a biblioteca possuía computadores com acesso à internet e um memorial para Ferreira de Castro. Magalhães (2021) também disponibiliza fotos da biblioteca durante sua atividade, e dados quanto ao seu funcionamento, destacando que era uma das únicas bibliotecas no Amazonas que funcionavam no período noturno.

Figura 2 - Biblioteca pública de Humaitá em 2011



Fonte: Magalhães, 2021

Magalhães (2021) afirma que o descaso com o patrimônio histórico do Estado é latente. É importante notar que, como informado pela autora, Humaitá recebeu o kit de modernização de Bibliotecas Públicas do Programa Livro Aberto em 2008, no valor de R\$ 30.504,98. O Livro Aberto é um programa de instalação e modernização de bibliotecas públicas e o kit de modernização compreende uma coleção de cerca de dois mil livros, móveis e equipamentos eletrônicos.

FIGURA 3 - Biblioteca pública de Humaitá em julho de 2023



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Em novembro de 2022, a SEDUC-AM emitiu a Ordem de Serviço nº 06/2022, em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, para a recuperação do prédio da biblioteca. O valor do contrato foi de R\$ 1.198.056,15, com prazo de execução de 180 dias corridos. Ou seja, a previsão era de que a obra seria concluída em maio de 2023. Até a conclusão desta pesquisa, no início 2024, a obra ainda não havia sido finalizada.

4.2 Espaço e Organização das Bibliotecas Públicas Escolares da SEDUC-AM

É quase impossível falar sobre as bibliotecas escolares no Brasil sem remeter à Waldeck Silva (1999) e seu relato sobre a miséria da biblioteca escolar. Silva (1999) faz, mais de quinze anos antes da publicação da Lei 11.244/10, uma provocação e uma denúncia sobre a situação das bibliotecas escolares no país. Em certos pontos, esta denúncia está desatualizada, principalmente quanto à presença de bibliotecas e salas de leituras nas escolas e quanto ao interesse de bibliotecários, professores e políticas públicas

voltadas para o tema. É inegável que surgiram muitos novos esforços e legislações nas duas décadas desde a publicação de “Miséria da Biblioteca Escolar”, entretanto, a denúncia exposta por Silva (1999) continua representando uma realidade para muitas das bibliotecas públicas escolares. E é mais precisamente o silêncio apontado por Silva (1999), que permanece:

Silêncio: essa talvez seja a palavra que melhor simboliza a situação real da biblioteca escolar no Brasil. Sem dúvida, a biblioteca escolar brasileira encontra-se sob o mais profundo silêncio; silenciam as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários. É realmente um silêncio quase sepulcral, que até faz sentido, pois a biblioteca escolar no Brasil está praticamente morta, faltando apenas enterrá-la. (Silva, 1999, p. 13)

Bibliotecas e silêncio estão sempre interligados. Muitas vezes pode-se considerar que uma biblioteca deve ser sempre silenciosa, que esta é sua principal vantagem para o momento de estudo e pesquisa. Entretanto, como afirmam Dalla-Bonna e Lima (2018, p. 56), “uma biblioteca com livros intactos, um lugar de silêncio e passividade, que provoca medo não é um lugar pensado no jovem leitor”.

Rovilson José da Silva (2009) apresenta uma proposta para a organização e o funcionamento da biblioteca escolar e destaca que:

Em geral, as bibliotecas escolares brasileiras estão dispostas em espaços que não oferecem segurança e conforto para receber pelo menos uma turma de alunos, pois o ambiente é pequeno, o mobiliário está incompleto, sendo composto pelas sobras de outras salas da escola. Além disso, a iluminação não é boa e a ventilação revela-se precária [...] (Silva, 2009, p. 119)

Ambos os relatos, de Waldeck Silva (1999) e Rovilson José da Silva (2009), são anteriores à publicação da Lei 12.244/10, mas continuam sendo uma representação da realidade da biblioteca pública escolar. As bibliotecas continuam sendo, na sua maioria, salas fechadas. É muito difícil, para o professor e para os alunos, utilizar uma biblioteca escolar quando não há um bibliotecário ou um funcionário diretamente responsável pela gestão do espaço. Não só pelas limitações do espaço estar fechado, de não ter acesso livre, como também pela falta de organização e padronização do acervo. E este é o caso de quase todas as bibliotecas públicas escolares do município.

Para o aluno, a biblioteca representa uma sala trancada, a qual só tem acesso com o professor. E para o professor a biblioteca é um mistério. Quais livros compõem o

acervo? Onde estão os livros de literatura brasileira? Os da história do município? Embora pareçam questões simples, a ordem dos livros nas estantes, e a organização do espaço como um todo, impactam diretamente na sua funcionalidade.

A análise do espaço e da organização das seis bibliotecas públicas escolares da SEDUC-AM constituiu-se na observação do espaço durante as visitas de campo. Os pontos observados foram elaborados de acordo com a legislação e as normas do órgão responsável. Após a computação dos dados, identificamos oito subcategorias que possibilitam identificar o atual perfil das bibliotecas analisadas, que serão exploradas nas seções a seguir.

4.2.1 Acesso e Sinalização

Nesta subcategoria, analisamos dois aspectos interligados: o acesso à biblioteca e a sua sinalização. Silva (2009) aponta que o funcionamento da biblioteca escolar deve ser planejado, para atender o aluno em dois momentos: os pré-determinados, onde o aluno visita a biblioteca com o professor para atividades específicas, como hora do conto, pesquisa, etc., e os momentos livres. O acesso livre corresponde à possibilidade de acesso ao espaço sem a presença do professor durante um horário de aula.

Livres: são aqueles em que o aluno poderá frequentar o espaço e manusear o acervo sem orientação prévia do professor, ou seja, ele buscará a leitura de acordo com os seus interesses. Por isso, a escola deve disponibilizar a abertura da biblioteca tanto na hora do recreio, quanto em horário inverso ao da aula (Silva, 2009, p. 128)

Em 2023, apenas as bibliotecas do Centro de Educação em Tempo Integral (CETI) Humaitá, Álvaro Maia, Governador Plínio Ramos Coelho e Patronato Maria Auxiliadora possuem acesso livre. Para ter uma biblioteca verdadeiramente viva, é necessário que essa biblioteca seja aberta, interativa e permita a expressão genuína da criança e do adolescente (Carvalho, 2008). O acesso livre do aluno e demais comunidade escolar à biblioteca é imprescindível para seu potencial educativo.

QUADRO 9 – Acesso Livre das Bibliotecas Escolares

ESCOLA	PERÍODOS	ACESSO LIVRE
CETI Tarcila Prado de Negreiros Mendes	Ensino Médio Integral	SIM
E.E Álvaro Maia	Ensino Fundamental	SIM

Matutino		
E.E Álvaro Maia	Ensino Fundamental Vespertino	NÃO
E.E Patronato Auxiliadora	Ensino Fundamental I Matutino	NÃO
E.E Patronato Auxiliadora	Ensino Fundamental II Vespertino	SIM
E.E Governador Plínio Ramos Coelho	Ensino Médio Matutino	SIM
E.E Governador Plínio Ramos Coelho	Ensino Médio Vespertino	NÃO
E.E Governador Plínio Ramos Coelho	Ensino Médio Noturno	NÃO
E.E Governador Plínio Ramos Coelho	EJA Noturno	NÃO

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023

Conforme podemos observar no Quadro 9, embora todas as escolas com profissionais atuando nas bibliotecas possuam acesso livre, esse acesso não é destinado a todos os alunos e comunidade escolar. A única biblioteca que atende a todos os horários é o CETI Humaitá, que é uma escola de tempo integral, e possui acesso das 8h às 14h, podendo atender a todas as turmas e professores. As demais bibliotecas funcionam apenas em um horário ou dois.

No caso do Patronato, a biblioteca atende apenas o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A escola conta com uma auxiliar de biblioteca e uma merendeira readaptada, mas ambas atuam no período da tarde. Durante a entrevista com a auxiliar, perguntamos sobre a possibilidade de dividir os horários, para que a biblioteca ficasse disponível também à tarde para os alunos do primeiro ao quinto ano, mas não seria possível, visto que a profissional readaptada não pode atuar sozinha na biblioteca com os alunos, devido ao esforço físico necessário.

A sinalização da biblioteca escolar é referente à sinalização das estantes, quadros de avisos, regras e demais informativos referentes à biblioteca. A principal função desta sinalização é permitir o uso orgânico do espaço, que o usuário possa transitar pela biblioteca e encontrar o que precisa. A correta sinalização facilita a livre escolha do aluno pelo livro.

A livre escolha da leitura, conforme afirma Cosson (2009), não é inteiramente livre, mas sim “conduzida por uma série de fatores que vão desde a forma como os livros são organizados nos catálogos, passando pelas estantes, até os mecanismos de incentivo ao consumo comuns à maioria dos produtos culturais” (Cosson, 2009, p. 31). O mural de avisos funciona como uma apresentação a leituras, onde a biblioteca pode expor novos livros, resumos, curiosidades dos autores, chamativos para atrair um novo leitor. Da mesma forma, as estantes devem ser sinalizadas para guiar o usuário até a informação desejada.

Figura 4 - Quadro de avisos e sinalização da Biblioteca do Patronato Maria Auxiliadora



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Apenas as bibliotecas da escola Duque de Caxias e do Plínio Ramos Coelho não possuem quadros de avisos. As demais bibliotecas possuem quadros que explicam as regras de uso das bibliotecas e expõem anúncios em geral. Entretanto, são informações defasadas, e em alguns casos, os quadros possuem funções meramente decorativas, com cartazes e frases literárias.

A sinalização das estantes e da biblioteca em si, está presente apenas no CETI e no Patronato. Isto ocorre devido a serem as únicas bibliotecas com profissionais que possuem conhecimento específico voltado para a organização de bibliotecas, uma bibliotecária no CETI e uma auxiliar de biblioteca no Patronato.

Na biblioteca da Escola Oswaldo Cruz, todas as estantes possuem placas com sinalização, entretanto não condizem com os livros que estão dispostos na estante. Durante a visita ao espaço, quando questionados sobre esta situação, a escola respondeu que

tentaram separar os livros por tema, e realizou a sinalização, entretanto, por não possuírem um profissional dedicado à biblioteca, a organização das estantes é feita pela equipe de limpeza, que apenas armazena os livros nas estantes de forma aleatória, sem divisão por tema ou qualquer outro tipo de classificação.

Figura 5 - Sinalização da Biblioteca do CETI Humaitá



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Embora não possuam sinalização e nem quadro de avisos adequados, as bibliotecas compartilham uma prática muito positiva: a exposição de trabalhos e projetos dos alunos. Em todas, é possível ver exposições pelas bibliotecas de desenhos, textos, resumos, até mesmo trabalhos que não estão relacionados com leituras. Essa prática coloca o aluno como de fato o produtor da cultura, e possibilita transformar a biblioteca em um espaço de exposição e compartilhamento da sua identidade e aprendizado.

4.2.2 Acessibilidade

A acessibilidade nas bibliotecas corresponde a permitir a utilização autônoma do espaço e seus recursos a todos. A biblioteca escolar pode garantir a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência através da estrutura (distância e altura das estantes, portas, etc.), digitalização ou conversão de materiais bibliográficos em formatos acessíveis (braile, áudio, etc.), treinamentos para utilização de recursos digitais com *softwares* leitores de tela e integração com a Sala de Recursos.

O Conselho Federal de Biblioteconomia estabelece que todas as bibliotecas devem atender a NBR 9050, de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Com exceção da biblioteca da Escola Oswaldo Cruz, todas estão adequadas. A distância das estantes e as áreas de circulação de todas as bibliotecas estão dentro dos padrões mínimos para o fácil acesso a todos os usuários. A biblioteca da escola

Oswaldo está acessível internamente, entretanto, encontra-se no andar superior da escola, que não possui rampas ou elevadores.

A biblioteca da escola Plínio Ramos Coelho possui mesas quadradas muito grandes, e bem próximas das estantes, como é possível observar na Figura 6. Um usuário de cadeira de rodas ou muletas pode encontrar certa dificuldade para se movimentar no ambiente. Entretanto, a distância entre as estantes está dentro do padrão mínimo exigido pela NBR 9050, e a reorganização das mesas e cadeiras pode facilitar o acesso, caso necessário.

Figura 6 - Biblioteca escola Plínio Ramos Coelho



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

As bibliotecas do CETI e da Escola Álvaro Maia contam com o apoio de salas de recursos, que são espaços destinados a auxiliar e acompanhar os alunos com deficiências. No ano de 2023, por exemplo, a escola CETI não tinha alunos com deficiência visual, e, portanto, nenhum livro em braile. Entretanto, a sala de recursos da escola possui uma máquina de escrever braile e as ferramentas necessárias para adaptar os textos. A disponibilização do material adaptado não é oficialmente dever da biblioteca, já que não possui orçamento próprio. Os livros e demais materiais são provenientes do PNLD Acessível e só são enviados à biblioteca mediante a matrícula de um aluno que necessite do material adaptado.

4.2.3 Mobiliário

A biblioteca escolar tem potencial para ser um espaço de criação e compartilhamento de conhecimentos e experiências. Para isso Carvalho (2008) aponta que são necessários três elementos: a coleção de livros e materiais, ou seja, o acervo, um ambiente físico adequado e o mediador de leitura. Este ambiente físico deve ser “concebido como espaço de comunicação e não apenas de informação, que leve em conta a corporalidade da leitura da criança e do adolescente, isto é, os seus modos de ler” (Carvalho, 2008, p. 23). No plano ideal, uma biblioteca escolar contaria com mais elementos além das mesas e cadeiras para estudos, como tapetes, almofadas e sofás. Mobiliários que permitam uma leitura confortável e aconchegante.

Questões como essa sempre demandam investimentos financeiros, e a biblioteca pública escolar em si não possui orçamento. Portanto, as bibliotecas de Humaitá cumprem apenas com o padrão mínimo, mas o fazem de forma muito satisfatória.

Como esperado, nenhuma das bibliotecas possuem computadores voltados para a utilização dos alunos. Apenas a biblioteca do CETI conta com um computador para uso da bibliotecária, onde são realizados os controles de catálogo e empréstimo. As escolas possuem laboratórios de informática independentes da biblioteca. Entretanto, são espaços utilizados apenas durante os horários de aula. É importante para a biblioteca o acesso a computadores, internet e bases de pesquisa, que possibilitem a pesquisa independente e a realização de trabalhos acadêmicos, com supervisão do bibliotecário ou auxiliar da biblioteca. O computador e o acesso à internet são fundamentais para a construção do letramento informacional, e está ausente em todas as bibliotecas pesquisadas.

É importante destacar, porém, que mesmo se tivesse computadores e internet, apenas quatro bibliotecas possuem profissionais para a sua gestão, o que também limitaria o seu potencial pedagógico. Seriam computadores em salas fechadas, acessíveis aos alunos apenas com o professor durante a aula, funcionando então da mesma forma que a sala de informática. Desta forma, não seria viável para a Secretária de Educação investir nesses materiais de alto custo, antes de investir na contratação do profissional para a gestão do espaço em si.

De modo geral, quanto ao mobiliário, todas as bibliotecas atendem os requisitos mínimos, possuem espaço para acomodar uma turma de alunos, com cadeiras e

mesas suficientes para todos e estantes para acomodar todos os livros. As escolas voltadas para o Ensino Médio estão atualizadas com os mobiliários padrões, com estantes modulares, mesas e cadeiras.

O destaque do mobiliário está nas escolas mais antigas, como o Patronato Maria Auxiliadora, que se assemelha muito com o mobiliário encontrado na Biblioteca Pública de Humaitá, como móveis de madeira maciça em excelente estado de conservação. Os móveis são uma herança da escola, e datam desde a sua construção durante o período de formação da cidade. Na Figura 7, podemos observar o armário de arquivo da biblioteca, de madeira e com portas de vidro, no mesmo modelo dos apresentados nas fotos da biblioteca municipal, quando ainda estava em funcionamento.

Figura 7 - Armário de Arquivo da Biblioteca do Patronato Maria Auxiliadora



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Durante a visita ao Patronato, a auxiliar de biblioteca e a merendeira readaptada que trabalham no espaço estavam ajudando na elaboração das faixas da fanfarra da escola. Por isso nas fotos os móveis estão cobertos por faixas, entretanto, é possível visualizar a qualidade do material. Na figura 8, vemos o balcão de atendimento da biblioteca, o Patronato é a única biblioteca que possui um balcão propriamente dito. As demais bibliotecas que não possuem profissionais para sua gestão não têm espaços voltados para atendimento ou processamento técnico, como se era esperado. A escola

Governador Plínio Ramos Coelho possui apenas uma mesa pequena e o CETI duas mesas de professor, adaptadas para formar um balcão improvisado.

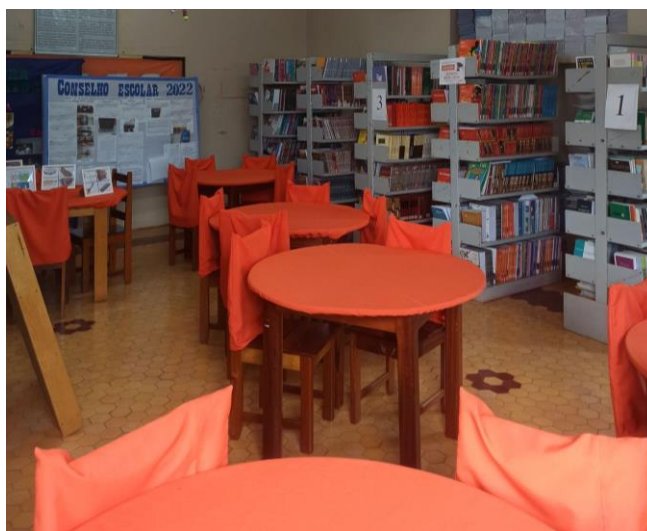
Figura 8 - Balcão de Atendimento da Biblioteca do Patronato Maria Auxiliadora



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Um diferencial também está na biblioteca da escola Oswaldo Cruz, que é uma das mais antigas da cidade, tendo sido inaugurada em 1918. O padrão atual da SEDUC são mesas redondas, com base de ferro e tampo de madeira, e cadeiras de ferro estofadas. Os do Oswaldo mantêm o padrão antigo com mesas redondas de madeira e cadeiras de madeira muito bem conservadas. A biblioteca do Oswaldo é uma das mais bem preservadas, e os móveis são protegidos por capas.

Figura 9 - Biblioteca da escola Oswaldo Cruz



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

4.2.4 Material Didático

O maior desafio das bibliotecas investigadas é o material didático. O material didático, mesmo aquele voltado para literatura, como é o caso da Rede de Letras, uma coleção de literatura brasileira distribuída para o uso do aluno em sala de aula, não deve ser armazenado na biblioteca. A SEDUC possui a diretriz do “Padrão Mínimo” e a organização do material didático está incluso neste padrão mínimo, que estabelece que o material deve ser armazenado separado da biblioteca e de preferência que não seja armazenado no chão. Algumas escolas, que possuem maior estrutura, possuem salas específicas para o armazenamento do material didático, mas o mesmo não se reproduz nas demais escolas, que lutam contra a falta de espaço físico.

Embora pareça uma questão simples de ser resolvida, existem muitos processos burocráticos. No PNL D de 2021 para o novo Ensino Médio, cada aluno recebeu, em média, vinte e cinco livros. Fora isso, tem a reserva técnica, que são os livros extras, caso novos alunos sejam matriculados durante o período letivo ou eventuais perdas, os manuais de professores, formações continuadas da comunidade escolar e os materiais voltados para vestibular, no caso do Ensino Médio. Estamos falando de uma média de mais de dez mil livros para cada instituição. Os livros didáticos costumam ter um ciclo de quatro a cinco anos, quando são então renovados e substituídos por novos volumes. Com isso, dobram o número de livros didáticos na escola e, conseqüentemente, na biblioteca. Algumas bibliotecas possuem volumes de três ciclos atrás.

A solução mais simples é remover o material da biblioteca e armazenar em uma sala dedicada. Entretanto, quem será o responsável por essa ação? Tendo em vista o alto volume de obras, é uma ação que demanda esforço físico. Muitas vezes, demanda subir e descer escadas com os livros. Os profissionais das bibliotecas são em sua maioria professores readaptados, que possuem questões de saúde que os impossibilitam de realizar tarefas que demandam esforço físico. A biblioteca depende, então, da ajuda da comunidade escolar para realizar a “limpeza” do acervo.

Não podemos esquecer que não se trata apenas de remover o material da biblioteca, mas sim organizá-lo em outro espaço, realizar o desfazimento do material desatualizado, e a correta distribuição para os alunos e professores durante o ano letivo. É

um trabalho que demanda tempo e muito conhecimento do plano pedagógico da escola. Por isso é tão importante que o bibliotecário, ou o profissional responsável pela biblioteca e pelo material didático, esteja inserido no plano político pedagógico escolar.

Durante as visitas de campo às bibliotecas, sempre reforçamos a questão do material didático e seu descarte, buscando compreender se a escola diferencia os tipos de acervo e a função da biblioteca em si. Algumas bibliotecas possuem o acervo literário e didático organizado aleatoriamente nas estantes, apenas para completar os andares da estante e ficarem bonitos. A justificativa da escola é que se o material didático for retirado da biblioteca, não terão livros para preencher as estantes.

A biblioteca não é sobre ter muitos livros. Ela não precisa de estantes abarrotadas para cumprir seu papel educativo, principalmente se forem livros desatualizados e que não são atrativos para o jovem leitor. A Lei 12.244/10 estabelece que a biblioteca precisa apenas de um título diferente por aluno. É melhor ter um acervo pequeno, mas que seja funcional.

Como esperado, apenas as bibliotecas que possuem profissionais dedicados à sua gestão estão com o material didático devidamente separado. No caso do CETI Humaitá, todo o material didático está na sala exclusiva, Figura 10, separado por ano, disciplina e ciclo do PNLD, sendo o acervo da biblioteca composto integralmente por material literário e paradidático.

Figura 10 - Depósito de Material Didático da Escola CETI Humaitá



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

A biblioteca do Duque de Caxias, mesmo sem profissional para gestão, não possui material didático no acervo, pois em 2023 a escola implantou salas temáticas. O

material didático referente a cada disciplina fica armazenado nas próprias salas temáticas. Durante este processo de implantação, a gestão da escola realizou a separação do material, removendo os desatualizados e mantendo apenas o material vigente. No Álvaro Maia e no Governador Plínio Ramos Coelho, as escolas possuem salas próprias para o armazenamento do material didático. Entretanto, no Plínio Ramos, a sala fica no andar superior, o que dificulta a movimentação do material, que depende da ajuda da comunidade escolar e dos alunos para carregar os livros.

4.2.5 Processamento Técnico e Acervo

O processamento técnico da biblioteca é uma prática que engloba diversas atividades de preparo do material do acervo. Essas atividades incluem o recebimento do material, carimbos, etiquetagem, catalogação, classificação, entre outros. A manutenção do acervo não é um trabalho pontual, e sim parte da rotina da biblioteca, que demanda acompanhamento e constantes adaptações. A biblioteca precisa ser sempre atualizada, não apenas no sentido de aquisição de novos livros e materiais, mas sim na manutenção e circulação do acervo. É necessário que o profissional que atua na biblioteca esteja atento à utilização das estantes, muitas vezes é necessário mudar a ordem dos livros, colocar certas obras em destaque para chamar a atenção do usuário, e observar se os alunos tendem a utilizar apenas uma estante específica.

É comum que devido à falta de um profissional para gerir o espaço, as escolas realizem a organização pontual do acervo, que consiste em organizar os livros na estante de forma ordenada ou não, e tentar manter o espaço minimamente organizado. A SEDUC-AM sugere para as bibliotecas escolares da rede a utilização de dois tipos de organização para a coleção de livros: a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a classificação por cor. A classificação por cor é a forma mais fácil de classificar e a melhor quando não há um bibliotecário ou auxiliar para a biblioteca, pois facilita para que o aluno ajude a manter a biblioteca organizada, já que os livros são dispostos na estante apenas pela cor correspondente.

Já a CDD:

[...] divide o conhecimento humano em dez classes principais (de 000 a 999) que se subdivide em classes secundárias que, por sua vez, vão se subdividindo em outras dez classes, sucessivamente, formando um sistema decimal que permite que se especifique, com maior ou menor

detalhamento, os assuntos dos documentos de uma biblioteca (Vianna, 2008, p. 43)

Além de ser esse o modelo sugerido pela SEDUC-AM, Vianna (2008) destaca que a classificação do acervo com a CDD é importante para preparar o aluno para a universidade e as demais bibliotecas que venha a frequentar. A organização das bibliotecas é feita a partir de instrumentos padronizados, sendo assim, são semelhantes no mundo inteiro. “Se a biblioteca de sua escola for organizada de acordo com um sistema que seja utilizado pela maioria das bibliotecas, a criança terá mais segurança e estímulo para explorar os acervos de outras bibliotecas” (Vianna, 2008, p. 46). É possível adaptar a CDD para melhor atender a instituição, e a própria SEDUC disponibiliza um quadro que mescla a CDD com o sistema de classificação por cores.

FIGURA 11 - Sistema de cores e CDD da SEDUC-AM

COR PRINCIPAL	CLASSE GERAL	ASSUNTOS	DESCRIÇÃO
AMARELO	000	PUBLICAÇÕES DE CARÁTER GERAL SOBRE AS CIÊNCIAS GERAIS E O CONHECIMENTO	Os conhecimentos tratados de ponto de vista de sua organização e difusão. Instituições culturais.
LARANJA	100	FILOSOFIA	Estudos que tratam da reflexão sistemática e crítica sobre as normas e os fundamentos da realidade do conhecimento, do pensamento e da conduta.
AZUL ESCURO	200	RELIGIÃO. DOCTRINAS. SEITAS RELIGIOSAS.	Estudos sobre as crenças baseadas na existência de forças sobrenaturais manifestadas através de rituais e doutrinas.
AZUL CLARO	300	CIÊNCIAS SOCIAIS	Estudo sobre o comportamento do homem na sociedade. Relações entre as pessoas, as instituições, as normas leis e valores que estas relações criam no grupo social. Relações entre os indivíduos para a produção e distribuição de bens e serviços.
BRANCO	400	FILOLOGIA. LINGÜÍSTICA. LÍNGUAS.	Estudo sobre a expressão do pensamento pela linguagem (sistema de sinais que servem para a comunicação entre os indivíduos).
VERDE ESCURO	500	CIÊNCIAS PURAS	Conhecimentos obtidos pela observação dos fatos pela experiência e pela pesquisa.
VERDE CLARO	600	CIÊNCIAS APLICADAS. TECNOLOGIA. MEDICINA	Documentos que tratam da aplicação prática das ciências aos problemas da vida.
VERMELHO	700	ARTE. DIVERTIMENTO. ESPORTE	Documentos que tratam da expressão da capacidade criadora do homem, de suas atividades recreativas e seus divertimentos.
MARROM	800	LITERATURA	Os trabalhos da imaginação criadora do homem, em prosa e verso. Romances, novelas, contos, poesia, etc.
ROXO	900	GEOGRAFIA. BIOGRAFIA. HISTÓRIA	Descrição da superfície da terra. Viajens. Descrições da vida das pessoas. Narrações dos fatos ocorridos na vida dos povos.

Fonte: SEDUC, 2019

Embora o sistema de classificação por cores seja uma boa alternativa para a

CDD, Silva (2009) aponta que bibliotecas que atendem ao ensino fundamental e os ciclos iniciais de alfabetização conseguem resultados mais concretos acondicionando os livros em ordem alfabética.

[...] se o aluno busca os livros que estão com a fita Azul, como fará para encontrar o livro Cinderela? Terá que manusear todos os livros para encontrá-lo? Ao passo a que, se o aluno souber que está acondicionado na letra C, terá mais eficiência para encontrar o que deseja (Silva, 2009, p. 131)

Desta forma, a biblioteca funciona de fato como um instrumento de ensino, inserida no processo de apropriação da escrita. Além disso, trabalha a autonomia da criança. No plano ideal, o acervo das bibliotecas deve atender a todas essas especificações, com a utilização da classificação numérica da CDD, a etiqueta de cores associada a cada classificação e uma classificação dentro desta, para especificar ainda mais a localização do livro nas estantes, como a Tabela Cutter⁹ ou a alfabética sugerida por Silva (2009).

Em todas as bibliotecas é possível encontrar alguns livros antigos com carimbos, tombos¹⁰ e etiquetas que denunciam um tratamento anterior, mas sem padrão. No Duque, os livros estão organizados de forma lógica, por assunto e país (no caso das obras literárias), entretanto, na época da visita a biblioteca, a escola passava por obras e os materiais da fanfarra foram guardados dentro da biblioteca. Apenas as bibliotecas do Patronato e CETI demonstram ter processamento técnico propriamente dito, pois são as que possuem profissionais na gestão.

No CETI, a classificação utilizada é a CDD e no Patronato, o sistema por cores. Ambas as instituições possuem um catálogo com o tombamento, data de inclusão no acervo e características da obra, assim como as respectivas etiquetas em cada uma. No CETI o catálogo está cadastrado no sistema BibLivre¹¹, um sistema de automação de bibliotecas gratuito da Biblioteca Nacional em parceria com o Itaú Cultural. No Patronato, o catálogo está em livros organizados por ano, pois a escola não possui um computador para a auxiliar de biblioteca.

⁹ A Tabela de Cutter é uma tabela de códigos que indicam a autoria de uma obra literária, elaborada por Charles Ammi Cutter em 1880 e é utilizada para classificar livros em bibliotecas

¹⁰ Tombo, ou tombamento, é o registro do livro na instituição. Cada exemplar recebe um número único, por ordem de chegada à biblioteca (Cunha; Cavalcante, 2008)

¹¹ O BibLivre pode ser baixado gratuitamente no site: biblivre.org.br. É uma excelente ferramenta gratuita para bibliotecas escolares que permite não só a criação do catálogo, como também a gestão dos empréstimos, aquisições e usuários.

A biblioteca do CETI Humaitá é a única coordenada por uma bibliotecária. Portanto, a disposição dos livros nas estantes segue os padrões universais das bibliotecas escolares, com CDD e Tabela Cutter. Por se tratar de uma instituição voltada exclusivamente para o ensino médio, foi descartado o esquema por cores. Na figura 12 é possível observar a utilização dos sistemas mencionados. “B869.3” é a notação específica da CDD para o romance da literatura brasileira, e os números abaixo com a Tabela Cutter de cada autor, como “A599”, que é referente a Cyro dos Anjos.

FIGURA 12 - Classificação em CDD e Tabela Cutter da Biblioteca do CETI Humaitá



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Ambos os casos, das bibliotecas do CETI e do Patronato, que são as únicas com sistema de classificação propriamente dito, demandam não só o trabalho técnico para organizar as obras e manter as estantes no padrão, como também a conscientização dos alunos e comunidade escolar. É importante sempre estabelecer a autonomia do usuário na biblioteca, e é função do bibliotecário ou auxiliar da biblioteca, instruir sobre os sistemas utilizados, oferecer treinamentos e sinalizar a biblioteca.

Embora não tenha sistema e catálogo, a elaboração destes está no planejamento da biblioteca Plínio Ramos Coelho. A organização dos livros também está em processo de planejamento, que provavelmente seguirá o sistema de cores. Em 2023, o foco da biblioteca do Plínio Ramos Coelho foi a remoção do material didático do acervo em si, principalmente os livros da Rede de Letras, que estão integrados no acervo com

volumes de mais de três ciclos diferentes. A auxiliar da biblioteca, uma merendeira readaptada, realizou feiras de doação de livros com o material da Rede de Letras para as turmas de Letras da UFAM.

FIGURA 13 - Visão geral do acervo da Biblioteca Governador Plínio Ramos Coelho



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Quanto ao acervo em si, as bibliotecas públicas escolares não realizam serviços de aquisição. Os livros que compõem a biblioteca são oriundos do PNLD Literário e de doações da comunidade escolar. No Patronato Maria Auxiliadora, a auxiliar de biblioteca também realizou o cadastro da instituição nos programas literários do Itaú, “Leia com uma criança”, que distribui gratuitamente livros infantis.

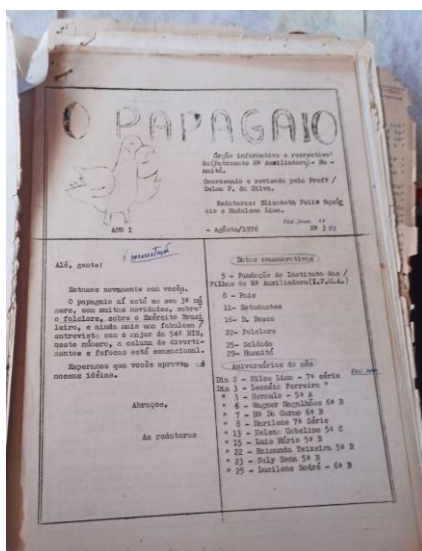
[...] frequentar uma biblioteca onde jamais encontramos as obras que queremos é extremamente desestimulante. Sem verbas, não há política de seleção, e para crescer, o acervo depende de doações que nem sempre são feitas com a intenção de elevar a qualidade da biblioteca, mas de permitir que o doador se veja livre de documentos que se tornaram entulhos, numa clara concepção da biblioteca como depósito de livros (Silva, 1999, p. 59)

Devido a isso, os acervos são todos parecidos quanto às obras que os compõem. Faz-se necessário uma reorganização dos acervos das bibliotecas, de forma que atendam melhor as faixas etárias de cada escola. No Patronato, por exemplo, as estantes estão cheias de livros voltados para o Ensino Médio, pois a escola já atendeu a essa faixa etária no passado. O mesmo ocorre com o CETI, só que ao contrário, existem muitos livros de educação infantil no acervo. Os acervos também não são diversos, limitam-se a livros. As bibliotecas não possuem revistas, arquivos digitais, nem outros meios de disseminação da informação.

A biblioteca do Patronato pode ser considerada uma biblioteca histórica para

o município de Humaitá. Além do material literário, conta com volumes dos jornais antigos da cidade, e jornais próprios da escola. A biblioteca armazena uma parte da história da cidade, que pode vir a se tornar objeto de uma exposição cultural.

FIGURA 14 - Jornal escolar O Papagaio, de 1979



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

Os serviços de circulação do acervo, isto é, os empréstimos dos livros, estão disponíveis em todas as bibliotecas, até mesmo as que não possuem profissionais para a gestão. Neste caso, o livro de registro dos empréstimos fica na secretaria da escola.

4.3 Gestão das Bibliotecas

Nesta seção, apresentamos o panorama da atual gestão das bibliotecas públicas escolares de Humaitá no ano de 2023. É difícil definir com precisão o perfil do profissional que atua nessas bibliotecas, pois o período que passam nelas é muitas vezes temporário. Os profissionais readaptados permanecem com o cargo de auxiliar da biblioteca durante períodos de recuperação física ou emocional.

Por isso, a prática de sempre trocar o profissional responsável pela biblioteca é comum nas escolas públicas. Essa mudança “desestrutura a sedimentação das estratégias realizadas anteriormente e a biblioteca torna-se, a cada ano, um recomeço” (Silva, 2009, p. 133). O processo de aprender o trabalho, e se adaptar a rotina da biblioteca, é demorado, demanda estudos complementares, organização do acervo e estudo do próprio acervo.

Vale lembrar ainda os casos de professores que, por doença, velhice ou fastio pedagógico, são “encostados” nas bibliotecas das escolas, visto que

este é, no espaço escolar, o melhor lugar para o repouso profissional, até que chegue à aposentadoria ou outra oportunidade de trabalho (Silva, 1999, p. 16).

Campello (2022) também destaca que os profissionais readaptados costumam não receber treinamento específico para função, ou costumam dividir o tempo na biblioteca com outras funções na escola. É esta a realidade dos profissionais que atuam nas bibliotecas de Humaitá. Espera-se que na biblioteca o profissional não tenha grandes atribuições e nem trabalhos que demandem esforço físico, o que certamente não é o caso, pelo menos não em uma biblioteca viva. Entretanto, conforme veremos no decorrer desta sessão, os profissionais readaptados nas bibliotecas, mesmo com as dificuldades, demonstram muito interesse e realização pessoal no desafio encontrado na nova função.

Em 2023, das oito escolas da SEDUC em Humaitá, apenas seis contam com bibliotecas propriamente ditas. E dessas, apenas quatro são bibliotecas vivas, com profissionais que gerem o espaço. O CETI é o único com gestão bibliotecária, que é a autora desta pesquisa, os demais são profissionais readaptados.

Para atuar na biblioteca, e ser um mediador da leitura, é fundamental que o profissional seja ele mesmo um leitor. E um leitor capaz de distinguir os diferentes tipos de literatura. Além disso, é imprescindível que seja um profissional com preparo “para o confronto com a criança e o jovem através da literatura, sem cobranças mecânicas de compreensão do texto lido e sem fórmulas rígidas de indicação por idade” (Carvalho, 2008, p. 23). Dalla-Bona e Lima (2023) apontam que para ser reconhecida como uma biblioteca escolar é necessário que o profissional mediador de leitura desenvolva ações planejadas, visando à formação do leitor e as interações entre eles e os livros, e que podem desafiar os leitores, que se tornam cada vez mais exigentes e proficientes em leitura.

É condição para, de fato, atuar como agente de leitura que o profissional atuando na biblioteca escolar disponibilize os acervos, conheça os livros e transite por entre os conhecimentos literários, o que lhe permitirá apresentar os livros aos alunos, realizar debates, compartilhamentos e conversas sobre os livros [...]. (Dalla-Bona; Lima, 2023, p. 57)

É realmente indispensável que, além de conhecer os textos literários e transitar pelos seus conhecimentos, o profissional atuando na biblioteca tenha gosto e valorize a leitura. Ao ser designado como profissional readaptado na biblioteca, muitas vezes não há escolha do profissional, que é delegado à nova função sem aviso prévio ou consulta.

Nas demais subseções, apresentamos o perfil dos profissionais readaptados que atuam nas bibliotecas de Humaitá, suas percepções acerca da biblioteca e se realizam práticas de ensino nos espaços. As entrevistas foram realizadas nas bibliotecas com as profissionais readaptadas que atuam nos espaços. Para manter a privacidade e preservar a identidade das participantes, conforme foi assegurado pelo TCLE, atribuímos os nomes fantasias: P1, P2 e P3. A entrevista foi estruturada, e a análise dividida em três sessões: perfil dos profissionais, percepção da biblioteca escolar e práticas de ensino.

4.3.1 Perfil dos Profissionais

A única biblioteca pública escolar com bibliotecário é a biblioteca do CETI Humaitá. A bibliotecária é a autora desta pesquisa, por isso, consideramos apenas os dados de perfil para idade, formação acadêmica e cargo para nortear o perfil dos profissionais atuando no município. As questões de percepção do espaço, da função da biblioteca e práticas de ensino são referentes aos profissionais readaptados.

Nesta primeira subseção, analisamos os itens da “Categoria 1 - Informações Pessoais” do roteiro da entrevista estruturada. Nesta categoria, buscamos identificar a idade, formação e o tempo de atuação de cada profissional na função na biblioteca. Embora a entrevista tenha perguntas específicas que guiaram o encontro, os participantes tinham liberdade para explorar os temas e incluir informações que não estavam previamente estabelecidas no roteiro.

Todas as profissionais são mulheres, na faixa dos 30 aos 60 anos. No ano de 2023, houve uma tendência em designar merendeiras para a função na biblioteca. A princípio, esta decisão parece não ser adequada, entretanto, as merendeiras readaptadas possuem formação complementar que condiz com o trabalho na biblioteca, como é o caso da P1, com formação em letras pela UFAM. Durante a entrevista, P1 disse estar animada com a nova função, pois sua graduação em Letras é recente e ainda não teve oportunidade de colocar em prática. Ela espera poder iniciar projetos de leitura na biblioteca, mas ainda não teve tempo de iniciar, visto que está há apenas três meses na função readaptada.

QUADRO 10 – Dados de identificação

Profissional	Sexo	Idade	Formação Acadêmica	Tempo de atuação na biblioteca escolar	É um profissional readaptado?	Possui formação na área de biblioteca escolar?
--------------	------	-------	--------------------	--	-------------------------------	--

Bibliotecária	F	31	Biblioteconomia	3 anos	Não	Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares
P1	F	43	Letras Português/Inglês	3 meses	Sim. Merendeira	Não
P2	F	49	Normal Superior	3 meses	Sim. Merendeira	Não
P3	F	52	Pedagogia	8 anos	Sim. Professora	Curso de Auxiliar de Biblioteca Cursando Biblioteconomia (EAD)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas entrevistas estruturadas, 2023

Observa-se, no Quadro 10, que apenas a P3 possui um curso de Auxiliar em Biblioteca, que foi oferecido pela SEDUC, e está cursando bacharelado em Biblioteconomia à distância pela Unicesumar. P3 é também a profissional readaptada com mais tempo na função, oito anos, e demonstra mais entusiasmo pela profissão e pela biblioteca em si. P3 é uma ex-aluna da escola onde agora atua como auxiliar de biblioteca e, antes da readaptação, foi professora na mesma instituição. Nenhuma das participantes tinha experiência prévia com bibliotecas.

É notável, pelas falas das participantes P1 e P2, que o processo de adaptação ao novo trabalho ainda está sendo difícil. Durante as visitas às escolas, ambas as merendeiras estavam fora da biblioteca, ajudando na cozinha, e confessaram que costumam voltar para a cantina para ajudar as outras merendeiras. A P2, inclusive, confessa que gosta mesmo é do trabalho de merendeira, de cozinhar. Ela também é professora do ensino básico em outra escola do município, mas prefere atuar na cozinha.

Nenhuma transição é fácil. Principalmente nos casos de P1 e P2 que atuam há anos como merendeiras e só agora iniciam o trabalho como auxiliar de biblioteca. Somado a isso, o iniciaram sem treinamento algum. No final das entrevistas a pesquisadora perguntou se as participantes tinham conhecimento sobre o guia básico do auxiliar de biblioteca da instituição. Nenhuma das profissionais readaptadas havia recebido o material, ou qualquer outro tipo de manual ou documento que pudesse guiar o novo trabalho no ambiente da biblioteca escolar.

Sobre o apoio da gestão, P2 destaca que nos seus primeiros dias na biblioteca, notou que a decoração do espaço, feita por estagiários de Pedagogia da UFAM em um

projeto de revitalização da biblioteca na escola, estava incompleta. P2 pediu ao gestor materiais para refazer a decoração, como tecidos e papéis coloridos.

Primeiro que essas frases aqui estão tudo incompletas, falei pra ele: as frases estão tudo incompletas, a pessoa tem que ter uma boa leitura, né? A biblioteca é um lugar pra ler. Até hoje não me deram o material pra completar essas frases. - P2

As bibliotecas seguem sendo tratadas como uma prioridade mínima. A maior dificuldade encontrada por P2 é justamente essa falta de apoio institucional e o esforço físico que a biblioteca demanda. Para ela, organizar os livros nas estantes é uma tarefa inviável, e depende muito da ajuda dos alunos.

FIGURA 15 - Frases da Biblioteca da Escola Álvaro Maia



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023

O mesmo ocorre com as informações referentes às legislações voltadas para a biblioteca e o PNLD. As merendeiras não têm conhecimento sobre os processos de escolha, armazenamento e distribuição do material do PNLD. Apenas P3, que é a profissional com mais tempo de casa e com a formação complementar em Auxiliar de Biblioteca, acompanha os processos de escolha e distribuição do material didático e paradidático, com o devido controle das entregas e assinatura dos alunos envolvidos.

P3 sente falta de apoio institucional e de treinamentos. Ela afirma que antes a SEDUC sempre oferecia oficinas, através da coordenadoria. Em 2021, a SEDUC promoveu o projeto Trilhas do Saber, em Humaitá, entretanto, nenhum dos cursos e oficinas desenvolvidos foram voltados para a biblioteca escolar ou o profissional readaptado nela.

4.3.2 Percepção da Biblioteca Escolar

O processo de readaptação para o trabalho na biblioteca não depende do profissional readaptado. Nos três casos entrevistados, a decisão foi tomada pela coordenação na SEDUC, em Manaus, após os processos médicos necessários. Conforme explicado pelas profissionais, elas não foram consultadas sobre qual função gostariam de assumir. Com isso, não possuía conhecimento prévio sobre o que realmente é o trabalho em uma biblioteca escolar.

Da mesma forma, não conhecem as legislações referentes à biblioteca escolar e ao bibliotecário. Ao serem questionadas sobre a Lei 12.244/10 e os procedimentos do PNLD didático e literário, as merendeiras afirmaram não ter conhecimento nenhum sobre ambos. A percepção que P1 e P2 têm da biblioteca é de que o espaço não é interessante.

P1 consegue ver o potencial da biblioteca escolar, e acredita que a prática como auxiliar da biblioteca pode contribuir para seu crescimento profissional, visto que é também formada em licenciatura em Letras Português e Inglês. Entretanto, P1 nota que os alunos não se interessam tanto pelos livros da biblioteca, que não têm material atualizado. Ela afirma que os alunos apenas visitam a biblioteca se o professor passar algum trabalho ou levá-los durante a aula.

Nesta percepção, destaca-se que a biblioteca onde P1 atua possui muitos livros desatualizados da Rede de Letras. Que embora sejam relevantes para o Ensino Médio, trata-se de uma coleção da literatura brasileira, como uma cronologia das escolas literárias, cânone, e histórico dos autores. Cosson (2009) considera esta prática prejudicial para o letramento literário onde o cânone é ressignificado na escola “como mera inculcação ideológica e, por isso mesmo, implica o abandono da leitura de obras antes consideradas fundamentais” (Cosson, 2009, p. 22). P1 não está errada, os alunos demonstram menos interesse pelos livros “obrigatórios” do Ensino Médio, os clássicos da literatura brasileira, e a biblioteca escolar deveria ser um espaço onde encontra leitura além dessas que são parte do currículo e da sala de aula. Para isso, o ideal seria reorganizar a biblioteca, separando o material da Rede de Letras e demais livros didáticos para destacar a literatura. Como P1 ainda está se recuperando de um procedimento médico, tal medida é ainda inviável.

Além disso, P1 nota que existe outro fator crucial para a distância dos alunos e dos professores da biblioteca e para sua própria prática: não possuem ar condicionado e nem ventilador. Humaitá é uma cidade amazônica, com verões intensos, e o calor dentro da biblioteca é prejudicial não só para os alunos e professores, mas até mesmo para o acervo e a proliferação de pragas.

P1, fiel ainda a sua profissão original, afirma que a biblioteca em si não tem muito que oferecer para os alunos. Mas que talvez um café, ou chá da tarde, seria algo atrativo para levar os alunos à biblioteca. Embora ainda não tenha planos concretos, está em seu planejamento realizar projetos de leitura no espaço.

P2, também merendeira, percebe a importância do espaço da biblioteca, e de construir nos alunos a concepção de que o espaço é deles e que devem cuidar e preservar a biblioteca e seu acervo. Ela é a profissional que mais depende da ajuda dos alunos para manter a biblioteca em ordem, e considera este o maior desafio da nova função.

Eu digo pra eles: aqui ó, isso aqui é de vocês. Não pensem: aquela mulher lá é chata. Não, eu tô aqui pra ajudar vocês, somar. Porque o que tem aqui dentro é tudo de vocês, nada é meu. Então vocês têm que cuidar. Porque se vocês não cuidar e acabar, não tem mais. - P2

Diferente de P1, que ainda têm a possibilidade de voltar à função de merendeira no final do tratamento médico pelo qual está passando, P2 vai ficar na biblioteca até se aposentar. Para ela, o lado positivo é a interação com os alunos, com os quais já era próxima como merendeira.

E assim eu faço aqui na biblioteca. Às vezes ele senta aqui, não pega nem livro, fica sentado. Pergunto assim: Você não dormiu bem hoje? Ele diz: não tia, meu pai, minha mãe, brigaram. De alguma forma eu tento só passar algumas palavrinhas. - P2

P2 não expressou preocupação com projetos de leitura ou atividades voltadas para formar leitores, delegando esta função para os professores que levam os alunos à biblioteca. Embora não seja uma prática efetivamente eficiente para a biblioteca escolar, ela representa um avanço se comparado às demais bibliotecas, que não possuem profissionais atuando e nem acesso livre.

Quando direcionamos o olhar para a última participante, P3, que é auxiliar de biblioteca, vemos uma diferença considerável, tanto na organização da biblioteca e de seus

processos, quanto na percepção da biblioteca escolar e sua importância. P3 é muito dedicada à biblioteca, e possui uma característica típica aos bibliotecários: extrema dedicação aos processos técnicos.

É admirável o cuidado de P3 com os documentos da biblioteca. O armário de arquivo possui registros de empréstimos que datam até antes de 1960, é possível encontrar fichas de usuários dos primeiros alunos da escola, e todos os livros da biblioteca estão devidamente tombados em livros de registros. É de fato um trabalho exaustivo e que demanda muito tempo.

Seu maior desafio na biblioteca escolar é o acervo desatualizado e a constante mudança do espaço. Como a biblioteca não é tratada como prioridade, ela está constantemente sendo transferida para outra sala, pois outra atividade da escola demanda o espaço que ocupa. Isso acarreta um trabalho exaustivo de desmontar e remontar a biblioteca a cada nova mudança.

Além do cuidado com a biblioteca em si, P3 expressa carinho pela professora responsável pelo espaço antes dela, que foi sua professora durante a formação escolar. P3 foi aluna da escola onde atua e foi nela professora, pedagoga e agora auxiliar de biblioteca. Embora não tenha escolhido trabalhar na biblioteca, tendo sido readaptada após um problema na voz, se sente realizada na função, motivo pelo qual ingressou no curso de biblioteconomia, mas a desvalorização e a falta de apoio da instituição e dos demais professores podem ser desmotivadores.

Embora excelente na função administrativa da biblioteca, P3, assim como P1 e P2 não cumpre com a função social e cultural da biblioteca. Conforme veremos na próxima seção, as bibliotecas públicas escolares de Humaitá não realizam de fato práticas de ensino ou práticas planejadas para o letramento literário.

4.3.3 Práticas de ensino

Esta última seção representa o maior desafio das bibliotecas escolares: as práticas de ensino. Conforme exposto nas seções anteriores, gerir uma biblioteca é um processo complexo e contínuo, que envolve muitas atividades e planejamento. Além disso, se faz necessário uma colaboração e participação da biblioteca no planejamento escolar como um todo, a biblioteca, e o profissional que atua nela, devem participar da escola, das

reuniões pedagógicas, dos conselhos de classe, etc.

Almeida Júnior e Bortolin (2009) ao apontar os processos necessários para a criação e a manutenção de uma biblioteca escolar, reconhecem que esta é uma tarefa árdua, porém necessária, que deve “ser assim construída para que os alunos, além de se sentirem atraídos, tenha prazer em permanecer nesse ambiente, alterando o conceito da biblioteca escolar que desde o seu primórdio é tida como um local insosso e desagradável” (Almeida Júnior; Bortolin, 2009, p. 208). Ao designar um profissional para gerir este ambiente, é imprescindível que sejam expostos os desafios que serão enfrentados e o motivo pelo qual essas tarefas são importantes.

Os itens apresentados por Almeida Júnior e Bortolin (2009), os processos de manutenção da biblioteca escolar, são justamente os aspectos que buscamos observar no decorrer desta pesquisa como fundamentais para se estabelecer uma biblioteca viva: acervo atualizado e diversificado, serviços e atividades, boa localização, mobiliário confortável, decoração agradável, iluminação e ventilação e o mais importante: um profissional mediador da leitura

Silva (2009) reforça que a biblioteca escolar permanece sendo utilizada com descaso, um depósito de livros, sem organização pedagógica e não incluso no processo educativo. Esta é ainda a realidade das bibliotecas públicas escolares de Humaitá em 2023.

A biblioteca escolar trará benefícios para o contexto escolar se não for tratada como peça decorativa, mas como um organismo que emana para toda a comunidade escolar possibilidades distintas de conhecer, de sedimentar o que já se sabe, de refletir e ampliar a compreensão de mundo dos alunos (Silva, 2009, p. 118)

Os profissionais readaptados não realizam práticas de ensino. As atividades, no geral, resumem-se ao cuidado técnico com o espaço da biblioteca. Entretanto, é importante frisar que apenas o Patronato possui um profissional readaptado com mais de um ano de atividade na biblioteca. As demais estão em processo de adaptação e também estudo do trabalho na biblioteca escolar.

Com exceção da biblioteca do CETI Humaitá, que possui clube do livro e atividades como leitura orientada, jogos literários e eventos literários, e da biblioteca do Patronato com eventos literários, as demais bibliotecas seguem apenas com serviços de empréstimo.

P1 e P2 estão recém-readaptadas, e não realizam atividades. P1 tem planos de iniciar eventos e feiras de livros, entretanto P2 afirmou não ter planos para o espaço, deixando esta responsabilidade para os professores, e ajudando durante a aula quando esta é na biblioteca.

O que podemos notar, até mesmo com P3 que tem mais experiência na área, é que as profissionais desconhecem o potencial da biblioteca escolar. E também desconhecem as atividades e práticas que poderiam ser implantadas no espaço. P1 e P2, principalmente, se beneficiariam muito com um treinamento ou curso voltados para as práticas de letramento literário da biblioteca escolar.

P3 realiza eventos na biblioteca, a semana literária e o dia do livro, onde decora o espaço, entretanto, não realiza ativamente práticas de letramento como hora do conto ou leituras mediadas. Os professores têm hora marcada para levar os alunos à biblioteca, e P3 auxilia durante esse momento. Nos intervalos da aula, os alunos têm acesso livre ao espaço.

“É assim: no horário da merenda, esse horário, eles vão para o lanche e tem uns que vem pra cá e eles fazem empréstimo dos livros. Tem uns que ficam lendo, tem outros que só pega pra levar pra casa.” - P3.

Segundo P3 a gestora queria acabar com o empréstimo de livros, para evitar a perda de material. Assim como o acesso livre ao espaço, que acaba acarretando bagunça na biblioteca. Livros perdidos e extraviados fazem parte da rotina de toda biblioteca, seria impossível manter uma sem considerar livros perdidos. E a bagunça faz parte de toda criança, na biblioteca não poderia ser diferente. P3 declara estar ciente desses fatos.

“A diretora agora queria acabar com isso. Eu falei: Não! Enquanto eu estiver aqui, eu vou abrir sempre a biblioteca. Na hora do lanche, por minha conta, porque eu acho muito importante, eles gostam!” - P3.

Mesmo com todos os desafios, e a falta de práticas de leitura adequadas, P3 demonstra uma característica vital para ser o profissional responsável pela biblioteca, e com isso um mediador de leitura: o amor pela biblioteca e pelos livros, e a coragem para lutar por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a publicação da lei de universalização das bibliotecas escolares até a finalização desta pesquisa, no início de 2024, fica evidente que tanto o estado do Amazonas quanto a SEDUC não só valorizam a biblioteca escolar, mas como também realizam esforços contínuos para sua implantação e funcionamento como um espaço cultural. No dia 4 de janeiro de 2024, foi publicada uma nova legislação, a Lei 6704/2024, voltada para as bibliotecas escolares e que busca solucionar a falta de atividades culturais. Institui a Semana Estadual de Bibliotecas e do Bibliotecário nas bibliotecas públicas e escolares da rede de ensino pública e privada. Fica então decretado que o mês de abril, onde é celebrado no dia 9 o dia da biblioteca, deve ser destinado a desenvolver programações voltadas para a Semana Estadual da Biblioteca e do Bibliotecário. A Lei em questão também sugere atividades que podem ser realizadas na biblioteca, como feiras, saraus, atividades extracurriculares e a distribuição de material informativo.

É um grande avanço para as bibliotecas escolares. Entretanto, os avanços legislativos e das normas dos órgãos responsáveis não é acompanhado na prática desenvolvida. Fica evidente que as bibliotecas ainda encontram desafios que vão muito além de suas estruturas físicas e de políticas públicas. O silêncio denunciado por Silva (1999) continua presente nas práticas e na gestão desses espaços.

Em Humaitá-AM, as escolas possuem sim bibliotecas, mas carecem de profissionais dedicados à sua gestão. Todas as bibliotecas investigadas possuem estruturas adequadas. São espaços bonitos, aparentemente organizados, com uma sala dedicada, estantes, mesas, cadeiras e muitos livros, que cumprem com os requisitos da legislação vigente superficialmente. É notável o interesse dos gestores e dos professores em manter o espaço organizado. O principal problema que encontramos nessas bibliotecas é a falta de separação do material didático, que não deve ser armazenado nelas. Esta não é uma questão apenas da falta de espaço, visto que algumas escolas possuem salas dedicadas para o material didático, mas também da falta de pessoal para realizar a seleção, organização e desfazimento do material.

Considerando que para ser uma biblioteca de fato viva o espaço precisa de um profissional dedicado à sua gestão, um mediador da leitura, Humaitá possui apenas quatro bibliotecas públicas escolares propriamente ditas. E dessas, duas em caráter temporário,

visto que são coordenadas por profissionais readaptados que podem vir a ser restituídas a sua função original.

As experiências encontradas pelos participantes desta pesquisa refletem um cenário desafiador de transição para o papel de auxiliar de biblioteca. Na verdade, nem mesmo são consideradas de fato auxiliares de biblioteca, visto que não possuem o curso necessário para esta função, o termo correto é profissional readaptado. Este cenário ressalta a necessidade urgente de suporte institucional e treinamentos adequados para garantir não o sucesso desses profissionais na biblioteca escolar, mas como também a sua realização pessoal e desenvolvimento profissional.

Enquanto a instituição continuar a tratar o espaço como um depósito, não só de livros, mas também de profissionais, a biblioteca escolar nunca será uma biblioteca viva. O acesso livre, a organização do acervo e sua sinalização eficiente, assim como as práticas de promoção da leitura continuam sendo aspectos em falta em quase todas as bibliotecas do município. A implementação da Lei 12.244/10, embora tenha trazido avanços legislativos, ainda não se reflete efetivamente e as bibliotecas não são espaços dinâmicos e inclusivos. Como exposto na seção voltada para o estado da arte da Lei 12.244/10, a própria lei possibilita que a biblioteca escolar siga de certa forma silenciada, visto que trata apenas do espaço físico e da presença física das bibliotecas e dos livros, e não inclui a necessidade social do espaço, da promoção da leitura e das atividades voltadas para de fato formar uma comunidade de leitores.

É inegável que a biblioteca escolar tem potencial, as de Humaitá também têm. E encontramos nelas algumas práticas positivas, como a exposição de trabalhos dos alunos e a promoção de alguns eventos literários. Essas iniciativas evidenciam o potencial das bibliotecas como espaços de compartilhamento cultural, elementos essenciais para o desenvolvimento educacional e pessoal dos estudantes. No entanto, esse potencial permanece subutilizado, com a ausência de práticas efetivas de ensino e letramento. A falta de conhecimento sobre a utilização da biblioteca acarreta em sua existência estática, como apenas um local onde alunos podem pegar livros emprestados e onde professores e demais profissionais da educação podem atuar enquanto esperam pela aposentadoria.

O verdadeiro potencial da biblioteca escolar de Humaitá continua silenciado. Não há de fato práticas de ensino e de letramento nas bibliotecas escolares coordenadas

pelos auxiliares e pelos profissionais readaptados. Durante as entrevistas, é possível notar que os profissionais envolvidos não têm conhecimento sobre como aplicar práticas de letramento na biblioteca, ou como utilizar o espaço além da sua função para empréstimos e armazenamento. Embora conscientes da importância dele, falta o treinamento necessário para de fato transformá-lo em um espaço cultural.

A maior preocupação dos profissionais envolvidos na pesquisa é a organização do espaço, o desafio encontrado em manter os livros organizados nas estantes e a surpresa ao encontrar tanto trabalho a ser realizado na biblioteca. Com isso, acabam desviando a atenção dos outros trabalhos que são necessários para tornar a biblioteca viva. É fundamental lembrar que a biblioteca é mais do que empréstimos e devoluções. A leitura deve vir de forma orgânica, como algo natural proporcionado pelo ambiente. Os alunos podem frequentar o espaço sem nunca pegar um livro emprestado, mesmo assim, já estão um passo mais próximos de sua formação literária.

Embora esta pesquisa não tenha como objetivo solucionar o problema das bibliotecas públicas escolares no Amazonas, e nem poderia diante de tantos desafios expostos, ela é uma discussão importante para trazer essas questões ao público geral e aos próprios bibliotecários, que tendem cada vez mais a se distanciar da biblioteca escolar. Através de pesquisas como essa, espera-se despertar o interesse pela biblioteca escolar, e promover novas pesquisas sobre o tema. É somente com investimentos em formações, estruturas adequadas e principalmente o reconhecimento da importância da biblioteca escolar e de investir em sua melhoria, que ela poderá desempenhar efetivamente seu papel na formação do aluno leitor e no letramento literário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raimundo Neves de. **Retalhos históricos de Humaitá**: documentário histórico de Humaitá 1869 a 1970. 2.ed. Humaitá: Ed. do Autor, 2005.

ALMEIDA, Raimundo Neves de. **Escritores e poetas humaitaenses**: dados biográficos. Humaitá: Ed. do Autor, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. IN: Souza, Renata Junqueira de (Org.). *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação*. 1.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009, p. 205-218.

AMARILHA, Marly; SILVA, Sayonara Fernandes Da Silva. Política de leitura na educação infantil: da gestão ao leitor. **Pro-Posições**, n. 27, v. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/gfJvdM9kpB7vZvXDC9sb9hv/?lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2022.

AMAZONAS. Instrução normativa – DEGESC/SEDUC de 12 de maio de 2017. Critérios para funcionamento das bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino. Diário Oficial da União, Amazonas.

AMAZONAS. Lei nº 345, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Programa Nacional Estadual de Universalização das Bibliotecas nos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema de Educação do Estado do Amazonas. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/9975/9975_texto_integral.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

ASSIS, Márcio Barbosa de; GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. Políticas Públicas: marco legal para as bibliotecas escolares. **Em Questão**, n. 28, v. 1, p. 327-352, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112007/64683>. Acesso em: 01 maio 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 10, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Diário Oficial da União.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4003/2020**. Altera a Lei nº 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e alterar o prazo para que os sistemas de ensino efetivem a universalização das bibliotecas escolares físicas ou virtuais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2259035&ficaAmigavel=nao>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9484/2018**. Altera a Lei nº 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BOTINI, G. A. L.; FARAGO, A. C. Formação do leitor: papel da família e da escola. **Cadernos da Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v.1, n.1, p, 44-57, 2014.

CAMPELLO, Bernadete; SILVA, Mônica do Amparo. A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 6, n. 33, p. 59-67, 2000

CAMPELLO, Bernadete (Org.) et al. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CAMPELLO, Bernadete. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. In.: **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. V. 18, n. 37, p. 123-15, mai/ago. 2013.

CAMPELLO, Bernadete S. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar Em Revista**, v. 4, n. 1. p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613>. Acesso em: 01 maio 2022.

CAMPELLO, Bernadette *et al.* **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. 64 p. (Biblioteca Escolar, 1).

CAMPELLO, Bernadete S.; BARBOSA, Ricardo Rodrigues Barbosa; PROENÇA, Samuel Gonçalves. Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, p. 609-624, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10397/9637>. Acesso em: 01 maio 2022.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. IN: CAMPELLO, Bernadette *et al.* **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 64 p. (Biblioteca Escolar, 1).

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus Editora, 2000. 287 p.

CEE – Conselho Estadual de Educação. **Regimento geral das escolas estaduais do Amazonas**. Manaus: Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino, 2010.

CFB. **Resolução nº 199, de 3 junho de 2011**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2011 Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/459/1/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2019%20Par%C3%A2metros%20Bibliotecas%20Escolares.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CFB. **Resolução nº 199, de 3 junho de 2018**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018 Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1313/1/Resolu%20n%20199%20de%203%20junho%20de%202018.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CFB. **Resolução nº 199, de 3 junho de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2020 Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1349/1/Resolu%20n%20199%20de%203%20junho%20de%202020.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CORSINO, Patrícia, Rafaela Vilela; TRAVASSOS, Sônia. A universalização das bibliotecas escolares municipais do estado do rio de janeiro e os profissionais que nelas atuam. **Aleph**, n. 31, p. 247-268, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39287/22724>. Acesso em: 01 maio 2022.

CRESWELL. J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed Editora AS. 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo, SP: Contexto, 2017.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DALLA-BONA, E. M.; DA SILVA ANDRADE DE LIMA, C. Farol do saber: limites e possibilidades de uma biblioteca escolar na formação de leitores literários. **Revista Interação**, v. 43, n. 1, p. 51–69, 2018. DOI: 10.5216/ia.v43i1.49941. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/49941>. Acesso em: 14 nov. 2023.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 5**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. 296p.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; BRITTO, Luiz Percival Leme. A Lei N. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-americana De Ciência Da Informação** v. 12, n. 3, p. 826-838, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155>. Acesso em: 05 maio 2022.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXIII, n. 79, p257-275, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FfrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso

em: 05 maio 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. 80 p. (Série Pesquisa, v. 6).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. 49 p. (Polêmicas do Nosso Tempo; 4)

GARCEZ, Eliane Fioravante; EGGERT-STEINDEL, Gisela; PEREIRA, José Paulo Speck; CARPES, Gyance. Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 237-262, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3XL9kTvYVrNKW5rzNxVQqVf/?lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2022.

GEBE – Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Minas Gerais: Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, 2010.
Humaitá. (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama>

IFLA/UNESCO. **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. 2.ed. São Paulo: 2000. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MAGALHÃES. Soraia Pereira. **Bibliotecas invisíveis: sistemas, cidades e representações sociais de bibliotecas públicas no estado do Amazonas, Brasil**. 2021. 641 f. Tese (Doctorado Formación en la Sociedad del Conocimiento) - Universidad Salamanca, Espanha, 2021.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

NUNES, M. A.; LIRA, A. C. M.; GEHRKE, M. A biblioteca escolar e as crianças: novos conceitos, velhos desafios. **Acta Scientiarum. Education**, 43(1), e47845. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/47845>. Acesso em: 30 abr. 2022.

NUNES, Maria Cléa; GONÇALVES, Maria Manuela Bento Gonçalves. Concepção da biblioteca na escola. **ConCI: Conv. Ciênc. Inform.**, v. 2, n. 3, p. 69-83, set./dez. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/171260>. Acesso em: 05 maio 2022.

OCDE (2019), **PISA 2018 Assessment and Analytical Framework**, PISA, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 01 fev. 2020.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; RODRIGUES, Elaine Cristina. A constituição teórico-metodológica da biblioteca escolar: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPQ no campo da ciência da informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 1, p. 146-262, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.frg.br/biblos/article/view/6800>. Acesso em: 05 maio 2022.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; RODRIGUES, Elaine Cristina. A constituição teórico-metodológica da biblioteca escolar: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPQ no campo da ciência da informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 1, p. 146-262, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.frg.br/biblos/article/view/6800>. Acesso em: 05 maio 2022.

PAULA, Viviane Carolina de; TREVISOL NETO, Orestes; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. As Bibliotecas Escolares Da Rede Pública Estadual Do Município De Florianópolis – Santa Catarina: Relato De Pesquisa. **Revista ACB**, v. 25, n. 2, p. 409-425, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1699/pdf>. Acesso em: 05 maio 2022.

RODRIGUES, Kátissa Galgania Feitosa Coutinho; SANTOS, Cícero Reginaldo Nascimento. Readaptação dos professores em Bibliotecas Escolares Públicas no Brasil: uma reflexão psicológica sobre a autoestima. **ID On Line. Revista de Psicología** v. 11, n. 34, pag. 281-304, fev. 2017. Disponível em:

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação. **Revista Diálogos Educ**6(19), 37-50. 2006.

SEDUC. Curso de formação continuada para auxiliar de biblioteca escolar: guia prático. Manaus: Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas, 2019.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB**, Florianópolis. V. 16, n. 2, p. 48-517. 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. IN: Souza, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação**. 1.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009, p. 115-134.

SILVA, W. C. de. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época: v.45).

SOUZA, Joel. Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 31, n. 2, p. 99-129, jun./dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6817/5270>. Acesso em: 05 maio 2022.

WEITZEL, Simone R. **O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento**: suas origens e desafios. *Perspectiva Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan/jun. 2002.

TORRES, Iraildes Caldas. **Humaitá**: ecos de um povo. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas / Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1987.

VIANNA, Márcia Milton. A organização da coleção. IN: CAMPELLO, Bernadette *et al.* **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 64 p. (Biblioteca Escolar, 1).

ZIMMERMANN, Juliano Ricardo; PAULA, Viviane Carolina De; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Avanços, perspectivas e limitações da Lei no 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil). **Revista ACB**, v. 12, v. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69447>. Acesso em: 05 maio 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Roteiro para entrevista estruturada**ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA**

Roteiro de entrevista da pesquisa “BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AM: análise da função da biblioteca na perspectiva do letramento literário”, do programa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizado pela pesquisadora Livia Sousa e Silva.

CATEGORIA 1 (PESSOAL) - INFORMAÇÕES INICIAIS

1. Nome, idade, formação acadêmica e cargo.
2. Qual a sua percepção sobre a Biblioteca Escolar?
3. É um profissional readaptado?
4. Possui formação específica na área de bibliotecas escolares?
5. Possui experiência na área de bibliotecas escolares?
6. Recebe apoio institucional para a gestão da biblioteca?

CATEGORIA 2 (LEGISLAÇÃO E RECURSOS)

1. Você tem conhecimento sobre a Lei 12.244/10?
2. Você tem conhecimento sobre o PNLD e os materiais literários enviados pelos programas que atendem as escolas estaduais?

CATEGORIA 3 (PROGRAMAS E ATIVIDADES)

1. Como você utiliza o espaço físico da biblioteca escolar com os alunos?
2. Quais as maiores dificuldades encontradas ao utilizar a biblioteca?
3. Como você avaliaria o acervo da biblioteca?
4. Na sua opinião, como a biblioteca poderia contribuir para a sua prática?
5. Como você estimula a leitura de obras literárias?
6. O que você considera importante para o letramento literário?

APÊNDICE B – Modelo de Roteiro de observação das bibliotecas**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR**

1. A biblioteca possui um funcionário responsável pela sua gestão?
2. A biblioteca possui acesso livre?
3. A biblioteca possui um regulamento interno?
4. A biblioteca possui quadro de avisos?
5. A biblioteca está sinalizada (estantes e acervo)?
6. A biblioteca possui um catálogo das obras em seu acervo?
7. Os espaços entre as estantes estão entre 0,90cm a 1m80cm?
8. A área de circulação mínima é de 1m20cm?
9. As obras são etiquetadas?
10. As obras estão dispostas de acordo com um sistema de classificação?
11. As obras estão identificadas pelo número de tombamento?
12. Possui periódicos, jornais ou revistas para consulta?
13. Possui acesso à internet e computadores?
14. Possui mobiliário para armazenamento do acervo?
15. Possui mobiliário para estudo e consulta?

APÊNDICE C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal do Amazonas-UFAM
 Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente- IEAA
 Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o(a) Sr(a), _____ para participar da pesquisa BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AM: uma análise da função da biblioteca e suas práticas de ensino. Esta pesquisa está sendo realizada por Lívia Sousa e Silva, (Discente do curso de Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH), e Adriana Francisca de Medeiros, (Orientadora, Profª. Drª. da Universidade Federal do Amazonas), todas vinculadas a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, localizada à Rua 29 de agosto, 786, Centro, Humaitá/AM, telefone: (97) 3373-1180. Você poderá manter contato com os pesquisadores também pelo telefone/celular (21) 99880-2122 e pelo e-mail: liv.sousas@gmail.com e afdemedeiros@ufam.edu.br a qualquer momento para retirar algumas dúvidas, se caso houver.

Esta pesquisa tem como objetivos: (**geral**) analisar o espaço e as práticas realizadas nas bibliotecas públicas escolares do município de Humaitá-AM. Seguidos dos **específicos**: Discutir os conceitos da Biblioteca Escolar, identificar as práticas realizadas atualmente em bibliotecas públicas escolares de Humaitá-AM e identificar o perfil da biblioteca pública escolar de Humaitá-AM.

O projeto será desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12, e atenderá as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, TCLE, confidencialidade e a privacidade dos dados. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, os pesquisadores suspenderão a aplicação dos instrumentos de coleta de dados para prestar-lhe o acompanhamento psicológico necessário, visando seu bem-estar. Também poderão encaminhá-los (a) para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), do município, estabelecido na Av. Brasil, 983, São Francisco, Humaitá/AM. Cumpre esclarecer que a

RUBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

RUBRICA DO PESQUISADOR

pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano, imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

A sua participação no referido estudo será no sentido de estar disponível para responder algumas perguntas, se comprometendo em expressar os dados corretamente e de maneira verdadeira. O **benefício** principal da sua participação será auxiliar e incentivar estudos e melhorias para as bibliotecas escolares da região. De maneira geral, o benefício da sua participação consta em colaborar para o avanço da ciência no Brasil, principalmente na área do ensino em Humaitá-AM. E também auxiliar na compreensão das diversas maneiras e possibilidades de atuação na biblioteca escolar.

Esteja ciente de que a sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar você, será mantido em sigilo. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você precisava saber antes, durante e depois da sua participação.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo deve ligar para o CEP UFAM (92) 3305-1181, ramal 2004, ou mandar um *email* para cep.ufam@gmail.com. O CEP está localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM.

Consentimento Pós-Informação

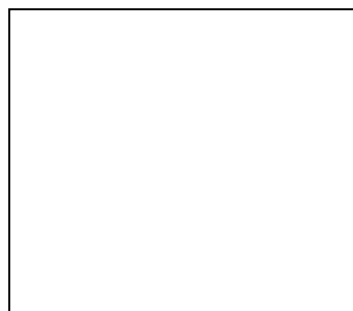
RÚBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

RÚBRICA DO PESQUISADOR

Enfim, após ser orientado quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, **manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.**

Ao aceitar participar da pesquisa, o participante terá direito a **uma via** do referido termo.

Assinatura do participante da pesquisa



Impressão Dactiloscópica

Lívia Sousa e Silva
(Pesquisadora)

Profa. Dra. Adriana Francisca de Medeiros
(Orientadora da pesquisa)

Humaitá/AM, ____ de _____ de ____.

APÊNDICE D – Modelo do Termo de Anuência das escolas participantes

Universidade Federal do Amazonas-UFAM
 Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente- IEAA
 Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades - PPGECH

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu _____, abaixo assinado, gestor responsável pela instituição _____ autorizo a realização da pesquisa intitulada **“BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AM: uma análise da função da biblioteca e suas práticas de ensino”**, proposta pela pesquisadora Lívia Sousa e Silva, vinculada à Universidade Federal do Amazonas, DECLARO ter lido e concordar com a proposta de pesquisa, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Norma Operacional CONEP nº 001/2013, a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participando, dispondo de infraestrua necessária para garantir a realização das ações previstas no referido projeto, visando à integridade e proteção dos participantes da pesquisa.

Autorizo, também, que o nome dessa instituição possa constar no relatório final, bem como em futuras publicações em artigos científicos ou demais meios de comunicação científica.

Humaitá - AM, _____ de 20__.

 Lívia Sousa e Silva - Pesquisadora responsável

 Gestor da Instituição

Local para carimbo



ANEXOS



ANEXO A – Autorização da Coordenação Regional da SEDUC-AM

Secretaria de Estado de Educação e Desporto.
Departamento de Políticas e Programas Educacionais.
Coordenadoria Regional de Educação de Humaitá.

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
brasileiro(a), portador do RG Nº _____, CPF
Nº _____, coordenador na Coordenadoria Regional de Educação de
Humaitá, declaro para os devidos fins que estou de acordo com a execução do projeto de
pesquisa intitulado **BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESCOLARES DE HUMAITÁ-AM:
uma análise da função da biblioteca na perspectiva do letramento literário** no âmbito
do **Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH –
Edital Nº 032/2021-PROPESP/UFAM**, e atesto que o (a) **proponente LÍVIA SOUSA E
SILVA**, CPF Nº 141.544.107-33 é Bibliotecária graduada, ano 2018, pela Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, e está vinculada à Secretaria de Estado de
Educação e Desporto, no Centro de Educação em Tempo Integral Tarcila Prado de
Negreiros Mendes, na função de **bibliotecária**, com carga horária 30 horas semanais,
possuindo vínculo institucional EFETIVO, atendendo, portanto, a todos os critérios de
elegibilidade estabelecidos no edital.

Humaitá, _____ de 20__.

.....
ASSINATURA

Local para carimbo